



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

84ª Reunião do Câmara Técnica de Análise de Projeto - CTAP do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH.

**Brasília/DF.
05 de Julho de 2018.**

**(Transcrição *ipsis verbis*)
Empresa ProiXL Estenotipia**

APROVADA NA 85ª Reunião da CTAP/CNRH, em 4 de outubro de 2018

1 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP)** – Agradecer a
2 presença de todos. Acho que fazer uma autoapresentação rapidinho, o nome e
3 o segmento que está representando, por favor. Começando pela Ingrid.

4
5
6 **A SRª. INGRID MULLER (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS**
7 **HÍDRICOS)** – Ingrid Muller pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos.

8
9
10 **A SRª. CRISTIANDREA CICILIATO (FONASC)** – Bom dia a todos e a todas.
11 Cristiandrea, Fonasc.

12
13
14 **[0:00:50] O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Representando a Câmara das
15 Entidades Parceiras do Fonasc também da Representação das ONGs, no
16 Conselho Nacional. Bom dia.

17
18
19 **O SR. VITOR (ABRAGE)** – Bom dia a todos. Meu nome é Vitor, representando
20 a ABRAGE.

21
22
23 **O SR. NELSON FREITAS (SEMA/RS)** – Bom dia. Nelson Freitas,
24 representando a SEMA do RS.

25
26
27 **A SRª. CÉLIA REGINA ALVES RENNÓ (ABES)** – Bom dia a todos. Célia
28 Rennó da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental.

29
30
31 **O SR. PEDRO EMÍLIO (MP)** – Bom dia. Pedro Emílio do Ministério do
32 Planejamento.

33
34
35 **A SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP)** – Bom dia. Cristiane Battiston,
36 Ministério do Planejamento.

37
38
39 **A SRª. LILIANA PIMENTEL (SRH/MMA)** – Sejam todos bem-vindos, eu sou
40 Liliana Pimentel da equipe da Secretaria de Recursos Hídricos aqui do
41 ministério e relatora da CTAP.

42
43
44 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP)** – Júlio Tadeu
45 aqui da Secretaria de Recursos Hídricos. Vamos dar início então a reunião.
46 Tem uma solicitação da Cristiane de a gente alterar aqui a pauta, os itens que
47 ela vai tratar, que são os itens 5, 6 e 7. É isso? Pediu para que a gente
48 colocasse agora. Tá repetido? Então são só dois itens, 5 e 6. E aí se vocês
49 concordarem então a gente pega e passa logo depois desses itens, que ela

está com compromisso lá no Ministério do Planejamento, vai ter que nos deixar na parte da tarde aqui. Também? Se identifica, por favor.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Meu nome é João Clímaco. E tem uma proposta nossa, não sei se é do conhecimento do presidente, tem um encaminhamento que foi feito em relação à necessidade de se discutir a questão da hidrovía do Rio Paraguai. E isso ficou com uma pendência que se não me engano tinha que vim aqui a pessoa do ministério competente. E eu queria que isso entrasse em pauta, se não tiver, para colocar em pauta.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Então informes, quer dizer, teve ontem a reunião, bom, isso aí a Cristiane vai comentar sobre esse assunto. E teve a reunião do conselho no dia 29. Essa reunião não encerrou a última por falta de quórum, então isso vai dar uma continuidade aí depois no que restou ser deliberado. Primeiro item da pauta então seria aprovação da ata da 83ª. Alguém mandou alguma coisa Liliana.

A SRª. LILIANA PIMENTEL (SRH/MMA) – A gente recebeu do Ministério do Planejamento para informá-los que está em consulta pública a estratégia nacional.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Não, mas isso aí tem a ver com a pauta?

A SRª. LILIANA PIMENTEL (SRH/MMA) – Não, isso é informe.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Não, então um instantinho só, por favor. Alguém solicitou alguma mudança na pauta, na pauta não, na ata da reunião anterior? Não? Tem alguém que queira fazer algum comentário? Não? Então consideramos aprovada a ata da reunião anterior. Ok?

A SRª. CÉLIA REGINA ALVES RENNÓ (ABES) – Júlio, Célia com abstenção da Célia, porque não fui eu que participei.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Ah, tá bem, desculpa. Com a abstenção da Célia, abstenção da Célia, pronto. Muito bem, então vamos passar logo para o primeiro item da nossa pauta de hoje que seria então com essa inversão, seria o Item 5 e já seguido do Item 6. Eu não sei, eu acho que vão ser assuntos diferentes, né Cristiane? Então, por favor, Cristiane,

99 você. Apresentação da questão do orçamento, você acredita que quantos
100 minutos?

101
102
103 **A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP)** – É rapidinho, meia hora no
104 máximo.

105
106
107 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP)** – Tá.

108
109
110 **A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP)** – Bom dia a todos. Cristiane
111 Battiston do Ministério do Planejamento. Representando o GT de Segurança de
112 Barragens. A gente trouxe aqui alguns informes, acredito que a maioria de
113 vocês está acompanhando o que está acontecendo no GT, mas é sempre bom
114 relatar. Então no dia 09 de março o GT foi reconstituído aqui na CTAP. A gente
115 teve um período de indicação de participantes. E nessa mesma reunião até foi
116 durante a reunião da CTAP, nós decidimos pela organização de um seminário
117 para fazer uma oitiva aos envolvidos, aos atores do setor. O seminário foi
118 combinado para o dia 18 e 19 de abril e assim se realizou. Nós tivemos 26
119 palestrantes, 93 participantes presenciais, foi um número alto de participantes
120 presenciais, até porque foi combinado que a divulgação foi deliberado no GT,
121 que a divulgação não seria muito ampla. Mas a gente transmitiu via internet,
122 isso a gente divulgou que estava sendo transmitida e chegamos a um pico de
123 100 expectadores simultâneos durante a realização do seminário. E até o dia
124 03 agora desse mês a gente já teve um somatório de 1.240 visualizações dos
125 vídeos do seminário. Que a gente acha bastante alto por ser um tema tão
126 específico. Para nortear as apresentações do seminário, e a gente ter palestras
127 bem direcionadas aos objetivos do GT, nós elaboramos um conjunto de
128 questões norteadoras e pedimos para os palestrantes nos enviarem por escrito.
129 As questões realmente nortearam a imensa maioria das apresentações, eu
130 acho que a gente teve uma ou duas só que fugiram um pouco dos principais
131 objetivos. E 10 palestrantes entregaram para a gente essas questões
132 norteadoras respondidas por escrito. Durante o seminário até para poder
133 coletar contribuições de mais pessoas, considerando que tinha bastante gente
134 vendo pela internet, a gente disponibilizou um formulário com algumas
135 questões também, muito similares, na realidade repetindo praticamente várias
136 das questões norteadoras. E oito pessoas responderam esses formulários.
137 Após o seminário então a gente elaborou um relatório, e também a transcrição.
138 Os vídeos continuam na internet, todas as apresentações do seminário estão
139 disponíveis na página do GT, dentro do site do CNRH. E aí agora o GT está se
140 debruçando sobre os resultados do seminário e das colaborações recebidas.
141 Eu vou mostrar, não sei, a gente vai disponibilizar no site do GT, mas se
142 alguém não viu ainda, vou mostrar como é que está a cara do relatório. Eu
143 acho que ainda falta alguma coisa aqui nele, que são as fotos, eu esqueci
144 totalmente, a gente tem fotos do evento para colocar. Talvez então antes de
145 divulgar na internet a gente faz, a Cristiane me disse que tem várias fotos do
146 evento, a gente faz mais um bloquinho no fim com algumas fotos. Então tem a
147 Política Nacional de Segurança de Barragens que para a gente no GT ganhou

esse logo que a gente fez para o seminário. Traz a apresentação aqui com quais são os nossos objetivos, qual foi a demanda do CNRH para o GT. Aí a gente traz um relato aqui, qual é a composição do GT. Isso aí eu vou deixar, a gente alterou algumas pessoas, mas eu vou deixar, vou até colocar uma observação que era a composição do GT na época de realização do seminário. Aí como foi a preparação do seminário, um pouco do que eu falei aqui para vocês, as questões norteadoras, qual foi a programação. E aí a gente entra nos relatos, então traz um resumo dos principais pontos abordados por cada palestrante. E aí a gente dessas, das palestras a gente tirou quais foram as linhas de ação que cada um foi propondo para ser trabalhado pelo GT aqui no CNRH. Então deixa vim mais para frente, porque a gente fez isso para cada palestrante. E também fez isso para a parte dos debates. Então durante os debates tem aqui as perguntas feitas pelos participantes, as respostas dos palestrantes. E no fim da discussão dos debates a gente também tirou o conjunto de linhas de ação para serem debatidas no GT, fruto dos debates. Então do seminário, tanto das palestras, quanto dos debates, a gente extraiu um número bruto, que a gente chamou de bruto, de 115 propostas de linha de ação para o GT. 115, mas assim, algumas se repetem, por isso que eu estou chamando de número bruto, né. Então a gente pegou para começar a tratar, porque não tem, não tem a mínima condição de tratar, 115 linhas de ação no GT. Então a gente pegou e fez o seguinte, organizou em dois grupos que a princípio a gente está chamando de gestão, que são onde predominam ações que não dependem de alteração normativa, que já poderiam até ter início. E um grupo normativo. Então que predominam ações que dependem de uma elaboração ou de uma alteração de normativa. Então nós fizemos uma pré-distribuição dessas 115 linhas de ação nesses grupos e nos reunimos ontem aqui para discutir essas linhas de ação e tentar agrupá-las de forma que todos pudessem, que realmente fossem, que a gente considerou que deveriam ser tratados no GT, a gente pudesse agrupar e realmente começar a fazer algum tipo de encaminhamento para essas linhas de ação. Então no fim a gente acabou conseguindo reunir aquelas 115 em 18 linhas de ação, continuou dividindo em gestão e normativo. E aqui a gente fez uma subdivisão, alguns subgrupos para ter ideia do que é que cada uma está tratando. Então tem de articulação social, de capacitação, de formação, de articulação institucional. Tem uma proposta de moção que foi feita durante o seminário para que o CNRH essa moção, então a gente até colocou lá que precisa avaliar um pouco melhor antes de propor isso ao plenário. Linhas de pesquisa, muito da questão de classificação das barragens, foi muito discutido no seminário. Definições que também a gente identificou como lacuna, questões de fiscalização, sobre o relatório de segurança de bar, sustentabilidade econômica dos empreendimentos e outros aspectos técnicos. E a gente agregou, a gente colocou além de estar separado aqui por grupo, então ficaram 7 no grupo de gestão e 11 no grupo normativo. E a gente também dividiu isso por prioridade de execução e o tempo que a gente imagina que o GT levaria para trabalhar isso. Então ficaram com um nível de prioridade 1, ficaram oito linhas de ação. Com prioridade 2 cinco. Cinco ou seis? Seis. E no grupo com prioridade 3, quatro linhas de ação. Seis a gente acredita que dá para executar num curto prazo, nove num médio prazo e três num longo prazo. A gente chamou de curto prazo até metade de 2019, médio prazo até dezembro de 2020. E longo

197 prazo a partir de 2021. Vou mostrar para vocês como é que está. Então colocar
198 um exemplo aqui, no grupo normativo, num subgrupo institucional, tem uma
199 proposta aqui, de linha de ação. Estabelecer instituição isenta e transparente
200 para investigação de acidentes com barragens e análises integradas dos
201 empreendimentos por bacia hidrográfica. E aí a gente então colocou a nossa
202 prioridade que o grupo consensuou, que seria dois: um prazo de execução
203 médio, ou seja, até dezembro de 2020. E a forma de execução seria: a gente
204 vai instituir um subgrupo dentro do GT, vai avaliar os modelos de investigação
205 de acidente de outras áreas e indicar o modelo mais apropriado para as
206 barragens. Estabelecer modelos de análise por bacia hidrográfica, até
207 buscando a integração dos PAIS, e analisar influência que tem cada barragem
208 uma na outra. E aí depois apresentar para o GT qual seria a estratégia de
209 implantação. Até porque a gente acredita que demandará algum tipo de
210 proposta legislativa, então a gente tem que decidir como apresentar, se vai
211 pelo conselho, se a gente convence o poder executivo a propor alguma coisa.
212 Então é uma coisa que vai ser discutida. Então para vocês terem ideia foi
213 dividido assim, e agora a gente vai montar então o plano de trabalho do GT.
214 Nosso próximo passo, nem digo próximos, é só o próximo passo, é a gente
215 estabelecer o plano de trabalho para implementação dessas 18 linhas de ação.
216 E aí a gente na elaboração desse plano de trabalho coloca responsáveis e
217 depois apresenta de novo aqui para a CTAP, para vocês terem ciência do que
218 está acontecendo. Então nosso resumo é esse. Obrigada pela atenção, fico à
219 disposição caso tenham alguma dúvida ou colaboração.

220
221
222 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP)** – Algum
223 comentário? Eu tenho. Em conversa com não só especificamente para esse
224 grupo, mas em geral, inclusive para outros grupos de trabalho aqui, a gente
225 precisa rever a participação das pessoas que estão no grupo, na elaboração do
226 documento. Então não são todos, óbvio, porque teve o resultado, mas
227 especificamente para esse grupo houve uma demanda muito grande de
228 participação. Então inclusive com pressão, pressão no bom sentido, ah, eu
229 quero participar, eu quero participar. Então tem dois ou três às vezes de algum
230 segmento participando. E que era uma coisa assim que a gente achou que eu
231 particularmente que seria conveniente, que é bem-vindo, que questão mais
232 pessoas participam, melhor fica. Mas o problema é quem quer participar e não
233 participa. É esse que é o problema. E aí fica uma situação ruim, porque acaba
234 caindo na mão de duas ou três pessoas para fazer tudo. Então eu sugiro que
235 as pessoas que estão no grupo, eu vou até pedir depois se a Cristiane
236 concordar e também que ela está coordenando o grupo, mas pedir para a
237 gente fazer uma nota, eu posso fazer como Presidente da CTAP para acordar
238 as pessoas a participarem, a enviar comentários ou diga pelo menos diga: olha,
239 eu não tenho nada a comentar, pelo mostrar que leu o documento e concorda
240 com aquilo que está ali dentro. É o mínimo que a gente faz, porque senão, a
241 Cristiane já apontou de ter, de dividir em subgrupos, né. Aí vai continuar, talvez
242 até agravar a situação aí se não houver essa participação efetiva. E o assunto
243 é importante. Eu acredito sempre não só aqui, mas aí na vivência, acho que
244 todos vocês que devem ter a mesma opinião, eu acredito mais nessas reuniões
245 presenciais a efetividade do que infelizmente a nossa cultura de internet, ela

tem que melhorar muito ainda para que haja uma participação efetiva. Mas também por outro lado não dá para ficar fazendo reunião a cada 15, 20 dias aí, a gente vai ter que otimizar esse tipo de coisa, até com reuniões presenciais. Mas de qualquer maneira a participação é importante, nós temos um outro grupo aqui que eu vou comentar depois, que não andou, então a minha, chega a hora, eu vou dizer isso, mas a minha sugestão era já a gente tentar começar a discutir, não criar o grupo realmente e a gente discutir aqui na reunião da própria CTAP que é o assunto. Mas esse não, esse é um assunto que requer realmente um grupo de trabalho, porque ele é bem amplo, bem complexo. Então eu peço a gentileza dos participantes que participem mais efetivo, responde, porque fica frustrante para quem está coordenando, manda o negócio e ninguém responde. Antes a gente tinha colocado entre nós aqui, e eu acho que tem que continuar com isso, que se não respondeu, concordou. Mas o que acontece também historicamente é que depois pega lá na frente, entendeu? Aí pega lá na frente, só que está tudo discutido, conversado, contra aqueles que participaram. Aí a pessoa: ah, eu não concordo, que não sei o que, volta toda discussão atrás, quando não acontece aqui, quando não acontece aqui, acontece na CTIL, quando não acontece na CTIL, acontece no plenário. Então essa ideia do grupo é exatamente evitar esse tipo de coisa, esclarecendo da melhor maneira possível. Então eu reitero aqui, solicito a participação mais efetiva, apesar que muita coisa andou, vocês viram e parabenizar também o grupo aí pelo trabalho que foi feito nesse período, mas seria melhor se tivesse uma participação maior. Cristiane.

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – A gente conversou um pouco sobre isso ontem no GT, eu até propus alteração da coordenação, porque eu achei que eu não estava conseguindo mobilizar o grupo. Mas aí também eu percebi que teve muito problema de comunicação. Então teve, tiveram pessoas indicadas para o GT, no caso da Ingrid ela nem sabia que compunha o GT. Mas ainda bem que ela veio na reunião ontem. Então eu vou fazer o seguinte, eu vou mandar um e-mail pessoal para cada um que está no GT e vou solicitar confirmação de cada um sobre a participação ativa no GT. E aí quem não me responder, eu vou, eu tenho autoridade para isso, pelo que está no regimento, eu vou excluir do grupo. E aí eu peço a compreensão de vocês, que realmente assim, eu já tentei de vários motivos, e a impressão que eu acabo tendo é que tem gente que está no grupo só para saber o que está acontecendo, e não para trabalhar mesmo. E eu acho que a gente precisa de gente para trabalhar, para saber o que está acontecendo a gente divulga tudo na internet, a gente apresenta nas reuniões e as reuniões são abertas para todo mundo que quiser assistir. E aí o grupo precisa ser um grupo com quem a gente possa contar mesmo, que as pessoas possam trabalhar. E ontem eu fiquei assim um pouco mais animada, porque a reunião foi muito produtiva, as pessoas todas que vieram participaram intensamente, e dedicadas, as pessoas interessadas no assunto. E então assim, a gente vai continuar, mas alguma atitude eu vou tomar, e já avisando que vai ser nesse sentido, e mandar um e-mail um por um, o que eu não tiver resposta eu vou comunicar que está sendo excluído do grupo.

295 **A SR^a. CÉLIA REGINA ALVES RENNÓ (ABES)** – Célia Rennó da ABES, bom
296 dia. Primeiro eu gostaria de parabenizar tá Cristiane todo o material produzido,
297 eu não estou no GT, por isso mesmo não vim na reunião de ontem, mas e não
298 vim exatamente porque foi produzido um material bastante grande, quando eu
299 fui informada da reunião, eu sabia que eu não teria tempo nem de ver, nem de
300 ler o material produzido para chegar e participar da reunião de ontem. Então
301 não vim. Mas eu acho que uma coisa bastante interessante é que esse material
302 produzido ele pode ser utilizado de diversas formas, inclusive para nós que
303 trabalhamos com representação, porque a gente está aqui representando, a
304 gente não vai poder participar, mas a gente quando votar e quando a gente der
305 sugestões aqui, a gente vai estar representando um número de pessoas que a
306 gente gostaria que pudessem também se tiver alguma sugestão, trazer para o
307 GT. Eu acho que o material produzido foi bem rico, eu consegui assistir
308 algumas horas das palestras, mas são muitas horas de palestras. Então para
309 quem está fora trabalhando e tendo que assistir isso em intervalos, isso se
310 torna uma coisa bastante extensa. Eu acho muito produtivo Cristiane que você
311 da mesma forma que você apresentou aqui os seus resumos executivos, que
312 esses resumos fossem feitos. Porque eu vi, por exemplo, tem várias palestras,
313 algumas estão mais afetas a um tipo de assunto, outras estão mais afetas a
314 outro tipo de assunto. Então quanto mais resumos executivos você puder
315 acrescentar a esse material que você produzir, isso vai nos ajudar, vai
316 encaminhar essas propostas e essa, por exemplo, o que é normativo, o que é
317 de gestão. O que é que tem a ver mais com a segurança realmente, o que é
318 que tem, tem uma preocupação da sociedade e quanto mais diretivas você
319 puder dar nesse material, melhor é para a gente poder fazer os
320 encaminhamentos as pessoas que possam realmente vir a contribuir
321 efetivamente para isso. Então eu parabenizo todo o trabalho que vem sido
322 feito, e solicito para que você realmente continue a fazer e a disponibilizar esse
323 material, a internet hoje possibilita isso. E eu acho que o nosso grande desafio
324 aqui como representante de entidade, é a gente fazer chegar esse material as
325 pessoas que puderem realmente vim com esses representantes, a Ingrid, eu
326 sei que a Ana Virgínia me ligou e Jussara, as duas estão participando e elas
327 têm interesse nisso. Então para que a gente faça chegar realmente a esses
328 nossos participantes, essas contribuições. É só assim que a gente vai
329 conseguir construir força aí na continuidade dos trabalhos.

330
331
332 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP)** – Muito bem,
333 obrigado então. Então vamos tentar aumentar a participação já boa, mas
334 precisamos melhorá-la ainda, né. Eu pediria aos colegas aqui que chegaram
335 após o início que não tiveram oportunidade de se apresentar, por favor. O
336 nome e a entidade.

337
338
339 **O SR. GUSTAVO CERQUEIRA ATAIDE (MME)** – Gustavo Cerqueira,
340 Ministério de Minas e Energia.

O SR. RENATO CRIVELENTI (COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS) – Renato Crivelenti, Comitê de Bacias Hidrográficas.

A SR^a. BELLKYS MIRANDA (ABIAPE) – Bellkys, ABIAPE.

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Alan Lopes, Agência Nacional de Águas.

O SR. MARCELO MEDEIROS (ANA) – Marcelo Medeiros, Agência Nacional de Águas.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Muito bem. Então sim Cristiandrea.

A SR^a. CRISTIANDREA CICILIATO (FONASC) – Cristiandrea, Fonasc. Primeiro eu queria dizer sobre o GT de Segurança de Barragem, eu queria parabenizar e dizer que o seminário também foi muito importante e só frisar que eu estou aqui para contribuir com o que você precisar Cristiane. E voltando aqui no começo da reunião que foi apresentada a ata, o João Clímaco fez um questionamento, é porque no Item 8 está escrito apresentação da hidrovía Paraguai, só que está entre parênteses Júlio, a confirmar. Então foi isso a pergunta, foi por conta dessa pergunta. Porque está escrito a confirmar, tá ok? Obrigada.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Ok. A gente vai dar, quando chegar a hora vai contar o que aconteceu. Ok, bom, obrigado então. Então pedir a Cristiane, por favor, que entre no segundo item, que é complexo para entendimento. Orçamento. Isso aí é muito importante, porque mesmo nós que participamos aqui diretamente dessa atividade dentro do governo, a gente tem dificuldade. E quem está de fora então tem, enfim, aí que é bem complicado para saber como é que funciona o negócio. Então a Cristiane vai falar um pouco sobre isso, que eu acho que é muito importante para que todos entendam, somente na nossa Câmara Técnica que trata de alguma forma de investimento ou deixar de investimento. Então tem muito a ver com essa questão da execução orçamentária. Cristiane.

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – Cristiane, Ministério do Planejamento. Bom, primeiro explicar um pouco da origem dessa apresentação. Durante o seminário de segurança de barragem a gente teve especialmente no último dia à tarde, várias apresentações de órgãos públicos. E aí eu cito especificamente o DNOCS e a CODEVASF. E o orçamento ou a falta de recursos é sempre apontada como o grande problema para manutenção e recuperação das barragens. E aí assim, sempre dá aquela

impressão de que é por causa do Ministério do Planejamento, porque a gente que é malvado, não dá orçamento. E não é, e aí o que é que eu coloquei durante o seminário? Olha, eu posso, o processo orçamentário tem um rito, né, eu posso explicar, me disponibilizei a explicar, até para o pessoal da ANA que falou que muitas vezes a resposta que recebe até desses órgãos nos casos de fiscalização, é olha, eu não tenho orçamento para fazer, então não tem jeito, aí não lembro até se não teve alguém que falou que o Ministério do Planejamento tinha que passar mais orçamento, alguma coisa assim. Eu falei assim olha, eu posso, me disponibilizo a apresentar o processo orçamentário para vocês entenderem quando o Ministério do Planejamento tem culpa, quando ele não tem, quando ele pode ajudar e quando ele pode ao menos não atrapalhar, né, eu falei desse jeito. Então a gente foi lá na ANA, fez a apresentação para a equipe de fiscalização, né Alan? De regulação. Acho que eles ficaram meio tristes, mas assim, faz parte né. E aí durante o seminário além da ANA a Jussara também pediu para apresentar como que funciona esse processo aqui na Câmara Técnica. Por isso que a gente está aqui apresentando. Bom, e aí eu já coloquei aqui que se trata do orçamento das esferas fiscal e da seguridade social. Ou seja, a gente não está tratando do orçamento de investimento das estatais que é bem diferente, é daquele recurso realmente que é aprovado no congresso e que está sob gestão ali do poder executivo para aplicação. Eu sugiro a gente, vocês preferem deixar perguntas para o final ou irem perguntando? Porque de repente é melhor ir perguntando ao longo da apresentação. Porque é extenso. Aí só para falar também assim, eu vou passar como que funciona o rito, né, eu não vou explicar detalhes do orçamento, como é que funciona, porque aí é melhor a gente ir fazer um curso. Então vou explicar meio as responsabilidades. Então para começar a Constituição Federal de 88 no Art. 165 ela estabelece que a gente vai ter algumas leis, né, relativas aos orçamentos, e essas leis elas sempre devem ser de iniciativa do poder executivo. Então por isso que a gente tem esse papel de elaborar o orçamento, está designado na constituição. Então ele compõe esse grupo, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei dos Orçamentos Anuais, que a gente chama de LOA normalmente, Lei Orçamentária Anual. O Plano Plurianual que é o PPA, ele estabelece as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital, ou seja, essas aí do orçamento fiscal e da seguridade. Relativos a programas de duração continuada. Então é por isso que no PPA, que a gente sempre fala de programa, vamos montar um programa, vamos fazer um programa para o governo, vamos colocar um programa no PPA. Porque a constituição diz que a organização ela é programática. Ele é um instrumento de planejamento, de médio prazo, ele vigora por quatro anos e ele tem a intenção, tem o objetivo de dar uma continuidade da ação de governo. Então o primeiro ano do mandato de um presidente acaba sempre sendo regido pelo PPA do anterior, porque durante o primeiro ano do mandato ele vai elaborar o PPA com base no plano de governo dele. Então o PPA vigora sempre a partir do segundo ano do mandato presidencial. Então o que é que compete ao Ministério do Planejamento? Lá a gente estabelece o modelo e os elementos dos programas do PPA. Lá se fazem as projeções econômicas em conjunto com o Ministério da Fazenda, se trabalha a dimensão estratégica, então assim, até importante, depois acho que vai ter um informe sobre isso. Então se elabora essa parte da dimensão estratégica que orienta. Lembrando

que aqui sempre, bom, a gente está numa democracia, então tem o processo eleitoral, a população elege um presidente, elege um programa de governo, e com isso também vai ajudar, na realidade vai orientar, vai moldar o PPA. Que é a vontade da população. A gente estabelece limites plurianuais, que aí realmente é o valor de investimento para aquele período de quatro anos, para os ministérios. Coordena a elaboração e consolida o projeto de lei para tramitar para a Presidência da República e posteriormente para o Congresso. Bom, e o que é que compete aos ministérios setoriais? Primeiro fazer seu planejamento setorial de longo prazo, ou seja, política de educação, planejamento de educação, quem faz é o Ministério da Educação, não é o Ministério do Planejamento que planeja como vai ser a política de educação. Energia, quem faz o plano de energia é o Ministério de Minas e Energia. Então é responsabilidade do ministério setorial fazer o seu planejamento de longo prazo. E esse planejamento vai ser base para ele colocar os programas no PPA. Então ele faz elaboração dos programas do PPA no modelo e da forma proposta pelo Ministério do Planejamento, e ele que define quais são os objetivos, como que vai ser feita a alocação de recursos, adequados aos limites plurianuais que são amplos, que são os globais estabelecidos pelo Ministério do Planejamento. Então desde o planejamento, desde o plano plurianual a gente verifica o alinhamento com as prioridades de governo, com plano de governo e tudo, mas quem define prioridade e alocação de recursos é o ministério setorial. Ou seja, é o que a gente diz que é discricionário. Bom, aí a segunda lei é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ela vai trazer as metas e as prioridades para as despesas de capital, e vai orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Essa a gente elabora anualmente, então todo ano nós elaboramos como que vai ser, quais vão ser as diretrizes para elaboração do orçamento do ano seguinte. A gente envia essa lei até o dia, a proposta de lei até o dia 30 de abril para o Congresso Nacional. Porque eles têm que aprovar antes de a gente realmente elaborar o orçamento. E o orçamento, a lei orçamentária a gente tem que mandar para eles até 31 de agosto, então eles têm um prazo relativamente curto para aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias. E ela vale sempre por um ano. O que é que compete ao Ministério do Planejamento. A gente coordena a elaboração do texto, do projeto de lei, faz a definição do processo, propõe o processo de elaboração da LOA, do orçamento, faz projeção do salário mínimo, é em conjunto com a Fazenda né Pedro? Também acho que sim. Projeção de receitas e despesas para o ano seguinte. Então, por exemplo, agora no começo de 2018 foram feitas as projeções para 2019, e já estão previstas, já está servindo de base para elaborar a proposta do orçamento de 2019 que a gente precisa mandar até 31 de agosto para o congresso. Faz estimativa de meta de superávit primário e estabelece prioridades para o orçamento, né, do ano seguinte. Então é com base no PPA e nas diretrizes de governo. Os ministérios setoriais não têm uma grande participação na elaboração da LDO, mas quando eles estão identificando que tem algum dispositivo na LDO que precisa de aprimoramento, eles propõem ao ministério. Mas não existe um processo de consulta como existe na elaboração, de consulta não, de participação bastante ativa como tem no PPA e na LOA. A Lei Orçamentária Anual então ela estima as receitas e fixa as despesas. Então ela também é elaborada anualmente, enviada até o dia 31 de agosto e vale por um ano. A elaboração da LOA tem duas fases: uma fase

qualitativa e uma fase quantitativa. Nessa fase qualitativa os ministérios eles escolhem quais vão ser as ações que eles vão executar no ano seguinte. Então se ele vai fazer recuperação de barragem, ele vai ter lá a ação, vai propor a ação de recuperação de barragem.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Bom dia. É João Clímaco das ONGs. Quando uma dotação é solicitada por um deputado, e que vai ao encontro de rubricas, por exemplo, fazer barragem em determinada cidade. Essas verbas que o poder legislativo libera para deputado de emenda parlamentar, como é que isso entra no orçamento e sendo uma rubrica relacionada a equipamentos e questões ligadas à gestão hídrica, como isso acontece? Já que eu tenho observado que isso tem sido recorrente, e eu nesse seminário que a gente participou, o colega lá do Ceará ou é da Paraíba, né Cris, ele fez uma palestra muito elucidativa da falta de condições dele enquanto estado, executar obras de interesse público. E as verbas para emenda parlamentar elas têm mais fluidez. Eu queria só para tirar essa dúvida, como isso acontece dentro dessa engenharia aí de coisa que você falou?

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – Bom, toda vez, todos esses projetos de lei quando eles vão para o congresso, eles são só uma proposta, né.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Por parte de parlamentar não é projeto de lei, é?

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – Eu vou explicar. Então a gente manda para lá uma proposta de texto, uma proposta de orçamento, uma proposta de plano plurianual. Então o poder executivo com base no seu planejamento está propondo isso aqui. Quando chega no congresso é que vai ser definido o que realmente vai ser feito, porque a constituição diz que é a iniciativa do poder executivo. Só que essas leis têm a característica de autorização, autorização do Congresso para que o poder executivo possa fazer. E eles têm, podem mexer no orçamento, no plano plurianual na forma que eles bem entenderem. Então aí é nesse processo de tramitação do projeto de lei é que são feitas as emendas. Então eles vão fazendo aí normalmente, por exemplo, a gente manda o orçamento fechadinho, então eles reduzem valores de algumas ações orçamentárias e criam outras. Eu não sei exatamente se a Secretaria do Orçamento já manda um espaço de emendas, não sei bem como é que funciona. É, mas eu não lembro se ele já se manda um espaço para que eles possam alocar e fazer as emendas, ou se normalmente eles realmente mexem nas alocações para criar as emendas. Mas assim, existe, foi feita acho que uma emenda constitucional, se eu não me engano, que aí criou essa figura das emendas impositivas. Então quer dizer que a não ser que exista um impedimento técnico, a gente precisa executar, precisa, o poder executivo, precisa tomar todas as medidas para que aquele

recurso seja empenhado. E isso às vezes complica todo o planejamento realmente do poder executivo. Mas nem todas as emendas são impositivas. Expliquei? Quer falar Pedro?

O SR. PEDRO EMÍLIO (MP) – Pedro Emílio, Ministério do Planejamento. Só complementando aqui a resposta da colega, hoje em dia houve uma alteração na constituição de 2015 se não me engano, que 0,5% da receita corrente líquida é destinada a emendas impositivas individuais dos parlamentares. Então tem essa possibilidade de o parlamentar fazer a proposta. E eu acredito que essa proposta é feita até dentro das ações que são previstas na LOA, é feita a proposta de investimento, uma proposta de trabalho para o ministério setorial, e o ministério setorial analisa e ele tem como pedir readequações, mas de maneira geral essa é impositiva a execução desse valor pelas emendas individuais dos parlamentares.

A SR^a. CÉLIA REGINA ALVES RENNÓ (ABES) – Célia Rennó. 0,5% quanto que representa isso, por exemplo, nesse orçamento que vocês fizeram agora?

A SR^a. CRISTIANE BATISTTON (MP) – Célia, a gente não tem o valor aqui, mas verifica e passa. Dá para tentar fazer um cálculo, se não me engano a receita é da faixa de 1 trilhão. Mas aí é diferente, a gente tem que olhar. É bastante, eu lembro que no ano passado as emendas de bancada, isso nem era as individuais, as emendas de bancada cada estado poderia fazer uma emenda da faixa de R\$ 150 milhões ou R\$ 200 milhões. Então assim, na fase, voltando aqui, a fase qualitativa é isso, nesse momento os ministérios estão escolhendo o que é que eles vão fazer qualitativamente, onde é que eles depois vão alocar o recurso. O que é que compete lá ao Ministério do Planejamento. Coordenar a elaboração desse projeto de lei, dos anexos dela, projeção das despesas obrigatórias, porque na Lei de Diretrizes Orçamentárias se vocês olharem, tem as despesas obrigatórias. Da última vez que eu olhei a gente tinha 65 despesas obrigatórias listadas na LDO. Então o que é que a gente faz, pega a projeção de receita, desconta tudo que vai ter que ser gasto nas despesas obrigatórias e vê o que é que sobra. O que sobra a gente distribui limite entre os ministérios, que é o que a gente chama de despesas discricionárias. Depois na fase quantitativa eles vão pegar esse recurso e vão alocar naquelas ações que qualitativamente eles tinham dito que precisavam executar. E eles distribuem conforme a sua prioridade, discricionários deles. A gente só realmente verifica no planejamento se estão sendo cumpridos os mínimos constitucionais e as despesas obrigatórias. O nosso trabalho lá com relação a esse processo alocativo e também com a relação à parte qualitativa, ele é questionador, por exemplo, a minha secretaria que a gente acompanha o programa de aceleração do crescimento, o nosso papel é sempre muito questionador, e provocativo com relação ao ministério para alocação dos recursos. A posição final sobre a realização de uma ação ou não, alocação de recurso ou não, é sempre do ministério setorial. Então assim, a gente pode discutir, vai para o embate, mas a posição final é dele, por quê? Porque

588 legalmente ele que é responsável por aquela política pública, se você for no
589 PPA está escrito lá: responsável por isso é o ministério tal, não é o Ministério
590 do Planejamento. Então a gente pode até discutir com ele, que ele cumpra, que
591 ele faça aquilo. Mas a responsabilidade por fazer ou não é dele, quem vai ter
592 que responder depois é ele. Então por isso que a gente não pode ser muito
593 invasivo. Na realidade a gente não pode ser invasivo, a gente pode questionar,
594 mas não pode ser invasivo, porque a responsabilidade é daquele ministério.
595 Então aqui, né, voltando. A gente confere esse alinhamento entre o PPA e a
596 LDO com o que veio das propostas dos ministérios. E a gente estabelece
597 também, na realidade propõe, quais seriam as regras para alteração do
598 orçamento ao longo de sua execução. Então normalmente isso obviamente é
599 depois submetido a autorização do Congresso para que se concretizem essas
600 regras. Então, por exemplo, o Congresso às vezes autoriza que o poder
601 executivo, e aí a gente pode fazer por decreto, remaneje recurso de uma ação
602 para outra até 20% do seu valor. Mais que isso eu tenho que mandar um
603 projeto de lei para o Congresso para ele me autorizar a mudar mais de 20% do
604 valor. Então essa calibração do valor no momento da elaboração do orçamento
605 é muito importante, porque a gente, poder executivo não tem flexibilidade de
606 ficar mudando muito o recurso de lugar. E criar ação orçamentária também ao
607 longo do ano só por projeto de lei, porque o poder executivo está autorizado a
608 executar o que está no orçamento. Se não está lá, precisa pedir autorização
609 para o Congresso para ser inserido. Bom, então aqui, o que é que compete lá o
610 ministério setorial, acho que eu falei um pouco já, é definir quais ações serão
611 executadas e fazer a alocação dos recursos daquele, do que sobra, do
612 discricionário lá, conforme ele acha que executa nas ações orçamentárias que
613 ele propôs. Bom...

614
615
616 **O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA)** – Cristiane? Só fazer uma pergunta rápida.
617 Que eu acho que esse ponto é um ponto chave para a gente entender essa
618 questão da restrição do orçamento para manutenção. Então assim, a despesa.
619 Alan, da Agência Nacional de Águas. Todo investimento em capital,
620 investimento, por exemplo, em novas barragens, e o custeio de
621 operação/manutenção, são consideradas despesas discricionárias. Não são
622 nunca obrigatórias. O limite para despesas discricionárias é definido pelo
623 Ministério do Planejamento, né, como que é calculado esse limite? Porque aí é
624 com base nesse que isso vai condicionar o quanto que se gasta em
625 operação/manutenção.

626
627
628 **A SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP)** – Bom, primeiro assim, a
629 gente tem a projeção na receita. Disso a gente abate o que vai ser gasto com
630 despesa obrigatória. Então sobra uma parcela muito pequena. Então toda vez
631 que vocês veem até os ministros falando, todo mundo fala: o nosso orçamento
632 é muito rígido, não tem onde cortar, já chego lá.

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Quando você faz essa conta, você a despesa financeira sai então também, é receita menos a despesa obrigatória? Mas também não entra na conta a despesa financeira.

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – Não estou no financeiro, estou só no...

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Porque, por exemplo, de pagamento de juros e etc., porque isso aí, aí não tem receita para isso.

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – Mas isso é despesa obrigatória. Isso é despesa obrigatória, pagamento de juros, se você olhar na LDO está lá, é despesa obrigatória. Então quando a gente faz a conta do que vai ter de recurso no ano seguinte. Aí eu nem falei da Emenda 95, já vou falar de novo. Você vê quanto vai ter de recurso no ano seguinte, no orçamento. Aí você abate o que vai ser para a despesa obrigatória. É mais ou menos em casa, você vai ter tanto de prestação, tanto de... Exato, nos últimos anos a gente está trabalhando com déficit no orçamento. Então, mas aí é, essa história do déficit aí é outra. Então assim, vamos dizer que da receita o que sobra a gente coloca para distribuição nas despesas discricionárias. Como o pessoal faz o cálculo, por exemplo, agora que a gente está com déficit, eu não sei exatamente como faz, porque não é a minha área, né, como que eles chegam. Mas assim, certamente é relacionado a manter um movimento mínimo na máquina pública, e tentar gerar alguma melhora da situação econômica para que a gente saia da situação de déficit primário. Então só para falar um pouquinho que assim, antes da Emenda Constitucional 95 que implantou o novo regime fiscal, a gente realmente calculava quanto que ia ter de receita para estabelecer quanto ia ser o nosso limite orçamentário no ano seguinte. Com a Emenda 95 mudou, não me importa mais a receita, ou seja, não importa quanto vai entrar no caixa da união. O orçamento do ano seguinte vai ser o orçamento do ano vigente corrigido pela inflação, pelo IPCA? Acho que é pelo IPCA. Então, por exemplo, está muito difícil, ou seja, as despesas elas crescem mais, tem um monte, a gente não conseguiu reduzir as despesas obrigatórias e esse espaço discricionário para a gente alocar em investimento, para alocar na manutenção, ele está reduzindo muito. Então vamos entrar na política econômica não, porque também não é minha praia, eu acho que a gente, eu não vou contribuir muito com a discussão. Mas assim, ficou mais complicado. Aí, quer falar Ingrid?

A SR^a. INGRID MULLER (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS) – Na realidade eu tenho uma dúvida, mas não sei se é muito básica, economia básica. Esse tanto que sobra, eu sei que cada ministério tem seus programas, mas digamos que todo mundo tem um monte de programa, e deve ser aquela briga lá, né. Como que escolhe, claro, eu digo que o meu é importante, você diz que o seu é importante, o Alan diz que o dele é

684 importante, daí como que, qual que é o critério que diz que o meu é mais
685 importante que o teu? Que no fundo tudo é importante, educação é importante,
686 saúde é importante, segurança é importante. Ministério de Minas é importante,
687 tudo é importante, mas aí como que eu vou, quem que prioriza, daí é a função,
688 o ministro que é mais amigo do presidente, tem isso ou não? Ou aquela verba
689 daí é dividida igualmente entre o número de programas? Por exemplo, se cada
690 ministério apresentou 10 programas, ou é dividido igualmente entre os
691 ministérios ou qual que é o critério?

692
693
694 **A SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP)** – Não, não é dividido
695 igualmente, assim, essas discussões elas começam primeiro no PPA, quando
696 se distribui o limite plurianual. Como que a gente faz, a gente primeiro olha um
697 pouco do histórico de execução no ministério, porque os ministérios também
698 têm uma capacidade de execução de recursos. Mas olha o que tem de coisas
699 novas. Então assim, vamos esquecer um pouco da Emenda 95, que é essa
700 restrição. Então, por exemplo, existem pontos onde se quebra um pouco esse
701 ritmo histórico para o caso de determinados programas de governo, então
702 mobilidade urbana. O Governo Federal não investia em mobilidade urbana,
703 teve uma época que teve CBTU, ainda tem né, mas assim, era muito pouco.
704 Então se verificou que era preciso que a união apoiasse mais a realização de
705 obras de mobilidade urbana. Então se você pegasse o histórico de execução
706 orçamentária do Ministério das Cidades com relação à mobilidade urbana, você
707 não ia investir nunca, então você teve uma quebra e aumentou, mas aumentou
708 por quê? Porque tinha uma diretriz de governo. Então a diretriz sempre vem da
709 Presidência da República. Como que a gente começa com a distribuição dos
710 pré-limites? Faz com base no histórico, mas com um espaço para discussão
711 com o ministério, então por isso a gente acaba separando em duas fases. Uma
712 a discussão do pré-limite e aí o ministério traz de volta mostrando: olha, isso é
713 suficiente ou sobrou, isso é insuficiente, está faltando para isso, para isso e
714 para isso, e aí a discussão é de alto nível, tem que ser com os decisores quem
715 tem mandato no governo para decidir. Porque realmente tem a escolha, e aí
716 essa escolha de para onde vai, quem vai fazer, é de alto nível. Então. É
717 subjetivo, mas eu não digo tanto, porque assim, quando a população vota em
718 um determinado programa de governo, ela está escolhendo, ela está
719 escolhendo. Então ela deu um mandato para aqueles representantes dela
720 escolherem onde vai colocar o recurso.

721
722
723 **O SR. PEDRO EMÍLIO (MP)** – Pedro Emílio, Ministério do Planejamento. Só
724 complementando o que a colega comentou, a gente também tem muita a
725 cultura do orçamento incremental. Então tanto o poder público de maneira
726 geral, a união, os estados e os municípios, tende a olhar também para a
727 execução histórica, execução da série histórica daquele programa. Então se o
728 programa tem uma boa execução, ele tende a manter a dotação orçamentária
729 ou tende a aumentar a dotação orçamentária. Mas lógico que tudo isso
730 depende também da relevância política daquele ministério, da relevância
731 política daquele programa num determinado contexto.

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – Mas eu acho que eu não respondi lá a questão do Alan ainda. Mais ou menos, né? Então assim, essa divisão do que sobra.

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Eu entendi que hoje pela PEC 85, 95? Ela, Emenda Constitucional, você já tem o limite dado, que é o orçamento do ano passado mais a inflação. Então hoje não tem muito o que fazer, né?

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – No global.

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Porque o que eu entendi também.

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – No global, o que acontece, o discricionário varia. Por que é que varia? Porque eu tenho que pegar desse limite e abater tudo que é discricionário, tudo que é obrigatório. E obrigatório está aumentando. Então o discricionário está diminuindo. Então nesse caso o incremental ficou contrário. Os nossos recursos estão diminuindo. Está diminuindo e está diminuindo muito.

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Na assim, na vigência dessa Emenda Constitucional?

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – Sim. Mas ela é, vai vigor por muito tempo, porque a revisão desse índice de correção se eu não me engano é para 10 anos e ela tem vigência de 20 anos? Bom. Então onde que a gente parou? Então nas fases de elaboração do orçamento e aí a gente propõe e o Congresso autoriza como que executa. Aí tem um decreto que é famoso, que saiu logo no começo do ano que chama o decreto de programação orçamentária e financeira de limitação de empenho e movimentação financeira, que todo mundo chama de Decreto de Contingenciamento. O nome dele é programação orçamentária e financeira e limitação de empenho e movimentação financeira. Por quê? Então lembra que assim, foi durante a elaboração da LDO, da Lei de Diretrizes Orçamentárias que acontece até abril do ano anterior, é que foi feita a estimativa da receita, a estimativa do orçamento. Então assim que é aprovada a lei, ou seja, assim, dezembro, normalmente ela tem, a lei orçamentária tem que ser aprovada antes do recesso de fim de ano, se não me engano está na constituição isso, assim que é aprovada, dentro do ministério a gente faz uma revisão da projeção da receita. Porque aquela projeção tinha sido feita há um ano atrás. E aí com base nisso a gente verifica se precisa contingenciar, se a gente vai ter menos receita ou se não, se pode deixar como está. E faz uma organização dizendo quanto que os ministérios vão poder empenhar ao longo do ano. Então mês a mês se estabelece lá quanto que eles vão poder empenhar e quanto que eles vão

poder pagar. Aqui eu coloquei uma coisa que é importante. Ah sim, se precisa contingenciar, também se dá quanto que cada ministério precisa contingenciar, e ele que escolhe em quais ações orçamentárias que ele vai contingenciar.

[1:04:10] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Como é que é colocado no orçamento o lucro das empresas estatais, quando as têm, quando tem? Entra como essa receita, já que não é de imposto? E se existe esse tipo de transferência desse, que eu vejo às vezes informes de empresas estatais com uma alta taxa de lucratividade, pelo menos até certo tempo atrás. Até o BNDES tem lucro, aí eu queria saber como isso é incorporado ao orçamento e como é que isso vai ser administrado no meio dessa coisa toda.

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – Bom, o orçamento ele é direcionado aos gastos, né. Autorização dos gastos. O que vem de receita das estatais como participação, que a união recebe, aí fica no cálculo da projeção de receita. Eu não sei dizer para você empresa por empresa como que é e como que esse lucro entra, de repente é melhor a gente pedir uma apresentação do pessoal do Ministério da Fazenda que trabalha com isso, para até ver, não sei se tem algum relatório. Que a secretaria das estatais lá do Ministério do Planejamento, mas no orçamento, assim, por isso que eu falei até no início, eu estou explicando para vocês o processo de elaboração do orçamento da parte da esfera fiscal e da seguridade social. Mas tem também o orçamento de investimento das estatais, que compõem o orçamento geral da união. Que quem elabora é até outra secretaria, é esse SEST dentro do Ministério do Planejamento, ela é totalmente diferenciada, com base nos planos de negócio de cada empresa, é bem diferente. Agora a parte de receitas ela entra como, é um input para o orçamento, que o orçamento ele é autorização de gasto. E aí realmente eu sou só da galera que gasta o dinheiro. Eu não sou da arrecadação, mas de repente aí é bom a gente falar ou pedir uma apresentação do pessoal da receita. Porque eles devem ter tudo mapeado como que vem lucro das estatais, quais são as receitas que a união tem. Mas certamente no site da receita, do Ministério da Fazenda deve ter relatório sobre as receitas da união. Aí tem uma coisa muito importante que é bem importante esclarecer. A lei orçamentária ela é autorizativa, ou seja, o Congresso autorizou o poder executivo a gastar naquela determinada coisa até o limite tal, não é porque determinado empreendimento tem na lei orçamentária R\$ 100 milhões que o poder executivo é obrigado a gastar R\$ 100 milhões. Não, ele está autorizado a gastar até R\$ 100 milhões. Isso é bem importante porque a gente vê em vários, inclusive recebe questionamentos de órgãos públicos, de Ministério Público, de órgão de controle, exigindo por que é que não foi gasto aquele valor. Então isso é importante ficar claro que é porque a lei orçamentária é autorizativa. Então você gasta, se você teve condições técnicas, se você não teve que fazer contingenciamento, se você conseguiu terminar a licitação, a empresa desenvolveu como deveria, então envolve n outras coisas o gasto público. E aí então durante a execução do orçamento como que se fazem essas movimentações para mudar o recurso de uma para outra? É através do que a gente chama de créditos adicionais. Então tem

esses três tipos de créditos, os créditos especiais, que precisam de autorização aqui do poder legislativo. Então imagina que a gente vai querer recuperar a barragem Jucazinho e ela precisa de uma ação específica no orçamento, né, eu estou falando dela porque foi um caso aqui. Para a gente incluir uma ação específica para ela, teria que mandar um projeto de lei para o Congresso Nacional para ele autorizar criar ação no orçamento e colocar aquele valor. Seria um crédito especial. Tem os créditos extraordinários, que também precisam ser submetidos ao Congresso Nacional, mas aí naqueles casos assim, por exemplo, teve uma calamidade pública, então a gente pode fazer uma medida provisória, começar a executar aquele recurso, mas a medida provisória vai para o Congresso Nacional e ele tem que analisar e aprovar como lei.

[1:09:31] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – E também tem uma carência de tempo?

A SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – Como carência?

[1:09:34] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Um tempo para essa aprovação?

A SRª. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – Sim, a medida provisória, aí eu não tenho bem certeza se é 60 ou 90 dias. Ela vale, 90? Desculpa. Mas é assim, ela tem ou 60 ou 90 dias de validade, ela pode ser prorrogada pelo mesmo prazo, e se ela não for votada nesse prazo, ela cai. E aí assim, ela não vale mais e se o Congresso não votar, aí você tem que suspender aquele tipo de ação porque você não tem autorização para fazer. E aí tem os créditos suplementares, então esses que são, acaba sendo os mais ágeis que a gente pode fazer por decreto do poder executivo, porque já tem autorização no texto da lei orçamentária para a gente poder fazer. Bom, era isso que eu queria mostrar para vocês, para vocês entenderem as funções do que é responsabilidade do ministério setorial, do que é responsabilidade do Planejamento. A gente pode ajudar sim, a gente tenta ajudar os ministérios, né, na parte de criação de ações, como a gente acompanha os programas, então a gente ajuda em disputa para tentar conseguir mais orçamento para algumas áreas. Mas assim, sempre quem escolhe o que fazer com o recurso é ele, porque ele é o responsável, o ministério setorial que é o responsável. Aí no caso que a gente estava falando aqui do início do que é DNOCS e CODEVASF, eles são vinculados ao Ministério da Integração Nacional. Então o recurso que vai para eles é definido pelo Ministério da Integração Nacional, nem parte do limite do Planejamento. É o Ministério da Integração que diz quanto que o DNOCS vai ter de limite, quanto que a CODEVASF vai ter de limite dentro daquele limite global que ele tem. E assim também ele distribui o contingenciamento e assim por diante. Era isso.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Sim Pedro.

O SR. PEDRO EMÍLIO (MP) – Pedro, Ministério do Planejamento. Deixa só eu corrigir uma informação que eu dei de maneira equivocada. Na verdade, 1,2% da receita corrente líquida João Clímaco, por ano vai para emendas individuais impositivas. Então isso respondendo até a pergunta da outra colega, dá em torno de R\$ 15 milhões por ano por cada parlamentar. Por emenda individual impositiva, sendo que desses R\$ 15 milhões, metade deve ser destinado a ações e serviços públicos de saúde.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Ok. Bom, alguma outra pergunta, algum esclarecimento que a Cristiane e o Pedro podem ajudar a gente aqui? Todos, todo mundo entendeu o orçamento? Eu ainda não entendi, depois de 40 anos, mas eu agradeço a Cristiane e o Pedro pela apresentação, é sempre bom a gente ter essa, esses esclarecimentos. Quer dizer, fala sobre o contingenciamento, e isso é uma das questões que às vezes não fica claro, né. Contingenciamento em geral ele é quase que linear. É como se fosse, me corrija se tiver errado, 20%, por exemplo, de contingenciamento, daí 20% para cada, vai direto para todos os orçamentos dos ministérios. Agora esses 20% para cada um dos ministérios, aonde corta, onde deixa de cortar, é o próprio ministério que vai executar. Então não é quando entra 20%, não significa que é 20% em todos os programas do referido ministério, às vezes corta um programa inteiro, às vezes outro no programa não corta. Então aí às vezes vinha defendendo o Ministério do Planejamento, dava a impressão que era o Ministério do Planejamento que mandava cortar. Na verdade, não é bem um corte, é um contingenciamento que pode ser liberado depois do decorrer do processo ou não. Se aumentar a receita, pode ser liberado ou não. Mas o finalmente quem decide aonde diminuir os valores, é o próprio ministério, os próprios ministérios que têm essa liberdade. Bom, muito obrigado Cristiane, muito obrigado Pedro pela apresentação. Passar para o, sim, por favor.

A SR^a. CRISTIANE COLLET BATTISTON (MP) – Gente, eu vou pedir desculpas, mas eu vou precisar sair. De qualquer forma vocês têm meu contato, tanto de e-mail, telefone e eu estou sempre disponível. Aí o Pedro fica representando o ministério, está bom?

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Está bom. Agora então vamos ver aqui com o próximo item da pauta, que é a CTIL nos encaminhou a proposta de resolução que trata da implementação da Rede Nacional do Monitoramento de Qualidade de Água. Que foi preparada durante aí o processo aí do legado, pela Agência Nacional de Águas. Isso foi encaminhado ao conselho, porque é uma resolução, e foi a CTIL, e a CTIL achou por bem que é um tema que deveria ser primeiro discutido aqui na CTAP por se tratar de um tema especificamente técnico. E depois se for o caso, se for o caso não, uma vez que dê andamento na resolução ele vai passar

normalmente pela CTIL. Eu estou vendo aqui o Marcelo, imagino que você veio para esclarecer aqui. Então eu vou passar para os colegas da ANA para que enfim, dê ou explique aí o objetivo da proposta e depois a gente começa a discutir alguma coisa sobre isso.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu queria antes do Marcelo, saudar a presença do Marcelo aqui, que teve uma experiência prodigiosa enquanto membro de secretaria do conselho aqui. Foi uma das melhores secretarias que eu tive oportunidade de conviver nesses mandatos sucessivos do Fonasc, que agora fomos reeleitos mais três anos. E nessa experiência eu queria deixar registrado nosso agradecimento, porque nunca tivemos um período de convivência tão profícuo entre o Ministério do Meio Ambiente e a representação da sociedade dentro do conselho, como tivemos no período que você era secretário aqui. E a gente conseguia resolver problemas, e você tinha uma atitude muito republicana em relação aos membros do conselho. Queria deixar isso registrado aproveitando a oportunidade que você está aqui, e que você consiga ser um exemplo para futuros secretários que tiverem aqui na Secretaria de Recursos Hídricos. Nós conseguimos resolver muitos problemas sem precisar entrar na justiça, fazer confusão, brigar, de maneira tão incisiva como estamos acontecendo agora. Parabéns, obrigado por você estar aqui.

O SR. MARCELO MEDEIROS (ANA) – Obrigado João. Assim eu até penso em ficar com saudade daqui. Bom, para quem não me conhece, meu nome é Marcelo Medeiros, e atualmente eu sou o Superintendente de Gestão da Rede Meteorológica Nacional. O que quer dizer que na ANA eu coordeno a rede meteorológica nacional, é simples assim. A rede é tão importante para a ANA que não só temos uma superintendência, nós somos uma das maiores superintendências da ANA, mas sistematicamente desde 2010 nós representamos um terço de todo gasto da ANA, o que é relativamente um gasto impressionante comparando com outros órgãos da Esplanada. Vocês acabaram falando sobre contingenciamento uma hora, a gente não sofre contingenciamento desde 2010, de vez em quando a gente perde receita, igual esse ano a gente perdeu receita em relação ao ano passado, mas a gente vem sistematicamente aumentando o orçamento e a gente além de ser um terço, a segunda fonte de gasto da ANA que se aproxima de nós é metade do nosso orçamento. Porque nós entendemos que a busca por conhecimento hidrológico é o pilar da gestão de recursos hídricos, se você não conhece o que você tem, você não gerencia. Então na ANA a rede tem sido privilegiada há muitos anos. E eu sempre trabalhei com rede, há 21 anos eu trabalho com monitoramento hidrológico, e a rede ela existe como serviço público federal desde 1920, nós vamos fazer 100 anos agora como serviço público. Então a rede não é da ANA, a ANA herdou uma estrutura da rede e tem feito as suas mudanças, como todas as outras entidades desde 1920 fizeram ao longo desse tempo. O que nós fizemos de notável do nosso período, um é automatização da rede, a gente tem feito cada vez mais aquisições de novos equipamentos para você diminuir a dependência da ida no campo para obter o dado, nós temos mais, cada vez

978 mais equipamentos automáticos e que transmita esse dado em tempo real, nós
979 estamos investindo em novas tecnologias de aquisição que podem não
980 transmitir o dado, mas permite lá no momento da coleta tem um dado com
981 maior qualidade, então isso é investimento em controle da qualidade do dado.
982 Isso dá para sentir quando nós fazemos as análises de confiabilidade de dado
983 depois, porque quando vocês coletam, pegam um dado no portal da ANA, ele
984 já passou por várias análises de qualidade, então isso tem melhorado para nós
985 também. E a outra coisa que é interessante é a qualidade da água, a qualidade
986 da água sempre foi um problema em qualquer rede nacional de monitoramento,
987 porque não é que seja difícil você fazer a amostra da qualidade da água, o
988 problema é como analisar. A maior parte dos parâmetros relevantes de
989 qualidade da água são analisados em laboratório, e nós temos poucos
990 laboratórios no país. Os melhores laboratórios do país ainda são laboratórios
991 estatais de alguma forma, pertencem a união, pertencem aos estados,
992 eventualmente algum município com um bom serviço de abastecimento de
993 água tem um bom laboratório. Mas você manter um laboratório que consiga
994 fazer análises de qualidade da água, e até mais importante que isso, que esse
995 laboratório seja acreditado, ele tenha um certificado dizendo que ele é bom no
996 que ele faz, que você pode confiar na amostra, na análise que ele entrega, isso
997 é um tanto raro. Há motivos que nós não somos exceção no mundo, a
998 necessidade maior por análise de qualidade da água ela surge principalmente
999 com a revolução industrial nos países. Os países que saem, migram de uma
1000 cultura agrícola, começa a investir em indústria, começa a ter grandes
1001 indústrias, grandes atividades impactantes como mineração, você passa a ter
1002 necessidade de análise de qualidade da água. Não é por acaso que as
1003 referências nacionais de qualidade da água são primeiro São Paulo e depois
1004 Minas Gerais. Nós não temos tantos problemas assim, por exemplo, numa
1005 Amazonas, Amazonas não tem um laboratório estatal de qualidade da água. As
1006 universidades têm, mas o estado tem, porque ele nunca enfrentou, ainda não
1007 enfrentou o que São Paulo e Minas Gerais já enfrenta a algum tempo, que
1008 motivaram eles a montarem suas estruturas. Não só de laboratórios, mas
1009 principalmente monitoramento. Então há uma diferença discrepante entre os
1010 estados, e mesmo entre a união e os estados. A qualidade da água também
1011 muitas vezes confunde com gestão ambiental, então na maior parte dos
1012 estados os laboratórios e as redes de qualidade da água são dissociadas das
1013 redes de quantidade, a quantidade ficou com o órgão gestor de recursos
1014 hídricos quando ele foi criado, e qualidade sempre ficou ali com o meio
1015 ambiente. Por que a maior parte dos problemas onde foi necessário
1016 implementar, eles foram locais, as redes de monitoramento de qualidade da
1017 água elas começam a surgir nos estados, nos países, isso é uma tendência
1018 mundial, para pegar um problema, é o que a gente fala que é a rede de
1019 vigilância, não é a rede de monitoramento de tendência, de alteração de longo
1020 prazo da qualidade da água de todo corpo hídrico. Não, eu estou querendo
1021 pegar os incidentes, então toda grande cidade que é um polo industrial,
1022 começa a botar estação de qualidade da água. Onde tem uma grande área
1023 rural mecanizada, com grande irrigação, com grande uso de fertilizante, põe
1024 uma rede de monitoramento da qualidade da água. Então a gente tinha uma
1025 carência no país de uma rede de monitoramento de tendência que é diferente
1026 dessa de vigilância, não estou procurando um culpado, eu não sou órgão

1027 ambiental, eu não quero pegar a mineração que está fazendo errado, a
1028 indústria que está fazendo errado, eu quero observar uma tendência. O órgão
1029 de gestão de recurso hídrico ele chegou atrasado. A gente começa depois de
1030 um longo tempo já tendo uma rede de quantidade, tentando implantar uma
1031 rede de qualidade e no foco de gestão de recursos hídricos é observação de
1032 tendência. Eu preciso ter uma rede muito espalhada e o número de parâmetros
1033 é menor. Como eu tenho uma falta muito grande de laboratórios, e eu vou falar
1034 de novo da necessidade dos laboratórios, porque a maioria dos parâmetros
1035 relevantes, principalmente para a vigilância, eu tenho algumas horas para ser
1036 analisada, eu colete e eu tenho 12 horas para botar isso no laboratório. Metais
1037 pesados, até que não, eu posso ficar algum tempo, mercúrio eu posso ficar
1038 seis meses com a amostra, mas qualquer parâmetro biológico ou qualquer
1039 alteração na fauna e flora que tem origem química ou física, 12 horas. Então eu
1040 não consigo amostrar água lá na Cabeça do Cachorro e ver se ela presta ou
1041 não do ponto de vista biológico aqui embaixo em Manaus, não dá tempo de
1042 trazer. Eu não consigo mostrar no Rio Doce quase todos os pontos, fora das
1043 grandes cidades, porque eu não consigo levar em 12 horas. Isso é um
1044 problema muito sério para a qualidade da água, é o maior impeditivo que a
1045 gente tem há muitos anos, e isso é internacional, é a necessidade de você ter
1046 um laboratório próximo do ponto de coleta. Então o que acontece, em todos os
1047 países a maior densidade de estações, e principalmente as estações que
1048 medem o maior número de parâmetros estão próximas das regiões
1049 metropolitanas, isso é muito comum. Ali está ocupado e ali está a estrutura
1050 capaz de analisar. Bom, eu falei da rede de quantidade, a gente está aí desde
1051 1920, a gente começou a fazer a qualidade da água na rede por volta da
1052 década de 80, principalmente porque na década de 80 começa os grandes
1053 incidentes no Brasil com a indústria, vamos lembrar de Cubatão, que é da
1054 década de 80, você tem não só poluição do ar, mas poluição da água, então
1055 São Paulo começa a montar sistematicamente estações nessa região. Não só
1056 o Cubatão, mas também o Vale do Paraíba do Sul. Então você tem os eventos
1057 notáveis que levaram a necessidade de ter uma rede de monitoramento
1058 principalmente nos estados. A união começa a fazer isso também na década
1059 de 80, por quê? É um problema de tecnologia, até o início da década de 70 a
1060 qualidade da água você fazer sem laboratório, quer dizer que eu tinha que
1061 levar um minilaboratório para a beira do rio, qualquer lugar que eu fosse. O que
1062 é que dava para fazer com um minilaboratório? Os parâmetros que a gente usa
1063 até hoje, condutividade elétrica, TH, temperatura da água, o que são
1064 dissolvidos, são poucos parâmetros, hoje em dia até a turbidez a gente
1065 consegue também. Porque isso eu consigo botar numa pequena bancada e
1066 transportar isso para algum lugar. Quando eu comecei a trabalhar em 1997 já
1067 existia um equipamento eletrônico que fazia isso, ele estava 30 quilos, eram
1068 oito maletas enormes, 30 quilos, ocupava um terço da caminhonete que a
1069 gente fazia medição normal de quantidade. E ele tinha que ser calibrado toda
1070 vez que era usado, então uma amostra de qualidade da água mesmo sendo o
1071 parâmetro mais simples, demorava 24 horas para ser feita, então era um
1072 desperdício de tempo terrível, que não dava para acompanhar. Então não era
1073 tão fácil. Só que isso melhorou muito, hoje em dia na rede que a ANA é
1074 responsável, nós compramos um equipamento que pesa três quilos, ele é um
1075 pequeno cilindro e ele mede todos esses parâmetros em alguns minutos. E eu

1076 só preciso calibrar ele uma vez por mês. Então nós temos uma facilidade muito
1077 grande hoje em dia para incorporar nos monitoramentos nacional e estaduais o
1078 monitoramento de tendência de longo prazo. Eu consigo identificar que é uma
1079 mudança na qualidade da água hoje em dia, eu não sei te dizer por que,
1080 porque os parâmetros não são suficientes para isso. Mas eu consigo dizer que
1081 há uma fonte de poluente interferindo de tal modo que está alterando a
1082 tendência. Um exemplo muito bom disso é a bacia do São Francisco. Eu sou
1083 de Minas Gerais, morei muitos anos em Belo Horizonte, Belo Horizonte sempre
1084 foi o maior vilão da Bacia do São Francisco porque ele não tratava esgoto. A
1085 região metropolitana de Belo Horizonte despejava quase todo o seu esgoto em
1086 Rio das Velhas, meu amigo aqui de Belo Horizonte, e despejava em seguida no
1087 São Francisco. Então você sentia Belo Horizonte até a foz. Há seis, sete anos
1088 atrás, Belo Horizonte conseguiu montar uma estação de tratamento de esgoto,
1089 que é a estação da onça, porque está no Ribeirão do Onça. A estação a partir
1090 do ano que ela é implantada, você sente uma melhora sensível nos parâmetros
1091 que é o monitoramento de qualidade da água, há uma mudança brusca porque
1092 se tratou esgoto. Aliás, esgoto é o nosso problema, a gente tem problema
1093 industrial, a gente tem algumas indústrias, problemas, alguns polos industriais
1094 problemas, nós temos alguns polos agrícolas que são problemas, que pode
1095 piorar, porque está tendo esse PL do agrotóxico agora. E a gente tem alguns
1096 problemas com mineração, problemas que a gente conhece, problemas que a
1097 gente não conhece ainda. Então isso os estados se organizam para fazer, a
1098 gente está ajudando os estados agora. Mas o maior problema num corpo
1099 hídrico em grande extensão, o problema da bacia como um todo ainda é
1100 esgoto. Então nossa rede é projetada principalmente para avaliar o que o
1101 esgoto altera no comportamento hídrico. Bom, nós hoje temos cerca de 1.700
1102 estações da ANA em que você mede vazão, que é o parâmetro mais
1103 importante de uma rede para órgãos e recursos hídricos é a formação de série
1104 histórica de vazão, porque a gente outorga vazão. A gente avalia a
1105 disponibilidade hídrica pela vazão, todo o resto é secundário, então o maior
1106 esforço nosso é vazão. Nesses 1.700 pontos que a gente mede de vazão, a
1107 gente tem feito medição desses parâmetros simples de qualidade da água já
1108 há algum tempo, que a gente vem comprando cada vez mais equipamentos. A
1109 nossa maior parceira de operação é a CPRM. A CPRM hoje tem cerca de 100
1110 equipes de operação da rede, as 100 equipes têm esse aparelho. Então a
1111 gente tem medido esses pontos onde mede vazão. Só que são parâmetros
1112 mais simples, eu não consigo descobrir culpados, eu não consigo entender
1113 muito bem por que aconteceu aquela mudança de qualidade da água, eu sei
1114 que ela aconteceu. E a gente precisava aumentar a cobertura espacial disso.
1115 Então em 2014 a gente começou um outro programa de qualidade da água que
1116 é fora da ANA, que é uma coisa até um pouco mais complicada de a gente
1117 lidar, que a gente sempre teve um controle debaixo da asa de tudo que a gente
1118 faz. E a gente faz em 2014 um programa que a gente chama de Qualiágua, em
1119 que a gente tenta fomentar no estado o monitoramento de qualidade da água.
1120 Se ele não tinha, para ele passar a ter, se ele tem, que ele possa melhorar. Se
1121 ele tem, que ele consiga ao menos manter o que ele tem, porque vamos
1122 lembrar, órgão de recursos hídricos e órgão ambiental nós não somos o
1123 primeiro da lista em nenhum orçamento, nem o nacional, nem os estaduais.
1124 Então a gente tem uma dificuldade de manutenção, principalmente nos

1125 estados. A ideia do programa é você dar a capacitação, dar equipamentos para
1126 que o estado possa fazer qualidade da água em no mínimo 21 parâmetros, no
1127 site da ANA tem o Qualiágua, se vocês quiserem tem uma cartilha que diz
1128 quais são os planos, por que nós escolhemos aqueles parâmetros. Foi
1129 escolhido não pela ANA, foi escolhido junto com os estados, então não é uma
1130 escolha unilateral, é uma escolha nacional. Existe uma rede projetada, que a
1131 gente chama de Rede Nacional de Qualidade da Água, não rede de
1132 monitoramento, é uma Rede Nacional de Qualidade da Água. E a rede é
1133 basicamente formada pelas estações que eu meço meus parâmetros mais
1134 simples e pelas estações que o estado concorda em incorporar como ação do
1135 estado de monitoramento. A gente dá equipamento e é muito equipamento, de
1136 2014 até hoje dos 22 estados que já aderiram ao programa, ele é de adesão,
1137 ele não é forçado, a gente já investiu R\$ 25 milhões apenas em equipamentos.
1138 E o programa no fim ele é um incentivo financeiro, eu dou um prêmio, se o
1139 estado cumpre com os parâmetros que ele prometeu fazer ano a ano, a cada
1140 seis meses a gente paga um prêmio financeiro. E não é convênio, ele não
1141 precisa trazer a notinha que ele pagou com o pneu que furou do carro, ele não
1142 precisa trazer a notinha do combustível do carro, eu só preciso do dado de
1143 qualidade da água na ANA. Aí eu pago em função da quantidade de dado que
1144 ele me entrega, esse é o prêmio. Para nós tem sido muito bom, porque a gente
1145 tem 22 estados que aderiram, na verdade dois aderiram recentemente, vão
1146 começar ainda, 20 já estão fazendo alguma coisa. A gente havia projetado
1147 junto com os estados a Rede Nacional em cerca de 4.500 novas estações de
1148 medição, hoje a gente já tem cerca de 2.500 estações, até 2025 a gente espera
1149 terminar isso. Por que demora muito tempo? São Paulo foi assim, 500 estações
1150 em um mês. Minas Gerais 500 estações em um mês. Porque eles já tinham
1151 rede. Só que eu tenho que negociar com o Amazonas, o Amazonas até hoje eu
1152 estou negociando contrato. O Amapá até hoje está negociando contrato, o
1153 Amapá até pior porque o Amapá troca de secretário de seis em seis meses,
1154 então troca a estrutura toda. Os estados que têm pouca constância
1155 administrativa, é difícil lidar, eu tenho constância, os diretores da ANA duram
1156 quatro anos no cargo pelo menos, até hoje só um saiu mais cedo, então a
1157 gente está indo bem. A gente consegue manter uma estrutura administrativa
1158 que ela persiste, então a gente consegue montar programas que duram por
1159 maior tempo. Desde 2010 a gente não tem problema orçamentário, a gente tem
1160 consegue ter o recurso que eu preciso para gastar. Eu posso não acomodar
1161 novas tarefas, principalmente na rede, é muito difícil para mim hoje se alguém
1162 pedir: instale uma nova estação. Eu já cheguei num ponto já há alguns anos
1163 que eu não consigo incorporar um novo serviço, porque é uma demanda
1164 orçamentária de gente que eu não consigo mais abranger. O que a gente faz
1165 hoje é otimizar, eu extingo pontos que não tem mais interesse nosso, para criar
1166 outros. Então é uma lógica mais de eficiência, e está indo bem, é bem melhor
1167 do que simplesmente instala uma nova estação. Então sem os estados eu não
1168 conseguiria cumprir esse desejo da ANA de aumentar o monitoramento da
1169 qualidade da água. A gente como eu falei, a gente está indo bem, só que bom,
1170 agora vamos separar, eu falei até agora de ações da ANA e principalmente da
1171 ANA com o estado. Aí vem essa proposta de resolução. Pode colocar no texto
1172 da proposta? Não, mas aí é só proposta, vamos ter um texto. O texto é mais
1173 simples, né. Bom, aí tem os considerandos, pode pular o considerando, vamos

1174 passar logo para o estabelecimento, que é o Art. 1º e 2º. Isso vem do projeto
1175 legado, o projeto legado é uma tentativa da ANA de não só pôr em movimento
1176 ações que ela como órgão regulador nacional, aliás, da união, rios federais,
1177 entende que devam ser feitas, mas ele também é um processo democrático em
1178 que a gente coletou pedidos, tratou desejos, diversas outras entidades, a gente
1179 conversou muito, teve rodada com os estados, teve rodada com as
1180 confederações de negócio, por exemplo, CNI, CNA, teve com os outros órgãos
1181 de governo, teve com ex-presidentes da ANA. Então assim, foram dezenas de
1182 reuniões em mais de dois anos, em que a ANA foi coletando esses desejos e
1183 materializando o que é essa comunidade estendida que não só a ANA, achava
1184 relevante. Então eu tenho que admitir que essa resolução não é da minha área,
1185 não fomos nós que pedimos essa resolução. Ela surgiu durante o legado. E ela
1186 foi discutida em algumas reuniões, e teve reunião até com o estado que isso
1187 apareceu. Mas isso precisa passar para o conselho, porque ainda tem que ser
1188 melhor discutida, principalmente com os estados. Porque qual que é a origem
1189 disso? Vários estados já existiam antes da ANA, seus serviços de gestão de
1190 recurso hídrico, seus serviços de gestão ambiental. Então muita gente já tinha
1191 rede antes da ANA, a própria rede que a ANA gere é anterior a ANA. Então os
1192 estados coletam dados há muito mais tempo, principalmente qualidade da
1193 água, do que nós. Isso apareceu numa rodada que se discutia a necessidade
1194 de preservação do dado, não a mandatoriedade, não é porque eu quero obrigar
1195 que o cara me mande dado, porque eu quero esse dado, eu não tenho apetite
1196 voraz por dados. Mentira, eu tenho, eu tenho, eu tenho que confessar que eu
1197 tenho como gestor da rede, que se você me perguntar como hidrólogo, eu sou
1198 hidrólogo há 21 anos, onde que eu guardaria meus dados hoje, eu respondo,
1199 conhecendo profundamente a ANA, na ANA. Por quê? Isso eu tenho que
1200 convencer os estados. Desde 1999, ou seja, antes da ANA, a ANA é de 2000,
1201 nós temos um sistema nacional de formação de recursos hídricos, aliás,
1202 desculpa, eu mudei o título, é o sistema de informações hidrológicas, eu uso o
1203 sistema hoje que foi bolado pela minha equipe em 1999 quando ainda era na
1204 ANEEL, eu trabalhava nessa equipe, nós montamos esse sistema porque a
1205 gente fez um Downsizing de um mainframe para os microcomputadores. Isso
1206 foi muito legal, porque em 1999 a gente começou a distribuir esse programa na
1207 internet. Eu tenho milhões de pessoas no Brasil hoje que usam o nosso
1208 programa, não somente para pegar o dado da ANA e poder tratar, porque ele é
1209 um programa que permite você fazer análise hidrológica, análise de hidrologia
1210 básica, eu posso fazer regionalização, eu posso extrair média, estatística, tudo
1211 que eu preciso para fazer um projeto de engenharia. Como também permite
1212 que você faça a gestão de redes de monitoramento. Você pode fazer uma rede
1213 pequena ou pode fazer uma rede do tamanho da minha, eu sou uma das cinco
1214 maiores redes do mundo, você pode usar o nosso software e gerir sua rede. E
1215 ele é gratuito, a gente está atualizando ele desde 1999, você baixa ele na
1216 internet, não precisa você registrar, então a gente fornece a ferramenta. Além
1217 disso, dentro da ANA existe esse sistema, mas de forma corporativa, nós
1218 gastamos um bom volume de recurso ano a ano para que o sistema fique no
1219 ar. Mas no ar envolve eu poder receber dado de forma convencional, eu recebo
1220 dado por boletim que vem por Correio, ele é digitado e botado. Eu recebo mais
1221 de 4 mil estações por satélite, isso também entra automaticamente, passa por
1222 filtros inteligentes que são automáticos e botam no ar, e publicam para o leigo

1223 que não tem acesso por login a uma página especial da Defesa Civil, o dado
1224 que ele precisa ver sem medo, eu não vou botar dado que está inundando
1225 Manaus, subindo 10 metros o rio, porque os filtros derrubam isso. Então eu
1226 tenho uma estrutura. Os filtros derrubam, então essas coisas não aparecem
1227 para você, mas se você for da Defesa Civil, eu te dou um acesso que você vai
1228 ver o dado, mesmo sendo espúrio, porque ele às vezes ele é real. Já medi
1229 coisa maluca e foi real. Mas o leigo não pode ver, porque se for um erro do
1230 sistema, eu estou passando uma mensagem errada, eu vou criar o pânico, mas
1231 a Defesa Civil pode ver. Porque quando você vai fazer o alerta, a mensagem
1232 civil tem como prover a resposta, por isso que só a Defesa Civil Nacional e dos
1233 Estados podem dar alerta de desastre, ninguém mais pode. Então eu tenho
1234 estrutura, e mais importante de tudo é que a gente publica tudo que a gente
1235 recebe, eu não tenho um dado, por exemplo, o dado mais rápido que eu tenho
1236 que é o da telemetria que vem dessas 4 mil estações. O dado chega na ANA,
1237 em cinco minutos ele é publicado na internet, e você pode consultar o dado
1238 sem fazer login e sem me pagar nada. Nós somos uma das poucas instituições
1239 nacionais que fazem isso, poucos países publicam dado hidrológico. A gente
1240 publica do jeito que ele chega, ele é publicado. Com pequenas ressalvas
1241 quanto à utilização, se você for engenheiro, você sabe o que fazer com o dado
1242 que vem da ANA, porque nós somos a fonte primária de dado hidrológico para
1243 qualquer obra de engenharia. O telhado de sua casa não foi feito sem ter
1244 consultado a nossa série de dados. A gente é tão importante na vida das
1245 pessoas, que não tem um cidadão que resida nesse país que não tenha dado
1246 hidrológico, mesmo que indiretamente. Então a gente tem constância. Isso é
1247 orgulho do serviço, está vendo? Bom, então, e a gente tem uma coisa muito
1248 legal que essa estrutura existe, a estrutura de sistema que a gente usa ela
1249 existe desde a década de 70, o dado é público desde a década de 70. E não é
1250 mudado, mesmo vindo para a ANA, outra instância administrativa, nós
1251 mantemos a mesma política de recepção, nós acolhemos dados de qualquer
1252 instituição, e publicamos ele. Aliás, a única obrigatoriedade quando você diz
1253 que vai mandar dado da ANA, é você ficar sabendo que eu vou publicar.
1254 Ninguém vai mandar para mim e eu não publicar, eu recebo dado até do
1255 Uruguai e da Bolívia e eu publico, porque faz parte do nosso acordo, se eu
1256 receber dado, eu vou publicar. Então durante essa discussão, nós temos
1257 poucos dados de qualidade da água, valeria à pena instituir algum organismo
1258 que recebesse esse dado para guardar para o futuro e que facilitasse o acesso
1259 das pessoas, daí surge essa ideia de resolução. É por causa dessa
1260 necessidade nacional que nós temos, não é da ANA, não é só dos estados, de
1261 ter mais dado de qualidade da água. E surge, nós surgimos da ponta final disso
1262 aí, que mandar para a ANA, porque hoje nós somos a única estrutura no país
1263 que consegue receber dado de qualquer forma e conseguimos publicar ele de
1264 uma maneira que é, vamos dizer assim, eficiente. Eu recebo e eu torno público,
1265 eu torno público amplamente público, eu não preciso nem de login, eu não
1266 quero saber quem baixa, mas ele é baixado. Cerca de 30 mil pessoas baixam
1267 dado mensalmente do meu portal. Isso é uma dimensão muito grande hoje em
1268 dia, para qualquer portal de governo é uma dimensão muito grande, o pessoal
1269 curioso para ir lá e baixar dado. Então essa é a motivação, é guardar o dado,
1270 uma estrutura que permita permanecer ao longo do tempo. E até assim,
1271 engraçado, eu tenho que não me desculpar, mas é por que é que isso não saiu

da minha área? Porque em 2014 a gente começou a trazer os dados dos estados pela adesão ao Qualiágua, esse foi um meio interessante. Você traz o estado para planejar junto com você a rede de qualidade, então nós temos uma rede que interessa aos estados e também interessa a ANA, interessa a união. E eu passo a financiar o laboratório e o modelo de monitoramento deles. Então isso começa a trazer mais a participação. A gente tem dado da Cetesb hoje em dia, a Cetesb tem 350 estações de qualidade da água e eu tenho os dados das 350 estações, e nós estamos publicando, de uma maneira muito mais fácil do que era publicado antes. Então isso tem funcionado, eu espero com essa resolução que a gente possa aumentar essa coleta de dado. Há planos nossos de estender isso futuramente para a quantidade da água também. Nós já fizemos isso com o setor elétrico, em 2010 nós fizemos uma resolução junto com a ANEEL que obriga a qualquer geradora de energia elétrica, hidrelétrica, a partir de um certo porte ela é obrigada a mandar a instalar uma rede, que elas não instalavam, as de grande porte estatais tinham redes. As privadas não tinham, tinha uma ou outra estação. Desde 2010 elas são obrigadas a instalar no mínimo duas estações e a mandar o dado todo dia para a ANA. Então eu tenho da ANA 750 estações automáticas e mais 3 mil do setor elétrico, e não tem custo para a gente. É informação de área agregada no sistema e publicada da mesma forma que a minha. Então vale à pena investir nesse ponto da regulação. Mas com os estados é o pacto federativo, eu não posso obrigar, tem que abrir o diálogo, e o diálogo só é formalizado decentemente em gestão de recursos hídricos quando ele passa pelo conselho. Então essa é a primeira vez que essa resolução sai da ANA, teve discussões internas, teve discussões com os estados, mas é a primeira vez que provavelmente vai ter um número maior de estados que vai tomar conhecimento. Então isso passa pelo conforto ou desconforto de um determinado estado em ceder dado para a gente. Aí nós vamos ver o sucesso de ter ou não uma nova resolução.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Se identifica, por favor.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – João Clímaco. Essa estratégia de consolidar essa predisposição dos estados e a gente trabalha nos estados, que me parece que tem essa predisposição, pelo menos aparenta não ter, houve uma dotação de recursos muito grande, e o resultado na prática da operacional foi bom?

O SR. MARCELO MEDEIROS (ANA) – Foi. A gente tem que considerar primeiro que há diversas escalas de implementação do monitoramento ambiental nos estados, eu tenho estado que não tem nada formalmente dentro da estrutura do estado, pode ter na universidade, pode ter um ou outro órgão teve a necessidade eventual de fazer o monitoramento que durou um certo período, um tempo. Mas, por exemplo, o Amazonas ele não tem uma rede formal estadual, Santa Catarina não tem. Vamos comparar Amazonas com Santa Catarina, é difícil comparar os dois estados, eu tenho problema da

1321 extensão territorial, da arrecadação de recurso, do orçamento estadual em si,
1322 da crise fiscal. Mas são dois estados, não tem uma rede. Os dois estados,
1323 Santa Catarina já assinou um contrato com a gente, porque o Qualiágua se
1324 materializa por um contrato que tem metas, ele dura cinco anos, em cinco anos
1325 você tem que chegar a um determinado número de pontos de monitoramento,
1326 de parâmetros diferentes, que você tem que fazer a cada seis meses. E a
1327 frequência de visita de uma estação de ponto de monitoramento é trimestral.
1328 Bom, Santa Catarina aderiu agora, assinou agora, então a gente espera que
1329 em um ano ele começa a monitorar estações que ele não monitorava, então é
1330 um ganho absurdo, é de zero para 100%, ele não tinha, vai ter alguma coisa.
1331 Não caso de Minas Gerais também é interessante, Minas Gerais é como São
1332 Paulo, ele já tinha uma rede estabelecida, ele tinha cerca de duzentas e
1333 poucas estações, que o próprio estado mantinha com recurso próprio, ele
1334 usava o orçamento dele. E hoje ele passou, você lembra? Do Qualiágua para
1335 agora, ele está com 480 estações. E ele financia a operação dessas 480 com o
1336 recurso do Qualiágua. Aliás, é o meu maior cliente, a gente repassa
1337 anualmente para Minas Gerais cerca de R\$ 2 milhões, não é um programa
1338 caro, são 480 estações, R\$ 2 milhões, não é caro. Há estados que a fração é
1339 muito menor, eu tenho estado que recebe a cada seis meses R\$ 100 mil,
1340 porque tem poucas estações. E ele usa aquela sonda de qualidade da água
1341 que eu falei no início que mede os poucos parâmetros, que é o que eu faço.
1342 Ele começa assim quando não tem nada, em um determinado período do
1343 contrato ele tem que dar o salto, que ele dá dois saltos, o primeiro ele abraça o
1344 presente que é o Qualiágua, que é o presente de grego, né, pode parecer
1345 interessante, tem um recurso financeiro a cada seis meses, mas é uma ação
1346 governamental que ele tem que implantar, ele tem que ter gente, tem que ter
1347 recurso próprio para rodar, tem que ter laboratório, espaço físico. Então ele
1348 começa, o primeiro salto é vamos fazer a rede, ele começa a fazer o
1349 monitoramento, ele vai fazer o monitoramento mais simples, que ele vai medir
1350 vazão e vai medir com essa sonda. Depois de um certo período no Qualiágua
1351 ele tem que dar o segundo salto que é instituir um laboratório, ele tem que ter
1352 um laboratório de qualidade da água. Ou ele cria o dele, a gente vai comprar
1353 equipamento e vai dar, eu tenho muito estado que ele recebeu desde essas
1354 sondas, ele recebe turbidímetro de bancada, tem a gama de bancada, até
1355 espectrofotômetro que custa R\$ 300 mil, a gente compra, dependendo da
1356 necessidade do estado a gente está comprando os equipamentos. Há estado
1357 que resolveu não ter o laboratório estadual, e ele contrata um laboratório ou de
1358 uma universidade estadual, ou de um outro órgão estatal que tenha laboratório,
1359 como, por exemplo, o Ceará ele tem laboratório, a COGER tem um laboratório,
1360 mas não é suficiente, ela contratou a companhia estadual de abastecimento de
1361 água que tem um bom laboratório. Então nos locais que está longe do
1362 laboratório da COGER, ele faz através da companhia estatal. Então todos os
1363 estados que você conseguiu que ele viesse para o Qualiágua, a gente tem dois
1364 ganhos notáveis. O primeiro é nos estados que não tinham nada, eles passam
1365 a ter, e isso é muito bom, porque como ele dura cinco anos, a nossa esperança
1366 é que em cinco anos se crie a cultura de reconhecer a necessidade desse tipo
1367 de monitoramento. Porque monitoramento de quantidade ou qualidade não é
1368 prioridade para nenhum governo, porque isso não gera resultado a curto prazo,
1369 isso é para planejamento. É difícil você ter uma visibilidade tal. Para ter uma

visibilidade do monitoramento tem que destruir uma barragem no Rio Doce e morrer um monte de gente, que aí a gente passou a ser citado no Jornal Nacional, não dá para ter isso. Então eu tenho que criar a cultura, por isso que ele dura cinco anos, por isso que ele tem um prêmio financeiro. E o segundo ganho notável isso é principalmente para a união e para os estados que compartilham grandes bacias, é o compartilhamento de dado. Porque não é muito fácil, mesmo os estados tendo estruturas abertas, você tem a lei de acesso à informação, que obriga inclusive a distribuir dado hidrológico. Não é fácil você como estado ou você como empresa de consultoria ou órgão da sociedade civil, você ir num outro estado, você não conhece ninguém, e conseguir série histórica de dado. Hoje em dia você não precisa pedir para outro estado, eu tenho guardado, se eu nunca publiquei ainda, nós estamos com alguns problemas para publicação de dado de qualidade da água porque há parâmetros novos a serem incluídos nos bancos de dados, e hoje em dia você fazer um banco de dado gigantesco como o nosso, incluir novo parâmetro não é tão fácil não, você vai descobrindo isso, você vai se tornando especialista em TI também, depois que você começa a fazer monitoramento. Você não precisa fazer mais isso, você ou pega no meu portal, ou se eu não tiver no portal, manda um e-mail, que tem um e-mail lá para quem não consegue pegar dado no portal. Ou porque não consegue mesmo ou tem alguma dificuldade ou o portal não tem o dado, a gente distribui o dado. Então esse é o segundo feito notável.

A SR^a. CRISTIANDREA CICILIATO (FONASC) – Cris, Fonasc. Porque você comentou sobre o esgoto, só para fazer um comentário. Segundo especialista, o esgoto eu acho que já é de conhecimento, mas o esgoto a cada R\$ 1,00 de investimento, você economiza R\$ 4,00 no sistema de saúde. Eu só fiquei um pouco intrigada na questão do monitoramento, por que é que não há um compartilhamento entre o monitoramento com o tratamento? Porque você acaba não a perda nesse monitoramento, não acaba tendo uma perda grande se não tem uma relação junto com o tratamento? Por que é que não há uma rede entre o tratamento e o monitoramento? Porque se está monitorando.

O SR. MARCELO MEDEIROS (ANA) – Você está falando de água tratada?

A SR^a. CRISTIANDREA CICILIATO (FONASC) – É. É porque eu entendi isso, né.

O SR. MARCELO MEDEIROS (ANA) – Não, tem sim, isso é espaço. Há uma diferença entre o órgão gestor de recursos hídricos e os órgãos de regulação de saneamento é que há um mandato legal muito claro, que o meu mandato sobre a água bruta. Por quê? Eu faço repartição, e os estados também, os gestores estaduais, a gente faz repartição de água bruta, que água bruta é água que está no rio, que no caso do estado está no manancial subterrâneo, então a gente tem que ter disponibilidade hídrica disso. Na verdade, o ciclo

hidrológico que é o que a gente está fazendo, o monitoramento hidrológico, ele visa fazer conhecer melhor o ciclo hidrológico. Há países em que o ciclo hidrológico é mais complexo que o nosso, o meu eu estou preocupado só com a superfície, o INMET, o INPE e o CEMADEN se preocupam com a meteorologia. Aí a gente consegue compor o ciclo hidrológico. Mas o ciclo hidrológico ele incide sobre, assim, vamos falar legalmente como advogado, sobre a água bruta. Então eu tenho que monitorar a água bruta, porque senão não conseguir monitorar os rios, os lagos, não fazer valer as regras de operação de barragem como no São Francisco, a gente faz Sobradinho verter mais ou menos, porque isso interfere na disponibilidade hídrica da bacia. Eu não consigo fornecer os índices necessários, não só para nós como gestores, como para o cara do saneamento saber se ele pode tirar mais ou menos água. Então isso é um ponto, o ciclo, ou seja, a natureza interfere até aí, da captação de água, tratamento e depois geração de esgoto, já é o ciclo totalmente antrópico, não tem ciclo hidrológico nisso, tem um ciclo de demanda e oferta de água. E se tem um uso mais ou menos racional ali naquele negócio. A gente tem um problema, que isso é um problema não é só do Brasil, que é você estabelecer monitoramento dentro das redes de abastecimento de água tratada e das redes de esgoto. Esgoto é quase impossível, porque tem muito sólido do esgoto, os equipamentos tradicionais de medição, os métodos tradicionais de medição o solo interfere demais, os resultados não são precisos, a gente usa umas inferências hidráulicas, a Ingrid explica melhor do que eu isso aí. Então o esgoto é um problema para você medir, você acaba medindo só na hora que ele é jogado no corpo hídrico, que eu consigo botar um equipamento de medição robusto e que dá um resultado melhor. Mas eu não meço por bairro, essas coisas. O pessoal da água tratada a mesma coisa, é muito fácil você controlar a retirada do corpo hídrico, que aí é um ponto só, mas eu não consigo depois fazer essa medição, nem as companhias estatais fazem, que é o que se perde entre o captei e tratei, que da saída do tratamento também consigo medir, e o que chega na sua casa. Aí eu tenho um problema muito sério de equipamentos de medição, a tecnologia atual não é suficiente para eu medir.

A SRA. LILIANA PIMENTEL (RELATORA DA CTAP) – Eu vou pedir a gentileza de vocês não usarem os celulares próximo dos microfones. E a gente está com um probleminha, eu vou subir a tela e esse barulho vai terminar.

O SR. MARCELO MEDEIROS (ANA) – A gente tem carência de tecnologia, tem carência de processos. Existe um organismo nacional que faz a medição da água bruta que é retirada para tratamento, da qualidade dela como água bruta e depois da qualidade como água tratada. Que é o Vigiágua que fica no Ministério da Saúde, é uma atribuição do Ministério da Saúde. É engraçado, saúde dentro do saneamento, saneamento é um setor muito fechado, mas tem várias interferências, como nós, que damos outorga de retirada e lançamento e o pessoal da vigilância e saúde que está preocupado com potabilidade, então tem essa medição. Se você quer uma medição de água tratada, você tem que pedir para o Vigiágua, que eles têm um banco de dados nacional. Só que é da qualidade, que a gente está falando de qualidade, né. O esgoto, aí o esgoto é

1468 outro problema, a maior parte dos municípios brasileiros não trata esgoto,
1469 então você não sabe o que é lançado. Como é que você sabe que é lançado o
1470 monitoramento de qualidade da água na água bruta. Porque o que o esgoto
1471 fizer de alteração, a gente consegue inferir o que é que está sendo lançado. Só
1472 que esse é o processo de medição mais caro, porque ele demanda mais
1473 equipamentos, demanda mais visitas ao local de monitoramento para você
1474 retirar amostras de água mais frequentemente. E também demanda um
1475 laboratório especializado próximo, porque aquele problema do limite de horas
1476 entre coletar e fazer análise. Você só consegue fazer isso em região
1477 metropolitana, grande cidade. Tem um outro problema que é, bom, não precisa
1478 falar quem, mas, por exemplo, no Rio Doce, entre lá o alto da bacia e o médio
1479 curso, você tem algumas indústrias instaladas. A gente sabe que a indústria
1480 está lá, ela tem uma outorga de lançamento de efluente e ela tem que
1481 obedecer parâmetros, então ela é obrigada a tratar a água, então ela não pode
1482 lançar do jeito que ela, fez o processo industrial e joga lá, aí vai matar todo
1483 mundo. Tem o tratamento para fazer. Só que você vai descobrindo quando
1484 você começa a implantar monitoramentos mais frequentes que o cara lança
1485 enquanto você não está vigiando. Às vezes isso era muito comum,
1486 principalmente na década de 90, Belo Horizonte, o órgão ambiental do estado,
1487 ele vivia pegando a indústria que lançava de madrugada, os curtumes de Belo
1488 Horizonte funcionavam de madrugada. Então é um monitoramento muito
1489 complexo, porque eu não sei a que horas eles vão fazer. A gente está
1490 passando pela primeira experiência de pegar a gente fazendo coisa errada fora
1491 do horário do dia, que é justamente por causa da tristeza de ter tido o
1492 rompimento do doce, da bacia do doce, por quê? Por um dos condicionantes lá
1493 da compensação e reparação da Samarco, foi que ela foi obrigada a implantar
1494 uma rede de qualidade da água. A primeira parte é muito parecida com o que
1495 nós e o IGAM temos, que é a rede que você vai lá de vez em quando, uma vez
1496 por mês, uma vez por semana, faz uma amostra de qualidade da água, traz
1497 para o laboratório, dá tempo e você faz uma análise e vê o que é que está
1498 acontecendo. Em paralelo a isso nós estamos testando uma tecnologia que a
1499 gente tem uma forte cooperação com o governo americano, a ANA e o governo
1500 americano, justamente para novas tecnologias de medição, porque eu posso
1501 ter dinheiro, mas eu sou um órgão pequeno, então tem pouca gente para fazer
1502 prospecção. Então eu uso pessoas que já fizeram isso, que já está funcionando
1503 há algum tempo e uso a mesma metodologia aqui, porque eu sei que vai dar
1504 certo. Então lá no doce a gente obrigou também dentro do acordo do termo de
1505 ajustamento lá da Samarco, que além da rede convencional, ela tem que ter
1506 uma rede telemétrica de qualidade da água, a gente montou um equipamento,
1507 que é o mesmo equipamento que eu uso manualmente no campo, com uma
1508 variação tecnológica ele permite ser acoplado a uma estação e mandar o dado
1509 por satélite ou celular a cada cinco, 10 minutos, uma hora, o tempo que você
1510 escolher. Ele não mede o poluente, mas ele mede condutividade elétrica, Ph,
1511 oxigênio dissolvido. Então qualquer poluente, principalmente orgânico que é
1512 jogado no rio, a gente consegue saber que houve uma alteração brusca. E teve
1513 um momento no ano passado que teve uma alteração brusca depois de uma
1514 grande indústria no doce. Aí o IGAM foi lá e autuou a empresa porque
1515 descobriu que ela estava fazendo um lançamento à noite, ela fez um só, não
1516 era um processo não, a justificativa foi porque o equipamento de controle, as

comportas hidráulicas, elas são eletromecânicas, então ela teve uma pane de circuito, ela não fechou, ela começou a soltar o efluente antes de ter sido corretamente tratado, porque eles não conseguiram fechar, tiveram que fechar manualmente, mas o período de tempo que isso aconteceu, a gente sentiu. Então o negócio agora, o desafio é investir nessas tecnologias, que eu consiga apurar alterações sem estar presente, que é o que eu já faço com quantidade da água. Se a Chemson não obedecer às nossas regras de operação, eu sei que ela fez isso. Eu tenho estações automáticas ao longo da bacia toda que permita sentir que Sobradinho verteu mais do que devia, que Itaparica verteu mais que devia, ou menos do que devia, porque a gente tem esse monitoramento a distância. É o que a gente está investindo agora em qualidade da água, a gente já comprou equipamento e a gente vai implantar em alguns locais para ver como é que funciona, mas isso é difícil.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Marcelo, obrigado pela aula aí de monitoramento. Eu acho que foi muito útil para todos nós. Eu queria fazer um outro comentário aqui antes de a gente ver como é que vai encarar essa proposta de resolução. Contar, para mim a gente sempre tem aqui de vez em quando avaliando que a lei de recursos hídricos e precisa, que não sei o que, que não avançou. Para quem vivenciou o que era antes da Lei 9.433 e depois, a gente vai ver que um dos talvez principais acontecimentos que transformaram e possibilitaram a implementação da gestão de recursos hídricos no Brasil, foi exatamente esta publicidade das informações em gestão de recursos hídricos. Eu acho que vale à pena contar uma história de como era antes, em 95 que eu participei de uma reunião, que não existia a ANEEL, não existia a ANA, é claro, foi com o antigo órgão que era gestor de recursos hídricos, que era, que enfim, que gerenciava essa rede. E eu lembro que eu participei de uma reunião com os americanos, que eu não sei se era o Geologic Server ou outro. eles vieram fazer uma visita ao Brasil, e queriam fazer uma reunião com o órgão gestor, porque eles queriam inclusive fazer um convênio de cooperação técnica nessa parte aí de fornecimento de dados. Aí durante a reunião tinha, o órgão tinha publicado uma folha, não sei se você trabalhava nessa época lá Marcelo, mas era uma folha com o mapa do Brasil, e as localizações de mais ou menos, das estações. E era colorida, era um papel de para ser distribuído. Então durante a reunião distribuiu para os americanos. Aí transcorreu a reunião, tal, tal, chegou no final da reunião, o representante lá do órgão pegou, recolheu os papéis e não entregou. O americano não sabia o que fazer, o cara, o resultado daquilo foi que ele chegou depois em particular, falou, nós fazemos convênio com qualquer órgão do Brasil, menos com esse daqui. Que recolheu porque era a coisa que tinha naquela época de sabe, ser um corporativismo, um sigilo nesse fornecimento de dados. Então com a criação da ANEEL que foi o primeiro movimento, né, que aí publicizou, que você citou. Depois a ANEEL transferiu.

O SR. MARCELO MEDEIROS (ANA) – O primeiro portal é de 1999, o primeiro portal.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Foi, depois transferiu a informação para a Secretaria de Recursos Hídricos e daí imediatamente depois foi para a ANA.

O SR. MARCELO MEDEIROS (ANA) – A gente aportou do DNAE para a ANEEL, a ANA foi criada, mas a ANEEL só passou a responsabilidade da rede para a ANA em 2003, diretamente. Que até em 2003 foi gestão compartilhada, 2003 veio para a ANA totalmente.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Pois é. E isso para mim foi o grande avanço em gestão de recursos hídricos no Brasil. E hoje o sistema, Marcelo falou aí, é totalmente, enfim, quem quiser acessar, acessa, até inclusive quando em eventos internacionais quando tu fala isso, às vezes as pessoas até estranham. A resolução ela tem essa característica que de facilitar o fornecimento de dados pelos órgãos que geram esses dados ao sistema. A ANA no caso é a gestora do sistema, mas é o sistema para facilitar isso. Infelizmente ainda tem alguns resquícios muito poucos, mas ainda existem esses resquícios de não querer fornecer informação. Ainda tem alguma coisinha que às vezes a pessoa sente, os órgãos sentem ciúmes de fornecer informação para o sistema. E aí eu creio que aí entra então o papel do conselho. O nosso ponto aqui na CTAP vai ser um ponto de discussão de como facilitar, se essas informações são suficientes, se precisa agregar mais alguma coisa, enfim, essa é, vai ser a função da discussão nossa aqui. Não vamos discutir a parte legal, se cabe ou não cabe ao conselho fazer uma resolução. Eu particularmente na época que eu fui presidente da CTIL, e aí eu acho que a grande, modéstia parte, eu não sei se é modéstia parte, a grande diferença e qualidade da CTIL do nosso conselho para a Câmara Legal do CONAMA é que no nosso conselho não só tem advogado, tem uma mescla de técnicos e bastante advogados também. Por que eu digo isso? Porque interpretação legal nós sabemos que pode interpretar de um jeito ou do outro, não precisa nem citar exemplos aqui, atualmente o Brasil que um fala uma coisa, o outro fala outra e interpreta. Eu sempre falei, e aí às vezes tinha alguma reação assim meio nervosa com relação a isso, que como engenheiro, Presidente da CTIL, eu acho que a gente deveria buscar o melhor para o sistema que aí é a função nossa que entende de gestão de recursos hídricos, e depois a questão legal, a CTIL ou seja quem for, apoia essa ideia que é melhor para o sistema. Então essa discussão vem lá de trás, de saber se é nacional, se o sistema é nacional ou é federal, eu sempre achei e sempre acho, e acho que todos nós sabemos, achamos que é nacional, porque tecnicamente se não for nacional, não funciona. E aí então essa questão aí depois se tiver alguma coisa lá na frente se pode definir atribuições para os órgãos estaduais, isso aí eu acho que depois deixa para frente, discute. Eu particularmente acho, não só pode, como deve, porque senão o sistema não funciona. Então eu vi aqui um pouco da resolução, eu não sei, depois a gente dá uma avaliada Marcelo aí se há uma necessidade de enfim, algum outro detalhe a ser acrescentado. Porque eu vejo que tem protocolos, prazos, se há necessidade de estabelecer alguma coisa mais clara nisso, porque é uma oportunidade que tem de resolver,

resolver não sei, mas tentar equacionar o assunto. Se a resolução do jeito que está, está totalmente suficiente, eu assim muito por alto, eu tive impressão que ela está um pouco genérica, talvez pudesse ter alguma coisa mais específica se for, vocês que sabem mais, se for de interesse aí de a gente colocar. Então aí depois a gente vai passar a ter, a conversar um pouco sobre a resolução. Célia.

A SR^a. CÉLIA REGINA ALVES RENNÓ (ABES) – Célia Rennó da ABES. Marcelo, obrigada aí por ter falado. Eu acho que a gente realmente acha que quanto mais dados estiverem disponíveis, maior vai ser a possibilidade de se criar um círculo vicioso das informações, porque dado é dado, informação é outra coisa. E eu acho que a ANA está fazendo aí um papel importante nisso, em transformar muitos desses dados em informação. Sou totalmente favorável que isso esteja aqui com vocês, que o processo continue caminhando, sou usuária desses dados e dessas informações. Eu só tenho um questionamento, até eu perguntei aqui para o meu colega que representa o estado, e eu não entendi por que Marcelo, isso está sendo construído a partir da Resolução da ANA de implementação da rede de monitoramento de uma forma paulatina como você mesmo relatou aqui na sua explanação. Dentro da resolução aqui da ANA está previsto essa implementação da rede até 2020, quer dizer, então você vai continuar com essas suas ações num processo até 2020. Eu não entendi por que é que a gente tem que fazer uma resolução do conselho para isso. Que tipo de lacuna, quer dizer, que tipo de problema vocês vão ter, ou que tipo de facilitação essa resolução traria? Porque no meu entendimento na leitura dela, ela só vai obrigar, só vai fazer uma obrigação do estado que eu acho que é uma coisa que seria muito melhor construída na negociação da ANA com os estados. Está certo? E aí a gente vem entrar e talvez seja uma coisa muito inócua no meu entendimento para a construção disso. Então eu queria saber qual que é o objetivo e qual lacuna nós vamos cobrir com esse tipo de processo.

O SR. MARCELO MEDEIROS (ANA) – As resoluções da ANA, elas fazem menção a Rede Nacional de Qualidade da Água e ao Qualiágua, que é o nome fantasia do programa. O que é que difere o nosso regimento lá, o nosso programa dessa resolução? O Qualiágua ele foi feito para você fomentar ação no estado, só que ele tem um alvo específico que são as estações lá da Rede Nacional de Qualidade da Água, tudo bem que elas não são mandatárias, eu não chego no estado e falo: você vai fazer isso aqui, a gente negocia com o estado, o estado tem o pacote dele, eu tenho o meu pacote, a gente chega num consenso. Então quando eu chego em alguns estados, ele tem redes já estabelecidas e há estações que não vão fazer parte da rede nacional, que só são de interesse local. Então essas já estão de fora lá do meu banco. Então eu já tenho uma perda. A segunda perda potencial é que o Qualiágua ele tem duração, a resolução da ANA ela diz lá para 2020, porque a gente vive, assim, você tem que exprimir o otimismo governamental sempre, você sempre tem que dizer que as coisas, o programa funciona, então você tem que levar a frente isso que vai todo mundo aderir, em cinco anos vai estar todo mundo

funcionando e vai. Só que você tem assimetria de porte entre os estados muito grande. Por exemplo, Minas Gerais e São Paulo aderiram logo, mas ainda não consegui adesão do Amapá e do Amazonas. Então ele vai transcender 2020, os últimos contratos que ainda não foram assinados, foram cinco estados para assinarem, se for assinado esse ano ou no ano que vem, vão lá para 2025, 2024. Então eu vou continuar fazendo Qualiágua até lá. Só que ele tem cinco anos o Qualiágua, eu já tenho estados que no ano que vem terminam, São Paulo e Minas Gerais acaba ano que vem. E se ele ah, está bom, foi muito bom ter namorado, mas cada um segue sua vida agora. Eu sou órgão que eu posso ser nacional, mas eu não mando nos estados, tem o pacto federativo. Então meu acordo com ele acaba no ano que vem e eu não tenho garantia nenhuma de que a gente vá passar a ter dados. Se eu for contar com a boa vontade, igual, por exemplo, da turma do Nelson lá da Fepam, a gente vai continuar seguindo a vida, a gente tem muita parceira que não é só o Qualiágua, mas formalmente os vínculos acabam em cinco anos, eu não tenho um Qualiágua 2, é uma coisa que a gente começou a pensar se estados mesmo de porte como São Paulo, pararem de receber o Qualiágua que financia quase que integralmente uma operação de campo da rede deles, o que é que acontece com a rede quando acabar o Qualiágua? Minas Gerais saiu de 200 para 480, o que é que vai acontecer com Minas Gerais quando eu parar o Qualiágua? Então eu tenho outros problemas assistenciais.

A SRª. CÉLIA REGINA ALVES RENNÓ (ABES) – Se você parar de fornecer os recursos, eles vão parar, isso é um fato, isso é um fato gente. O que me preocupou foi exatamente isso, se você parar, se você terminar o seu programa e os recursos pararem, você não simplesmente repassa essa obrigação para os estados, do jeito que está falando aqui, está dizendo o seguinte, você gerou dado, você tem que me mandar. Eu acho que não é assim que você formata uma rede de monitoramento que a gente entende que é importante para o país. E eu tenho muita preocupação de a gente deliberar, cada vez a gente está formatando normas, que é simplesmente uma norma que não vão obedecer, porque não, não diz de onde vem os recursos, não diz de onde vem os recursos, não diz quem vai, quem que é o interessado que vai manter e simplesmente fala: não, agora tudo que você fizer você me manda.

O SR. MARCELO MEDEIROS (ANA) – Tem outra coisa, tem os estados.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Tem o Vinicius, o Vinicius pediu. Eu só queria fazer um comentário muito rápido sobre isso. Nós temos sistema nacional, não é um sistema nacional que é por adesão, quem quer participar, participa, quem não quer participar, não participa. Ou nós temos um sistema nacional e tem que ter a participação de todo mundo, ou não é nacional. É alguma coisa. Então eu acredito o seguinte, a ANA ela está com os recursos, está fazendo, está tentando incentivar. Agora tem obrigação dos estados de coletar informação, não é por que se a ANA não passa dinheiro eu paro, não pode ser assim. Quer dizer, tem obrigação de ter.

agora se tem, se não consegue, se está deficitário, se não vai conseguir porque falta recurso interno do estado é outro problema. Agora naquilo que ele consegue gerar, que seja pouca coisa ou muito, tem que disponibilizar, para mim é óbvio, tem que disponibilizar para o sistema nacional. Isso não faz sentido tecnicamente ter uma ideia libertaria de que só participa quem quer na hora que quiser, eu acho que isso aí, senão o sistema não funciona. Tem o Vinicius, depois tem o Clímaco.

O SR. VINICIUS TAVARES CONSTANTE (CRH/SC) – Bom dia. Vinicius, Conselho de Recursos Hídricos de Santa Catarina. Bom, primeiro parabenizar também a ANA por todo esforço e os avanços que tem tido no SNIR, né. Realmente é importantíssimo todo esse esforço e a gente sabe que não é fácil conseguir estruturar um sistema de informações e disponibilizar a informação de uma maneira que todo mundo consiga acessar, que seja fácil de acessar. Bom, e aí com relação a essa questão da disponibilização dos dados, que é importante esse dado chegar a todos os interessados. Eu senti falta disso aqui na resolução, a resolução fala dos bancos de dados, de compartilhar os bancos de dados, mas não fala nada em compartilhar infantil mesmo. Então eu não sei se isso foi proposital, se não foi. E aí gostaria que comentasse um pouco sobre isso. mas assim, talvez eu acho que seria interessante colocar alguma coisa sobre como esses dados minimamente precisam ser disponibilizados. E aí um outro ponto também que no § 3º do Art. 2º fala da questão de um protocolo de troca de dados, né, entre os estados e a ANA. A gente já teve alguns problemas e vem tendo ainda alguns problemas, está melhorando, mas ainda está tendo alguns problemas com o que CNARH, por exemplo, para a troca de informações dos dados dos cadastros de usuários dos estados com o da ANA. Então o que é que a ANA está pensando com relação aos dados de qualidade da água para que não ocorra os problemas que a gente tem no CNARH. Porque os estados muitas vezes têm uma base de dados, um banco de dados com formatos diferentes, com uma lógica diferente do banco da agência nacional. E aí na hora de compatibilizar essas informações, não funciona muito bem e tal, e os próprios sistemas não se conversam muito bem. Então como que a ANA está pensando isso. Aí na verdade não sei se tem como trabalhar isso na própria resolução, mas aí já pergunto como a ANA está pensando isso. Obrigado.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Ok Vinicius. Clímaco.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu penso que dada a exposição do Marcelo, eu identifiquei que haveria que ter a resolução, deveria ser mais indutora do comprometimento dos estados. Eu sempre ouvi esse discurso, aqui essa narrativa de autonomia dos estados, essa coisa soberana nos estados, na relação com as políticas federais, inclusive a questão de muito no recurso hídrico onde eu atuo. E eu nunca concordei com isso no sentido de que quando há recurso público, você não

1762 pode ser assim tão assim, sei lá, republicano, né. Até porque esse recurso é
1763 meu, é seu, é de gente de tudo quanto é país. Então eu penso que a resolução
1764 poderia contribuir, eu penso que ela está boa. Eu em tese não tenho assim
1765 nenhuma modificação, proposta de modificação, mas esse princípio deveria ser
1766 mais presente, com mais, mais incisivamente, né. E aí a gente teria uma
1767 contrapartida do estado. Por exemplo, eu sei porque lá todo dinheiro que vai
1768 para o estado, nós temos, trabalhamos em vários estados, mas nós temos o
1769 estado piloto, até que a gente não tem muita gente para ficar brigando todo o
1770 Brasil, então a gente tem um estado piloto para brigar. Eu tenho certeza que o
1771 estado do Maranhão fez desvio desse dinheiro. Entendeu? A última
1772 oportunidade que eu tive de chegar na sala da situação lá no estado do
1773 Maranhão foi ver o dinheiro da ANA. Aí eu digo assim: mas tem dinheiro, a
1774 gente aprovou aqui no conselho o dinheiro para a sala de situação. Aí não tinha
1775 tonner, a máquina funcionava, contrataram uma pessoa que era de uma
1776 atividade que não tinha nada a ver para dar empreguinho para os amigos,
1777 entendeu, essas coisas todas. No caso da rede de monitoramento a gente não
1778 tem formação. Mas eu já sei pelo outros projetos que a ANA põe lá dinheiro,
1779 vocês olham, eu conheço Goiás, conheço Rondônia, não vou nem falar os
1780 outros estados, só esses que é um queridinho nosso, porque a irregularidade é
1781 tão imensa que a gente acha que quebrando ali cria jurisprudência para os
1782 outros estados. Aí eu penso que deveria que ter mais rigidez nessa relação da
1783 transferência de dinheiro público. Inclusive dos próprios colegas da ANA que
1784 nessa nossa intervenção tem um grupo lá que tem uma cultura de como é que
1785 é, panos quentes, sabe, não é função da ANA isso, não tem que liberar recurso
1786 da ANA, que é dinheiro nosso para estados que têm uma atitude. Você quer
1787 forçar a barra para o estado quando o estado tem uma elite política atrasada,
1788 um quadro assim, por exemplo, um critério que devia colocar para poder botar
1789 dinheiro, o estado que não tem uma classe de funcionários públicos efetivos e
1790 não bota, não contratasse cargo comissionado, não tem uma elite técnica na
1791 área de recursos hídricos, não merecia você receber recurso. Agora a gente
1792 fala assim: e o povo, quer dizer, é penalizado, no fundo no fundo, uma
1793 prestação do serviço público muito ruim. Então eu acho que a gente deveria ter
1794 um pouco mais de colocar isso nessa resolução com mais carinho. Para
1795 finalizar presidente, eu só quero dizer que nesse aspecto caberia essa câmara
1796 olhar com mais carinho. A gente tem um grupo no Fonasc lá no Baixo São
1797 Francisco, é a entidade chamada Canoa de Toda, que é filiada nossa, e a
1798 gente tem uma pena grande, é pena, em política às vezes não tem que ter
1799 pena de ninguém não, mas ali a gente tem pena. Que é o seguinte, tem toda
1800 uma rede de monitoramento, a gente está vendo o Rio São Francisco, o baixo
1801 São Francisco ir para o beleléu, as águas salinizadas, situação social e
1802 ambiental das cidades péssimas. A gente tem acesso a dados da ANA, e está
1803 vendo o caos que está ficando. E a decisão de que a água lá tem que
1804 esculachar lá o baixo, ela é de cima, de Brasília. E os dados para fazer essa
1805 maldade vem da rede de monitoramento, entendeu. Então a nossa entidade lá
1806 entrou com uma ação contra a ANA, e o Ministério do Meio Ambiente, ANEEL e
1807 tudo mais. São Francisco, porque é impossível você ter uma rede de
1808 monitoramento equilibrada, bonita, boa, mas a tomada de decisão sobre os
1809 problemas que a rede revela é político. Evidentemente que eu não vou pôr a
1810 culpa em ninguém, sobretudo os companheiros da ANA que estão lá fazendo

seu trabalho. Mas mostra a miséria política que nós estamos vivendo, né, parece que ultimamente isso piorou. Então eu não sei também se a gente não deveria fazer uma conexão entre rede de monitoramento e os problemas que a rede de monitoramento evidenciam pelo caso que a gente tem, que é uma entidade que a gente compartilha as dores, e ela apoiou a gente inclusive nessa última eleição nossa aqui. É que ela espera, promessa eleitoral, eu não sabia que para ser eleito sociedade civil no Conselho Nacional tem que fazer promessa eleitoral. Aí me fizeram uma promessa: olha, traz uma comissão do Conselho Nacional de Recursos Hídricos para ver o estrago que aqui o baixo São Francisco está fazendo. Mas eu vou fazer uma promessa eleitoral dessa, eu não consigo nem ser ouvido no Conselho Nacional, quanto mais levar uma comissão do Conselho Nacional para o baixo São Francisco. Esse é um assunto que eu gostaria de pautar na CTAP, quanto aos empreendimentos da bacia, a questão da regulação e as prioridades que estão sendo definidas no grupo lá, que criaram, mais o pessoal agricultor familiar, aquelas populações daquelas cidadezinhas estão se ferrando. Quem é que vai pagar isso? Então haveria de ter uma contra, uma compensação aquele povo lá, a Chesf ia pagar a compensação aos agricultores lá. Então eu agradeço que a rede de monitoramento tenha ajudado a gente a descobrir esse problema. Infelizmente a solução passa por aí. Eu estou pedindo ao presidente para ser avaliado no nosso pleito de levar uma comissão daqui da CTAP a ver o estrago que o baixo São Francisco está passando com a falta de uma regulação, que está priorizando a hidrelétrica e aqueles negócios lá no alto, mas ninguém está compensando, uma compensação, aí a ação na justiça acabaria, quem sabe o Conselho Nacional seria intermediário de uma pacificação e acredito acabar com as ações na justiça. Obrigado.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Ok. Alan, você queria falar?

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Sim. Alan da Agência Nacional de Águas. Eu queria só contribuir um pouco com essa discussão, lembrando um pouco a história do Cadastro Nacional de Usuário de Recursos Hídricos. Que é um pouco semelhante, né, a ANA instituiu esse cadastro lá em 2003, um pouco no espírito de agregar as informações sobre uso da água de todo país, né. Em algum momento a gente percebeu que era importante também incluir os estados, os órgãos gestores estaduais nesse processo, porque não basta só conhecer o usuário, era importante também saber se ele era regular ou não, como é que é a situação da outorga. Porque ao autorizar uso da água em rio federal a gente precisava conhecer os usos das águas autorizados nos rios estaduais, quanto de outorga, quanto de água está sendo alocado nos rios estaduais. E ao contrário também, há também rios federais que desaguam em rios estaduais. Por exemplo, o IGAM é importante lá na gestão do Rio Paracatu, voltando à questão de Minas, saber o quanto de água que a ANA alocou em outorgas no Rio Preto que é federal, e desagua no Rio Paracatu que é estadual. Então essa integração também é um problema na área de gestão na alocação de água e integração do sistema de outorga. E a solução foi

parecida com essa, há um precedente também que é a Resolução 126/2011 aqui do CNRH que tem esse objetivo de integrar os cadastros, né, de uso da água estaduais e da união. Então lá tem uma certa, tem diretrizes e obrigações para os estados de no sentido de integrar os seus bancos de dados com o Sistema CNARH, né. Então eu acho que isso é, vai ao encontro, é a mesma, a gente já tem essa experiência, e aí é importante, né. Eu acho também só dialogando com essa ideia do estímulo que a ANA dar financeiro para a agregação desses dados, também ocorre no sistema CNARH. Então a gente tem a base normativa que faz com que os estados tenham essa obrigação de inserir os seus dados no Sistema CNARH. Mas a gente sabe da precariedade de vários estados. Então a gente tem o programa Pró-Gestão que é parecido com o Qualiágua, que paga pela quantidade de dados, à medida que os estados vão outorgando novos usuários, eles vão alimentando as bases de dados no Sistema CNARH integrando isso, tem metas anuais de quantidade de usuários, né, de registros, que eles vão alimentando ano a ano. E há um incentivo financeiro da ANA dentro do Pró-Gestão. Mas também assim, a nossa expectativa não é que o Pró-Gestão fique ad eternum, a gente imagina que em algum momento os estados terão uma capacidade, até vencido o passivo, muitos estados começaram outorgar, muito antes da ANA, o Ceará, São Paulo mesmo, tem o IGAM, tem uma tradição até mais antiga do que a ANA. Tem um passivo de outorga a ser alimentado no sistema, mas uma vez vencido isso e os estados se estruturando, no futuro talvez o Pró-Gestão não seja necessário ter o estímulo financeiro, eu assim enxergo como um programa transitório de estruturação do sistema, assim como é o Qualiágua, em algum momento isso deve mudar para uma situação onde os estados estão mais estruturados e aí eles vão monitorar no mais, nos rios de interesse deles e a ANA mais nos rios federais, os rios de maior porte. E isso tudo integrado no mesmo sistema. Então a gente precisa ter essa base normativa. Uma só sugestão, eu estava conversando aqui com o Marcelo, não sei se é o caso também de a gente incluir a questão de quantidade de água também, as informações sobre vazões e níveis d'água. Embora isso já esteja andando bem, hoje a gente já tem uma relação boa, a qualidade da água como o Marcelo falou, é uma coisa, ele falou até a palavra atrasada, mas a gente fez isso depois, porque é muito mais complexo fazer a rede de qualidade de água e integrar os dados no sistema. Mas a gente tem a Rede Hidrometeorológica Nacional, também existem redes estaduais de monitoramento de quantidade de água. E é importante para a gestão de água também que isso esteja integrado no mesmo banco. Então para a gente ter uma base normativa única, é só uma sugestão, né, talvez a gente possa incluir também a questão de compartilhamento de dados de quantidade de água.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Obrigado Alan. Eu vou passar para o Pedro do Planejamento, depois o Vinicius. Sim Vinicius.

O SR. VINICIUS TAVARES CONSTANTE (CRH/SC) – Era só fazer uma correção, é que na verdade eu retiro a outra fala que eu tinha colocado sobre a

1909 questão da disponibilidade dos dados, depois eu percebi que está no § 4º aqui
1910 falando, então esquece essa parte.

1911
1912
1913 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP)** – Está bom.
1914 Depois do Pedro eu vou dar o encaminhamento. Você quer falar também
1915 Nelson? Depois do Pedro e do Nelson eu dou o encaminhamento e passo para
1916 o Marcelo comentar inclusive o meu encaminhamento aqui para ver se, e que
1917 comentários também geral aqui com que foi mencionado. Fátima você vai
1918 querer falar também Fátima? Tá. Então fica o Pedro, o Nelson e a Fátima,
1919 depois eu faço comentário e a gente passa para o Marcelo. Bom, a Liliana.
1920 Mais alguém? Não?

1921
1922
1923 **O SR. PEDRO EMÍLIO (MP)** – Pedro, Ministério do Planejamento. Eu não sei
1924 se esse ponto foi levantado aqui, mas eu vi que entre as preocupações da
1925 CTIL, está a questão da incorporação da qualidade de água das águas
1926 subterrâneas também. Mesmo sabendo que a ANA não é responsável pela
1927 gestão das águas subterrâneas, fica mais uma ponderação aqui, um ponto aqui
1928 de reflexão, se talvez valeria à pena incluir dentro dessa resolução a provisão
1929 de incorporação dos dados de qualidade das águas subterrâneas.

1930
1931
1932 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP)** – Ok. Nelson.

1933
1934
1935 **O SR. NELSON FREITAS (SEMA/RS)** – Bom, eu não sou especialista em
1936 qualidade, mas primeiro queria dar os parabéns para o Marcelo, eu sou
1937 entusiasta dessas abordagens programáticas. Para quem não sabe, eu sou da
1938 ANA, né, e participei da implementação, agente infiltrado. Participei da
1939 implementação do início da implementação do Pró-Gestão e tenho orgulho de
1940 ter participado da concepção do Pró-Comitês, que são abordagens
1941 programáticas todas similares, com mecanismos semelhantes, né, e que visam
1942 dar ao estado uma estrutura e a gente sabe que como o Marcelo colocou, ela
1943 não é para ser eterna. É óbvio que o Pró-Gestão já está no 2, e eu imagino que
1944 o Qualiágua continuará tendo orçamentos mais ou menos assegurados e essa
1945 quantidade vai ser dada em prol dessa qualificação do sistema, porque nós
1946 sabemos as fragilidades estruturais dos estados. Então é uma questão
1947 geracional, não vai ser em cinco anos que nós vamos mudar a cultura dos
1948 estados de passar a colocar recursos hídricos na sua primeira agenda. Nós
1949 mesmos não temos na Esplanada. A ANA tem uma condição privilegiada por
1950 ser uma autarquia, por ter uma autonomia relativa com relação a todas as
1951 coisas. E isso a gente não vê nos estados. Então, mas voltando, como eu não
1952 sou especialista no ramo, eu consultei a base, e a ideia na verdade é boa, mas
1953 talvez a gente pudesse trazer para cá um pouco do que tem no Qualiágua,
1954 trazer mais elementos. Porque se o Qualiágua não continua, na hipótese
1955 pessimista que ele não continue, os protocolos estabelecidos, a uniformidade
1956 de coleta, os padrões podem se perder também. Então já que a gente vai tratar
1957 disso aqui, por que não tratar menos da obrigatoriedade, a gente podia dar

uma aliviada nessa questão da obrigatoriedade, está muito duro ali. Porque acho que é uma preocupação, o estado depois não ter condições e não vai mandar, né. E aí fica a norma, aquela norma que passa a ser desrespeitada em um ponto, passa a ser desrespeitada em todos, é que nem se eu sou muito duro com o meu filho, se ele se rebelar, ele não vai obedecer em nada, porque já se rebelou mesmo. Então a abordagem com um pouco de parcimônia, mas trazendo para cá os elementos técnicos do Qualiágua, com relação à periodicidade, questões técnicas que eu não saberia discutir aqui. Talvez fosse mais proveitosa a resolução. E também a questão dos protocolos de comunicação que é uma dificuldade que os estados enfrentam, não estou falando só do meu, estou falando de quando a gente estava acompanhando e tocando o Pró-Gestão lá no início, isso era a maior dificuldade. Então que a ANA tivesse um ônus maior na resolução com relação a esse aspecto, ou seja, esse operacional. Porque aí o que é que eu vejo? A ideia é virtuosa, se o estado tiver algum dado coletado, dado mesmo com toda a sua fragilidade e ele tiver uma facilidade para mandar isso para a ANA, ele mandará, não terá custo, mas aí nós temos que ter um ônus um pouco maior dentro da nossa estrutura ANA, fazendo esse papel facilitador. Eu acho que por aí tendo essa facilidade maior na questão da obrigatoriedade de se comunicar. E trazendo para a resolução esses elementos técnicos que na continuidade podem ser úteis. Hoje estão presentes no Qualiágua, mas lá no futuro nós não sabemos, eu acho que a resolução pode ser melhor trabalhada.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Obrigado Nelson. Agora Fátima, depois a Liliana, e daí a gente vai encaminhando.

A SR^a. FÁTIMA PAIVA (MMA) – Fátima Paiva do Ministério do Meio Ambiente. Antes eu gostaria de felicitar a ANA pelo trabalho na rede, eu também participei, acompanhei um pouco antes da criação da ANA, da rede. E realmente os avanços são interessantes. Agora o que eu queria perguntar Marcelo é sobre essa questão da gestão das águas, a gestão compartilhada com os estados que eu acho fundamental, o que é que a rede tem feito na questão de pontos de monitoramento em bacias que são compartilhadas com a união nos pontos limítrofes entre os estados? Porque atualmente está sendo discutido até na superintendência de planejamento essa questão dos planos de bacias, planos estaduais e plano nacional. E eu vejo que a rede, quer dizer, ela seria muito importante na apresentação de informações sobre esses pontos de controle em bacias que são compartilhadas por mais de um estado, se existe algum esforço da rede nesse sentido de apresentar estações nesses pontos?

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Ok Fátima. Liliana.

A SR^a. LILIANA PIMENTEL (SRH/MMA) – Liliana Pimentel, do MMA. Na verdade, acho que as minhas maiores preocupações quanto ao texto já foram

2007 contempladas um pouco nas duas últimas falas. Eu entrei na secretaria em
2008 2004, e a gente discutia naquela época em alguns grupos de trabalho
2009 exatamente a integração de sistemas de informação de modo geral, entre o
2010 ministério e entre estados e união. E uma das grandes preocupações foi um
2011 momento de migração inclusive da própria rede lá para a ANA, e uma das
2012 grandes preocupações é porque alguns estados tinham um volume imenso de
2013 informações já consolidadas há muitos anos e que eventualmente poderiam ser
2014 perdidas na troca de linguagem, enfim. Como eu não acompanhei essas
2015 questões ao longo do tempo, eu não sei se esse problema já foi resolvido,
2016 imagino que sim, mas concordo com o Nelson que quando você coloca os
2017 textos deverão e lá no final essa resolução entra em vigor na data da
2018 publicação, eu imagino conhecendo o sistema, que muitos estados tenham
2019 dificuldade de implementar. Aqueles que não têm nada, fica fácil, porque ele
2020 usa o sistema nacional. Mas aqueles que têm e que às vezes caminham
2021 razoavelmente bem dentro da sua realidade, talvez precisassem de um tempo
2022 de adaptação, alguma coisa nesse sentido. E uma outra questão que me
2023 preocupa, tendo passado pelo licenciamento do Ibama, durante muito tempo a
2024 gente tinha essa dificuldade, porque as outorgas eram dadas de forma
2025 desconexa. E a gente tinha muita dificuldade de fazer aprovação de
2026 licenciamento com esses dados um tanto incompletos numa análise de bacia.
2027 Então quando a gente fala da vazão, ela tem a ver com qualidade, porque
2028 tenho a vazão disponível para aquele uso que eu pretendo, e o uso está ligado
2029 a qualidade, está ligado a enquadramento, está ligado a plano de bacia. Então
2030 acho que a gente precisa olhar para os textos dessa resolução e de outras
2031 propostas do legado, não imagino que a ANA não tenha feito dessa maneira, é
2032 claro, mas eu penso que a gente deve olhar para essas resoluções de uma
2033 forma mais integrada, vendo planejamento, vendo outorga, eu não posso
2034 encarar as coisas de uma forma muito desconexa.

2035
2036
2037 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP)** – Muito bem. A
2038 ideia, vou passar para o Marcelo depois, a ideia dessa discussão de hoje foi
2039 realmente essa de nivelar as pessoas, o esclarecimento que o Marcelo colocou
2040 aqui, e a gente enfim, colocar aqui algum outro ponto que como foi dito. O meu
2041 encaminhamento é que ao invés de criar um grupo de trabalho, porque está
2042 tendo, já tem uma certa dificuldade com relação a isso, é que todos os
2043 participantes da CTAP e claro, a ANA também, a ANA como participante, mas
2044 as outras pessoas que mesmo participam da CTAP. Que analisem essa
2045 proposta que está aí e que façam as sugestões de inclusão, a exclusão,
2046 modificação, por escrito. Enviar para a Secretaria-Executiva. Eu vou dar um
2047 prazo, eu não gosto muito de prazo longo porque a tendência é deixar para os
2048 últimos 10 dias, e depois chega nos últimos 10 dias esqueceu que tem o prazo
2049 e ninguém cumpre nada. Mas de qualquer maneira não adianta querer fazer
2050 isso para amanhã, né. Então eu sugiro até o final de agosto, porque julho nós
2051 já estamos quase no mês de julho aqui, até o final de agosto, quem quiser fazer
2052 as sugestões, enviem o texto, porque não é chegar e falar: está ruim o Item 3,
2053 não é isso. O que é que modifica no Art. 3º, que é que inclui, o que é que deixa
2054 de incluir. E aí na próxima reunião da CTAP a gente volta a discutir e vamos
2055 encaminhar. Eu volto a ressaltar, isso é uma preocupação grande que eu acho

que a gente não tem um cuidado de aonde estabelece obrigações, mas também não pode ser o contrário de não estabelecer nenhum vínculo e participa quem quer. Sabe, então eu acho que a gente tem que evoluir, nós do sistema nacional temos que evoluir cada vez mais nesse sentido do nacional. Da troca de informações, da gestão, enfim, de tudo, das bacias que têm rios de estado, domínio de estado, quer dizer, isso aí é óbvio ululante aí que há uma necessidade que essa coisa fique nacional. Então achar um ponto ótimo aí aonde a gente consiga sem estabelecer talvez obrigações draconianas, mas de alguma forma estabelecer compromissos de fornecimento de informações para que isso fique com o sistema nacional. Então aí eu sugiro então que todos façam essa delay, quem tiver as sugestões, por favor, que enviem as sugestões aqui para a Secretaria-Executiva, para a Liliana que está, ou enfim, para a Secretaria-Executiva, e que, e aí depois a gente sistematiza isso e discute na próxima reunião.

[2:41:16] O SR. NÃO IDENTIFICADO – Vai ser definido um prazo Júlio?

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Até final de agosto. Até dia 31 de agosto, porque julho já está aqui no meio e tal.

[2:41:23] A SRª. NÃO IDENTIFICADA – Só uma dúvida. Oh Marcelo, ali na deliberação da ANA está previsto a realização anual de um relatório pela ANA da rede de monitoramento. Na resolução da ANA, tem previsto esse relatório. Eu não achei isso no site, agora meu computador deu um tilt aqui, agora eu não consigo achar. Porque eu queria saber o seguinte, porque é importante até para a gente trabalhar nessa deliberação, que a gente tivesse acesso a esse relatório de avaliação do Qualiágua não só no sentido dos dados que chegaram, da rede que foi implementada, como dos custos quanto que a ANA está investindo nesse programa. Para que aí sim a gente pudesse trazer alguma contribuição mais efetiva. Eu não achei, eu estava procurando aqui, não achei, agora não consigo procurar mais. Eu estava procurando aqui e não achei esse relatório previsto na resolução da ANA. Então seria muito interessante Marcelo se você pudesse encaminhar então para nós esse relatório, que a gente com base nesse relatório a gente possa contribuir com mais efetividade para essa resolução.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Ok. Aí enfim, o que é que se pode pensar de estabelecer protocolos mínimos, parâmetros, enfim, são coisas que aí você, as pessoas que estão familiarizadas com esse assunto, podem sugerir para tornar a resolução talvez mais específica. Marcelo, agora, por favor, comenta tudo que você queira.

O SR. MARCELO MEDEIROS (ANA) – Eu anotei tudo. Bom, me incomoda numa resolução do conselho é as imposições sobre os entes. O conselho ele

2105 não tem tido pudor em impor obrigações aos órgãos da união, tem vários daí
2106 que dizem: a ANA deve, a ANA e a CPRM devem, a ANA e o DNPM, a ANA e
2107 não sei quem. Mas quando se trata do estado é meio difícil, porque a gente tem
2108 que considerar que você está combinando numa resolução obrigações em
2109 entes políticos diferentes. Isso é complicado. E me incomoda que não participe
2110 dessa resolução um maior número de estados. O Nelson é amigo da gente,
2111 sabe o que a gente faz, a gente confia, tem vários acordos com o Rio Grande
2112 do Sul, não é somente o Qualiágua, tem sala de situação, a gente está lá
2113 quase todo mês. Santa Catarina a gente está botando agora dentro do
2114 Qualiágua, acabou de assinar o contrato. Mas falta gente, então isso me
2115 incomoda. Daqui da Câmara Técnica até chegar no plenário do conselho, isso
2116 não passou por um número maior de estados, vai ser muito chato ter que
2117 discutir isso lá na plenária, nossa, passamos por isso um monte de vezes, não
2118 funciona, fica sem representatividade. Então meu conselho é que assim, por
2119 favor, se você conhece um estado, principalmente os membros dos estados,
2120 que circulem esse assunto porque isso é uma obrigação maior para os estados
2121 do que para a ANA. Porque se a ANA está propondo isso é porque eu tenho
2122 condições de fazer isso, de receber, a gente não é louco de propor algo que a
2123 gente não vai implementar. Porque senão você perde totalmente a confiança
2124 no sistema, não vai funcionar. Bom, isso é o meu pessoal. Agora eu vou falar
2125 das questões que foram levantadas. A primeira é a troca de dados. Bom, na
2126 rede de quantidade nós somos um processo à parte, não só na união, mas nos
2127 estados também. Quem operava rede sempre operou, continua operando. E
2128 nesse caso nós temos acordos de cooperação com todos os estados, e a
2129 confiança é tão grande que nos estados que mantêm suas próprias base de
2130 dados funcionais, como Minas Gerais, São Paulo, Paraná e outros, eu não
2131 duplico dado. Porque tem um problema, né, existe um custo muito grande em
2132 você armazenar um dado, manter aquilo ali, manter as estruturas de backup e
2133 manter as estruturas de publicação. Então se o estado facilita o acesso ao
2134 dado, a gente não tem buscado duplicar. Isso vale também para água
2135 subterrânea, a CPRM tem uma base de dados de água subterrânea que inclui
2136 tanto as descrições de instalação do posto de monitoramento do piezômetro ou
2137 do posto de produção de água normal, como também da quantidade e
2138 qualidade que é observada ali, que era o SIAGAS, mas aí eles fizeram um
2139 novo banco que é o RIMAS, que é o banco da rede de qualidade da água, o
2140 banco da rede de água subterrânea. Atualmente eu não tenho a vontade de
2141 duplicar isso, a gente está fazendo, eu tenho um acordo de cooperação
2142 enorme com a CPRM, quase metade do recurso nosso de operação da rede
2143 vai para a CPRM, porque ela opera a maior parte da rede com a gente. E a
2144 gente está estendendo isso agora, a gente está numa negociação para discutir
2145 operação de água subterrânea, de redes de monitoramento de água
2146 subterrânea. Por quê? Em 2014 a gente começou de novo uma cooperação do
2147 Brasil com o Serviço Geológico Americano. O Serviço Geológico Americano é a
2148 referência internacional em operação de redes. As normas que todos os países
2149 seguem, a maior parte deles vem do Serviço Geológico Americano. Porque
2150 eles têm uma tradição maior do que a gente, eles estão nisso há muito mais
2151 tempo e eles investem muito mais, tem muito mais gente trabalhando, então
2152 ele tem condição de produzir, não só fazer o próprio serviço, como aferir a
2153 qualidade do serviço e produzir benchmark e manuais para isso. Então a gente

2154 segue muito essa turma. Nessa cooperação que a gente está a gente passou
2155 de 2014 a 2016 fazendo uma remodelagem, um replanejamento do que é a
2156 rede nacional. E a gente mudou o conceito porque a rede era meio parecido
2157 com o orçamento da união. Faz um negocinho, faz um puxadinho. Então era
2158 incremental, ele ia aumentando de tamanho porque se necessitava de um
2159 ponto que colocava. Às vezes durante a época do setor elétrico, a prefeitura
2160 pedia uma estação, a gente colocava, porque não tinha um critério de gestão
2161 de recursos hídricos, era vamos acomodando. 2014 a 2016 a gente muda isso
2162 e diz olha, eu não tenho uma necessidade de ponto de monitoramento, eu
2163 tenho uma necessidade de informação para um determinado uso em trechos
2164 de rios brasileiros. São tantos rios estaduais, quanto federais, que uma bacia é
2165 rio federal e rio estadual. Não faz sentido a ANA monitorar só rio federal, por
2166 isso que a nossa rede é tão esparsa e tão distribuída. Um dos objetivos da
2167 rede, aliás, dois dos objetivos da rede que a gente falou aqui, um é
2168 acompanhar a tendência de água subterrânea porque isso interfere no fluxo de
2169 base, que mantém a água durante a seca. Então é interesse nosso monitorar a
2170 água subterrânea. Então há estações que vão monitorar chuva e água
2171 subterrânea. A gente está negociando isso agora com o CPRM, porque o
2172 planejamento ficou pronto no ano passado. E há estações, não estações, mas
2173 há pontos que são necessários de monitoramento porque é o que nós
2174 chamamos de condições de entrega entre estados e entre países. Então eu
2175 tenho como um dos objetivos. Depois que a gente adequou a rede, a gente
2176 chegou aos pontos que a gente aos pontos que a gente necessita, tanto já
2177 instalados, quanto ainda a serem instalados. Então a gente já está fazendo,
2178 está indo bem isso, a gente começou a fazer fisicamente a mudança da rede
2179 em 2017, e eu tenho um plano que daqui a cinco anos eu vou ter quase 900
2180 estações que atendem totalmente esse plano que a gente fez, está lá na
2181 implementação. Hoje já tenho 200, então estamos indo bem. É uma estação
2182 diferente das outras porque ela é operada uma vez a cada dois meses, então
2183 eu gero dados a cada dois meses de vazão, por exemplo, qualidade da água,
2184 que antes era feita só a cada quatro meses. E elas são totalmente automáticas
2185 e transmitem dados. Então nós estamos aumentando também a automatização
2186 por causa disso. Então a gente está se resolvendo, até por conta da
2187 transposição do São Francisco, que a gente tem que monitorar o que a
2188 CODEVASF vai captar e o que é que ela vai entregar, então nós estamos
2189 implantando novos equipamentos, estamos adquirindo equipamentos
2190 diferentes por conta dessa necessidade e eu quero estender isso para o resto
2191 da rede. É uma coisa interessante, é você, são equipamentos que medem
2192 diretamente a vazão, não mais do jeito tradicional e manda isso toda hora por
2193 satélite, é uma coisa diferente no país. Bom, quanto à troca de dados o que eu
2194 ouvi falando, os estados foram funcionando, então não houve traumas quando
2195 o DNAE foi extinto em 97, eu presenciei isso, não houve trauma quando a
2196 ANEEL passou o comando para a ANA, e passou inclusive fisicamente os
2197 bancos de dados, eles saíram durante um período entre 2002 e 2003, nós
2198 instalamos servidores de banco de dados da ANA, e um dia nós desligamos a
2199 chave na ANEEL e ligamos na ANA para fora. Então o público não percebeu,
2200 foram 24 horas de transição que a gente morreu de medo de dar alguma coisa
2201 errada e rodou suave, fomos felizes, né. No caso da qualidade da água o
2202 negócio é mais complexo, porque a gente não tinha uma ação institucional de

2203 longo prazo, isso foi sendo criado nos últimos 10 anos na ANA. E os estados
2204 sempre trabalharam muito isolados, quem trabalhava, quem não trabalhava,
2205 não trabalhava. Agora está trabalhando, a vida vai melhorar, mas não são
2206 muitos os estados que tem tradição. E nesses estados não foi no órgão gestor
2207 de recursos hídricos, foi no órgão ambiental, como, por exemplo, Cetesb, no
2208 caso de Minas há uma diferença que a FEAM não fez isso, o IGAM é que faz,
2209 então lá é junto. E depois passou para o IGAM, o IGAM já está nessa há 15
2210 anos, né? Não, 20 anos agora. Então os estados têm meios consolidados de
2211 guardar informação. O que é curioso é que a turma de quantidade da água ou
2212 ele tem um sistema ou ele usa o nosso. Então ele manda dado com uma
2213 facilidade muito grande para a gente. O de qualidade da água a maior parte
2214 dos estados não tem sistema, ele guarda o laudo. Ele escaneia até quando ele
2215 é melhorzinho e guarda o laudo no computador. Então não tem um histórico,
2216 ele tem planilhas de Excel, mas não tem um sistema que permite analisar
2217 tendência. Isso preocupa muito a gente, porque lá na ANA a gente também
2218 entende que o nosso módulo de qualidade da água ele não é suficiente hoje
2219 em dia. Então tem dois anos que é um negócio complicado, que a gente está
2220 reestudando nosso sistema de informação hidrológica, e uma das metas é
2221 incorporar um sistema melhor, tanto para a guarda de dados de qualidade da
2222 água, quanto para análise e publicação. Que qualidade da água tem um troço
2223 interessante que isso não é tão grande em quantidade, mas é maior em
2224 qualidade, que é o metadado. Não basta eu dizer que no dia 05 de janeiro do
2225 Rio São Francisco em Pirapora o Ph era igual a 5. Não, o metadado não é isso,
2226 eu tenho que dizer que eu coletei com o equipamento tal, se não foi com
2227 aquele equipamento tal, foi por titulação, e a titulação seguiu o seguinte
2228 modelo, naquele dia a temperatura da água era tanto, naquele dia choveu ou
2229 não choveu. Naquele dia tinha cor diferente a água ou não tinha. Então tem
2230 toda uma zona de dado ao redor do dado que interessa mesmo, que faz
2231 importância na hora que eu faço análise de qualidade da água. Então o
2232 metadado é complexo, a gente tem que amarrar muito para poder juntar um
2233 monte de dados de fontes diferentes para no final dizer: o Ph era igual a 5. É
2234 muito mais complexo do que quantidade da água. Então nós trabalhamos nisso
2235 e tentando montar um sistema que provavelmente a gente vai ter que adquirir
2236 fora, você não consegue fazer um sistema facilmente em casa mais. O nosso
2237 TI tem muito sistema e já está sobrecarregado. E existe no sistema no mercado
2238 que faz isso, existe até uma linha de sistema para laboratório de qualidade da
2239 água, são os LIMS que é o Laboratório Information Manager System, que
2240 alguns estados começaram a comprar, São Paulo recentemente instalou um
2241 sistema. Então a minha troca de dado com São Paulo ela está um pouco
2242 confusa nesse momento porque ela está instalando um novo sistema. Mas
2243 mesmo São Paulo que já tinha um sistema complexo, Minas também tem um
2244 sistema próprio, ou gente que não tem nenhum sistema, a gente montou um
2245 intercâmbio pela maneira mais fácil. Não importa o sistema que você tem hoje,
2246 complexo ou não, se você tem um sistema de informação, ele gera informação
2247 selecionada em arquivos de intercâmbio. O padrão nosso de intercâmbio hoje é
2248 até planilha de Excel, porque não tem nenhum sistema que não gere um
2249 arquivo. Os meus sistemas geram, se você entrar no portal da ANA, você vai
2250 ver lá que você pode pegar o dado no formato proprietário, que a gente tem um
2251 programa que você baixa para analisar dado, que é o Hidro. E eu tenho um

2252 formato texto que na verdade é uma planilha de Excel, você abre no Excel e
2253 trabalha do jeito que você quiser. Ou abre no Libry, ou qualquer outro sistema
2254 que entenda o formato de planilha, que é o sistema mais aberto que tem para
2255 trabalhar. Então isso não é problema. A gente está tendo um problema em
2256 casa que é eu tenho que pegar esse arquivo que eu recebo e tenho que fazer a
2257 ingestão dele no Hidro, que é o nosso sistema cooperativo. A gente agora tem
2258 um mês que a gente desenvolveu uma nova ferramenta, que as ferramentas
2259 que a gente foi desenvolvendo desde 2014, eventualmente paravam de
2260 funcionar. Então agora a gente está numa nova ferramenta que está fazendo
2261 isso mais fácil, então eu estou reduzindo o passivo. A tendência é que em dois,
2262 três anos, a gente mude o sistema da ANA de informação, a gente vai acabar
2263 com esse programa que as pessoas baixam e vamos ter uma nova família de
2264 programas, e uma da parte dessa família é para qualidade da água. E a gente
2265 está tentando doutrinar os estados que estão entrando agora no Qualiágua e
2266 não tem sistema, que eles já adotem o Hidro, porque daqui a dois, três anos,
2267 quando eu trocar a família, não vai ter uma mudança dolorosa, é conseguir
2268 fazer uma transição. Porque a maior parte desses modelos de transição de
2269 banco de dados, elas fracassam porque você interfere demais na organização,
2270 na cultura organizacional. Então tem que ser com menos trauma. Nós tivemos
2271 agora mês passado no Amazonas para negociar os termos do contrato, a gente
2272 deve assinar daqui a dois, três meses, aliás, não posso, né, tem a lei eleitoral,
2273 só vou assinar depois de outubro agora. Tem que ficar lembrando essas
2274 coisas. E um dos pontos é que a gente está treinando eles para usar o nosso
2275 sistema, que é de fácil uso, para eles já mandarem no formato proprietário, não
2276 tem problema para ingestão. Então eu não tenho no meu caso os problemas
2277 que os estados tiveram com o CNARH 40, porque o CNARH 40 ele chega
2278 depois que o estado já tem um modelo de trabalho, o estado sempre trabalhou
2279 isolado dentro do estado e mesmo isolado dos outros estados com quem ele
2280 compartilha a bacia, ele gerou um formato proprietário que era difícil retirar. E
2281 alguns estados como São Paulo ou Minas, o sistema era muito antigo, então é
2282 difícil você fazer uma customização. Então nós não estamos tendo esse
2283 problema. Até porque como a gente tem a vantagem de ter sido criado em,
2284 quando a ANA criou em 2000, lá para 2005, 2006, nós começamos a mudar os
2285 bancos de dados, a gente usa modelos de tecnologia de banco de dados que
2286 perduram até hoje. Então a gente já chegou, como é que eu falo sem parecer
2287 que eu sou arrogante, a gente chegou numa nova onda de tecnologia, quem
2288 está há mais tempo, ainda está fazendo a troca dos sistemas antigos para essa
2289 nova onda. E tudo é mais fácil para quem está nesses modelos mais atuais.
2290 Então eu tenho um sistema que a maior parte das pessoas não usam, quem
2291 usa mais é universidade, empresa de engenharia, o CENAD, o CEMADEN, eu
2292 tenho portas de acesso direto ao banco de dado da rede que inclui qualidade
2293 da água e que você pode pegar o dado eletronicamente, sem manuseio de
2294 portal, de página. Então, por exemplo, o CEMADEN, que é o Centro de Alerta
2295 de Desastre Natural, a cada cinco minutos o CEMADEN recolhe todos os
2296 dados de todas as 4 mil estações de telemétricas que eu tenho, por essa porta.
2297 E a porta é pública, ela não tem senha, ela não tem registro, eu nem sei quem
2298 passou por lá, ela feita para ser assim para poder dar mais agilidade. Eu tenho
2299 um monte de universidade que faz isso também. Um dia desse eu peguei um
2300 cara da Rússia varrendo o banco inteiro do São Francisco, o que é que um

2301 cara da Rússia está precisando do banco inteiro do São Francisco? Mas
2302 acontece, porque a porta é pública, a gente não tem segredo. Então troca de
2303 dado não vai ser problema. Eu sugiro uma mudança na redação em que a
2304 obrigatoriedade de entrega do dado não seja a ANA, mas que as pessoas se
2305 sintam obrigadas a contribuir para o Sistema Nacional de Informação de
2306 Recursos Hídricos, que por um acaso é a ANA que faz a gestão. Então é uma
2307 mudança institucional, eu não estou mandando para a ANA porque é a ANA
2308 que manda, eu estou mandando porque eu contribuo para o sistema nacional,
2309 eu estou compartilhando informação com todo mundo. A ANA tem obrigação
2310 de manter o sistema e publicar o sistema. Então o que eu tenho, eu publico, eu
2311 não vou ter esse pudor. Quem vai aderir para o sistema nacional já sabe disso.
2312 O João Clímaco falou um problema da aplicação de recurso, o Qualiágua é um
2313 programa de fomento igual ao Pró-Gestão, igual ao Pró-Comitê. A gente não
2314 cobra do camarada lá da ponta se ele está, assim, me dá a nota de tanto que
2315 você comprou de papel, a nota de tanto que você gastou de combustível para
2316 fazer a viagem do Qualiágua, porque ele é um prêmio. Ele tem uma legislação
2317 diferente, ele é mais abrangente, mas, por exemplo, assim como no Pró-
2318 Gestão, no Qualiágua, o recurso quando você assina o contrato comigo ele diz:
2319 aplicarei exclusivamente em ações de qualidade da água, e já aconteceu de a
2320 gente receber denúncia de estado que pegou o dinheiro e usou para pagar
2321 alimentação de animal no zoológico. Como veio documentado, a gente solicitou
2322 ao estado o reembolso e foi reembolsado. Não, foi o avestruz, até agora só sei
2323 do avestruz. Essa é da sua época. Isso acontece, cara. Então quando isso
2324 acontece, a gente fica sabendo, a gente obriga o retorno. Mas como ele não
2325 tem a estrutura de convênio que eu não sei gasto a gasto o que foi feito, eu não
2326 consigo fazer esse controle lá da ANA. O que para mim é uma vantagem, não
2327 por que eu estou fugindo do controle, mas porque eu não tenho que manter
2328 uma estrutura de especialistas em recursos hídricos fazendo contabilidade e
2329 nota fiscal. Porque isso é um absurdo, o servidor da ANA ele ganha muito bem,
2330 ele tinha que está fazendo outra coisa. Então convênio para a gente é um
2331 inferno, que a gente nunca mais vai fazer. Por isso que o Qualiágua é uma
2332 maravilha. Aqui atrás está o Maurrem que é o Coordenador Nacional de
2333 Qualidade da Água da ANA, ele trabalha, nós trabalhamos na mesma
2334 superintendência, o Maurrem criou o Qualiágua, a culpa é dele, ele criou a
2335 Rede Nacional de Qualidade da Água, a culpa é dele também. Então o
2336 Maurrem é um profissional qualificado, ele é reconhecido internacionalmente
2337 como especialista em qualidade da água, esse cara não tem que ficar fazendo
2338 controle de nota fiscal. Ele tem que fazer o que ele está fazendo que é ficar
2339 rodando os estados para ajudar o cara a estabelecer a sua rede dentro da rede
2340 nacional, e o Qualiágua continuar funcionando, que o Qualiágua também tem
2341 um trabalho imenso ano a ano de manter, ir no estado e falar: você tem que
2342 manter, não manter, mesmo tendo dinheiro, eu sei que você quer fazer outra
2343 coisa, continua fazendo, e tem aqui capacitação, tem um monte de capacitação
2344 para ser, que a gente organiza lá na ANA. Porque uma das metas do contrato é
2345 que não basta entregar dado, os técnicos que participam do Qualiágua, eles
2346 são listados na relação que a gente tem na relação do contrato, ele tem cada
2347 um deles ter participado no mínimo de 40 horas de capacitação todo ano em
2348 qualidade da água, e a gente prover isso, a gente provê curso suficiente para
2349 isso. Bom, água subterrânea eu falei. Pontos de controle entre os estados a

2350 gente conversou. Agora o relatório da ANA eu não me lembro desse relatório,
2351 isso está na resolução que foi extinta? É porque está uma confusão, tem quatro
2352 resoluções do Qualiágua. Duas foram extintas. A gente tem que ver, porque a
2353 gente tem um relatório interno que ele é feito a cada seis meses sobre a
2354 situação em cada estado, porque aí eu digo, aqui estão os dados que o estado
2355 me entregou, esses dados são de verdade, e ele vai receber um prêmio de
2356 tanto por causa desse conjuntinho de seis meses. Então não é o Nelson, mas é
2357 o colega dele da Fepam, ele recebe a cada seis meses um relatório da ANA,
2358 que diz isso, e a ordem bancária é feita alguns dias depois. Isso é muito rápido
2359 dentro da ANA por causa da modalidade de prêmio, a gente não enrola para
2360 pagar, você me entrega os seus dados, em duas semanas eu te pago. Então é
2361 uma coisa muito legal, é muito rápida, embora não seja uma compra de dado.
2362 E tem dentro do portal da ANA você consegue ver o número de estações, não
2363 é uma coisa muito simples não, a gente tem que melhorar essa parte, porque a
2364 gente tem um problema que a gente tem um público cativo da rede que tem
2365 nesses 100 anos, a maior parte são pessoas que entendem, assim, sabe o que
2366 você está fazendo. Então como a gente tem esse público, eles reclamam muito
2367 pouco quando a gente muda a página, quando o sistema muda o formato, a
2368 gente se acomodou nisso, isso é ruim, porque os leigos que entram agora, eles
2369 não conseguem entender o que é que você está entregando. Uma das coisas
2370 mais complicadas para a gente e demorada, foi fazer um novo portal de dado
2371 telemétrico, é o dado em tempo real. Porque o sistema antigo ele era para essa
2372 turma, era para engenheiro, hoje em dia ele está mais fácil, você consegue ver,
2373 entra, tem gráfico que a pessoa consegue entender a evolução, compara a
2374 chuva com o nível. Então a pessoa passa a entender que a chuva influencia no
2375 nível, então é uma coisa mais assim, mas a qualidade da água a gente tem que
2376 melhorar muito ainda. Mas não tenham medo da parte que diz das obrigações
2377 da ANA, o que está nessa resolução, embora não tenha sido a minha equipe
2378 que tenha feito da minuta da resolução, nós temos toda possibilidade de
2379 receber dados, não importa de quem e em que formato nós vamos conseguir
2380 estabelecer um padrão, como eu já tenho no Qualiágua, que foi difícil
2381 estabelecer, mas essa semana a gente vai fazer a última instrução normativa
2382 que diz como é que manda dado para a ANA, a gente achou um jeito mais fácil
2383 ainda. Então por isso que a gente conseguiu a adesão dos estados. A gente vai
2384 conseguir fazer. O que me preocupa mudar o tom da resolução, não é uma
2385 obrigação para a ANA, é uma obrigação para o sistema nacional, e a segunda
2386 coisa é: eu queria ver a participação dos estados, porque o público atingido é o
2387 estado. Agora enquanto a ANA continuar provendo ou não, isso é muito difícil
2388 de você colocar numa resolução, é muito difícil. Isso usualmente você teria que
2389 fazer uma moção específica, porque tem aquele problema de estar como a
2390 gente ouviu antes, isso é o discricionário. Atualmente eu não tenho problema,
2391 um terço do orçamento da ANA é gasto com as ações da rede, o que inclui o
2392 Qualiágua. Esse ano o nosso gasto dos contratos de Qualiágua, dos 22
2393 estados assinados, ele chega a R\$ 11 milhões, eu tenho esse dinheiro
2394 garantido até o final do ano. Porque nós somos uma anomalia na Esplanada, a
2395 gente não é contingenciado, por enquanto a gente não é contingenciado, isso
2396 está perdurando desde 2010. No ano passado para esse ano a gente teve uma
2397 redução de recurso, mas não foi contingenciamento, é porque o nosso recurso
2398 vem, lembra dos 6,75 do setor elétrico, o 0,75 é o orçamento da ANA. Os 6%

da compensação normal esse ministério recebe a compensação e contingencia quase todo, porque ele sofre o efeito de contingenciamento. O 0,75 ele vai para a ANA como cobrança pelo uso da água, então ele é preço público. Quando é modalidade de preço público, o estado é obrigado a fornecer uma contraprestação econômica porque é preço. É igual quando você entrega água tratada em casa, então eu sou a sua contraprestação econômica. Por isso que a gente não é contingenciado, é um decreto, só que o decreto é frágil. Porque não é, é porque não é, em Minas cai no caixa único. Então não adianta, o nosso não cai no caixa único, não existe o caixa único na união, isso é uma sorte muito grande. Um dia desse talvez eu tenha que vim aqui pedir uma moção para que se mantenha aquele decreto e a ANA não seja contingenciada. Eu espero ter explicado tudo.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Obrigado então Marcelo. É o seguinte então, então nós vamos encaminhar. Solicitamos contribuições até 31 de agosto. Nós vamos fazer seguindo aí a sugestão do Marcelo, nós vamos enfim, enviar aos representantes estaduais no conselho, que em geral 98% ou 99% são dos órgãos gestores. E a gente envia a proposta e sugere também se eles têm alguma contribuição para essa resolução. Mas aí nós vamos fazer via representantes no conselho. Então é isso, eu agradeço o Marcelo, ao Maurrem, se quiser continuar, continuem conosco. Antes de encerra, são 12h15, a Liliana queria, encerrar a parte da manhã, porque ainda tem dois temas aqui. A Liliana queria fazer um aviso rápido que sobre um assunto que ela tem, e daí se vocês concordarem, isso imagino que por volta, por volta não, às 14h a gente volta a se reunir aqui, está bem? Aí são dois itens de pauta, um é aquela outra proposta do legado de criar aquela equipe de infraestrutura, como é que é, o SINFRA. E o outro seria, vai ser a apresentação do nosso colega do Ministério dos Transportes sobre hidrovias, Paraná-Paraguai. Liliana.

A SR^a. LILIANA PIMENTEL (SRH/MMA) – Bem rapidinho, é só porque complementa o assunto que a Cristiane tratou um pouco mais cedo. A gente já encaminhou isso aqui aos conselheiros, e estamos divulgando em todas as Câmaras Técnicas, enfim, mas está posta para consulta pública no site aí do Planejamento, aí o Pedro se quiser depois complementar, fique à vontade, mas está em consulta pública a estratégia nacional de desenvolvimento econômico e social que vai nortear a construção do PPA, dos planos setoriais dos ministérios, né, e que é o desenvolvimento das políticas públicas de forma geral. E isso está para consulta pública por meio do site do Ministério do Planejamento, e tem um material de apoio que é a estratégia nacional, o plano, e tem o sumário executivo também. Então tem o plano completo e o sumário executivo. E a gente também recebeu, não estou endossando, mas a gente recebeu aqui os caminhos da infraestrutura, é um estudezinho de uma associação das indústrias de base e também uma outra contribuição de uma comissão do Congresso sobre infraestrutura hídrica ligada ao turismo. Se alguém tiver interesse, é só me contactar que eu passo, na verdade a gente já deixou no site também. Está bom?

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Muito bem. Então obrigado por enquanto e voltamos às 14h, tá?

(Intervalo para almoço).

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Sessão aqui, do período da tarde. O próximo item é aquela discussão sobre a proposta do projeto também, do Legado, que estava... Que prevê, não é? A criação do Comitê Interministerial de Infraestrutura Hídrica. Isso aí nós discutimos inicialmente na reunião anterior, foi criado um Grupo de Trabalho com a participação da Jussara, do Percy, da Cristiane, do Alan, do Nelson e do Clímaco, para propor uma correspondência, se eu não me engano, não é? A ANA, como a gente estabeleceria esse... Qual é a opinião nossa sobre esse assunto. Não é? Eu pergunto para esses que eu mencionei se tem alguma... Alguma evolução sobre esse documento, alguma proposta? Ninguém?

(0:01:35). O SR. NÃO IDENTIFICADO – Júlio, eu não recebi nenhuma proposta. Eu Fiquei imaginando que a Jussara e o Percy iam minutar alguma coisa. Eu não recebi nada em relação a isso.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Eles eu acho que não fizeram, não é?

(0:01:50). O SR. NÃO IDENTIFICADO – Como eu não sou da ANA eu fiquei meio assim de provocar, que eles estavam um pouco formulando o que seria, não é?

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Liliana.

A SR^a. LILIANA PIMENTEL (SRH/MMA) – Eu tive a oportunidade de conversar com o Perci brevemente, perguntar como é que estava e eu, assim, até onde eu percebi não houve, assim, ninguém tomou uma iniciativa de iniciar... Ninguém teve a iniciativa de construir uma primeira minuta e compartilhar com os demais. Então, por isso na convocação dos senhores a gente mencionou, não é? Lembrando que aqueles que se voluntariaram, enfim, mas mesmo assim a Secretaria Executiva não recebeu também, qualquer documento, minuta, pergunta ou manifestação.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – A ideia, talvez o Alan possa... A ideia era fazer um comunicado, não é isso? Do Conselho, comentando sobre essas, eu acho que as dificuldades que se viam de se ter

2497 uma... Um Comitê Interministerial desse... Dessa forma. Não é? E, enfim.
2498 Agora, eu estava pensando, eu não sei se vale ainda a pena a gente voltar com
2499 o pessoal aqui do Grupo, para que eles na próxima reunião apresentem
2500 alguma coisa ou se a gente resolve escrever, nós mesmos, sem ter a
2501 participação do grupo, porque senão fica nessa de... Não é? Agora, para isso a
2502 gente sempre precisa de um texto, para fazer essa criação coletiva não dá
2503 para... Não dá pra sair fazendo isso do zero aí na coisa. Então... Fala no
2504 microfone.

2505

2506

2507 **A SR^a. LILIANA PIMENTEL (SRH/MMA)** – Uma sugestão talvez... Liliana,
2508 relatora da CTAP. E aí é uma sugestão apenas, para a CTAP. A nossa próxima
2509 apresentação, o rapaz chega às 3 horas. Então, acho que talvez fosse a
2510 oportunidade da gente consolidar um pouco melhor aquilo que foi discutido na
2511 reunião passada. Então, não se trata de construir o texto, mas de analisar os
2512 artigos da proposta e fazer um (...), e guardar as ideias, e os principais pontos
2513 de fala das pessoas que estão presentes.

2514

2515

2516 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2517

2518

2519 **A SR^a. CÉLIA REGINA ALVES RENNÓ (ABES)** – Célia da ABES. A Jussara
2520 me mandou, o material que tinha foi quase todo sobre o GT de barragens.
2521 Tudo que eu recebi dela foi sobre o GT de barragem. Sobre esse assunto não
2522 chegou nada.

2523

2524

2525 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP)** – Muito bem.
2526 Então, vamos tentar, então, voltar um pouco na reunião que aconteceu, a
2527 reunião anterior aí, fazendo um esforço de lembrança também, não é? Para ver
2528 quais são os pontos que foram levantados, aí a gente vê e vamos tomando
2529 nota aqui e vamos ver depois, como a gente conduz esse tipo de coisa. Tá...?
2530 Vamos partir para o artigo, não é?

2531

2532

2533 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).*

2534

2535

2536 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP)** – Tudo bem.
2537 Bom... Esse, eu lembro que essa proposta, uma das coisas que foi levantada é
2538 que entrava em choque com as próprias atribuições do Conselho Nacional e do
2539 jeito que está escrito aí era um negócio muito, muito drástico, não é? Quer
2540 dizer. Então, entrava muito em choque (...) com as atribuições do Conselho.
2541 Não é? E do sistema.

2542

2543

2544 **A SR^a. LILIANA PIMENTEL (SRH/MMA)** – Desculpa. Liliana. Uma coisa que
2545 eu me lembro bem, foi isso, até por isso que esse tema veio para a CTAP e

eventualmente deva ser, inclusive tratado em outra Câmara Técnica, mas essa questão do Comitê Interministerial de Infraestrutura Hídrica, a gente falou um pouco da hierarquia dos Ministérios, das suas estruturas e existe uma secretaria específica de infraestrutura hídrica dentro do Ministério do Planejamento. Então, foi um pouco esse recorte que a gente deu, assim, mais um Comitê e assim, um Comitê Interministerial, enfim. Porque a gente lembra que isso aqui não é uma Minuta de Resolução do Conselho, alguma coisa nesse sentido. A proposta vai além. É uma proposta de alteração legal mesmo.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Essa aí foi uma proposta de Minuta de Decreto. Não é? Então, esse foi um dos itens que estava no Projeto Legado, que o Conselho resolveu dar a sua opinião. Não é? A ANA não encaminhou isso para cá. Nós resolvemos dar a opinião sobre esse tema. E aí ficou de se fazer um comunicado, não seria bem uma Moção, porque na verdade isso não está correndo, não é? Não seria uma Moção para ANA para não encaminhar, porque também ela já fez o que tinha que fazer aí, divulgou, aí não tem como, não é? Então, teria que talvez... Foi por isso, eu acho que ficou a figura do comunicado. É. Isso. E aí o Conselho se manifestaria com esse comunicado, enfim, com relação a essa proposta, não é? Quer dizer, ficaria já como um ponto, um ponto do Conselho, o quê que o Conselho pensa sobre essa proposta. Não é? Eventualmente se isso for para frente, daí isso aí depois ver como é que vai ser feito, se vira esse comunicado, vira Moção, o que seja, não é? Bom, e aí? Quem é que acrescenta mais aí, das lembranças? Fala Clímaco.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – É evidente que todo mundo, todo mundo é muito genérico, mas muita gente dentro do sistema de gestão de recursos hídricos tem visões diferentes um do outro em relação à como chega na eficácia e eficiente do sistema. Isso não é unanimidade, assim, cada um tem um olhar que faz ter... Que os faz diferente um do outro. Eu tenho a impressão que o Conselho, no caso da Política de Recursos Hídricos, comparativamente a outras políticas públicas que têm Conselhos, tipo saúde, tem Conselho de Saúde, Nacional de Saúde, que é deliberativo. Não é? Inclusive definir os recursos e tudo mais. Eu não posso dizer hoje que todos os Conselhos estejam vivendo um nível de eficiência e eficácia, mas isso está dentro de um princípio da Constituição de 88, que se reforçou, não é? Após 88 e é um dos atributos da construção do Estado democrático de direito do Brasil e o próprio modelo de democracia do Brasil (...). Então, eu vejo essa proposta como parte de uma narrativa que tem vários setores sociais, inclusive dentro da ANA, de querer desconstruir esse processo. Eu acho que nós estamos perdendo essa guerra, depois desse, dessa mudança aí, de Presidência da República através de artifícios jurídicos que hoje mostra assim, não comprovados, nós estamos perdendo a guerra, mas também não estamos liquidados ainda. Então, as pessoas de bem elas têm que ficar assumindo, lutando, lutando para isso não acontecer. Eu sei que na ANA tem muita gente de bem, mas também pode ser que não tenha, porque a narrativa para mim está (...) aí, as pessoas de bem elas querem aprimorar os

2595 pressupostos da Constituição de 88. A não de bem, elas estão achando que as
2596 coisas estão muito ruim, que é melhor radicalizar no fechamento de uma
2597 proposta de Estado mais democrático. E nesse sentido eu sinto até que tem
2598 alguns exemplos, de fato, acontecendo recentemente, que o princípio da
2599 descentralização e a participação social é uma das... Uma das coisas que
2600 estão sendo vitimadas por essa onda obscura que permeia todas as
2601 instituições no Brasil, inclusive a ANA. Eu não vou dizer todo mundo da ANA,
2602 mas quando a ANA verbaliza oficialmente uma proposta dessa para o público,
2603 está me passando que é a corroboração desse, dessa conjuntura que eu estou
2604 falando. Até porque, é a única política pública que tem, além da saúde que eu
2605 conheço, um Conselho que tem uma superveniência sobre as agências... De
2606 certa forma a de saúde ela tem uma certa superveniência contra aplicação de
2607 recursos, e tudo mais, e eu sinto que há uma certa, uma certa, quer dizer, uma
2608 certa revolta, uma flexão, uma não aceitação dessa adolescência mal
2609 resolvida. Que está todo mundo adolescente, o sistema começou em 97.
2610 Então, essas crises de adolescência acontecem. Mas a gente não pode deixar
2611 essa adolescência virar uma bandidagem democrática, não é? Uma safadeza
2612 democrática que o país está vivendo, pelo menos na parte que me cabe de
2613 recurso hídrico, eu estou lutando contra isso. Eu vivenciei uma história terrível
2614 a semana retrasada, onde as agências estatais, tipo a ADASA, ANA e a IGAM,
2615 se juntaram em um conluio para impedir uma chapa de Sociedade Civil ganhar
2616 essa eleição do Rio Paranaíba. E eles assumiram o poder. Eles ganharam a
2617 chapa, fizeram a maioria, em 15 dias montaram uma chapa para tirar o suposto
2618 pretexto, o pressuposto que nós iríamos construir uma diretoria onde a
2619 Sociedade Civil tem, inclusive tem mais poder de fazer alguma coisa hoje do
2620 que o próprio Estado. Então, as corporações... Então, esse é um ambiente
2621 muito terrível que nós estamos vivendo no país, em todas as coisas e no
2622 recurso hídrico sinaliza-se coisas assim. Essa onda obscura que tem na ANA
2623 alguns adeptos, levou, a meu ver, a construção dessa proposta, que de
2624 qualquer maneira ela teria que dizer assim? É por isso que eu estou na minha
2625 casa com minha família, eu estou... Aí aparece alguém lá no outro bairro,
2626 resolve mandar uma Lei, fazer uma Lei lá na Câmara dos Vereadores,
2627 mandando alguém invadir minha casa. Entendeu? É uma coisa assim, embora
2628 aqui também seja casa de todos, inclusive da ANA. Então, eu vejo isso uma
2629 coisa assim, totalmente sem pé e sem cabeça. Eu fui na época... Eu estou
2630 repetindo o que eu já me posicionei, só estou vendo que daquela época para
2631 cá a conjuntura piorou e cabe mesmo ao Conselho se manifestar sobre isso, e
2632 mais, se ele for se manifestar apoiando isso, o Conselho, ele está dizendo
2633 assim, vou fechar as portas desse Conselho. Mas o Conselho existe, com toda
2634 deficiência, para ser, para ter uma entidade superveniente, onde a sociedade
2635 participa e para dizer, olha, tem alguma coisa errada, tem uma coisa certa. Não
2636 existe política nem político totalmente onipotente em uma democracia. Então,
2637 isso aí foi a maior agressão que eu já vi dentro de tudo que saiu do legado
2638 essa foi uma das agressões (...). Olha, você é um idiota, bata na sua cara, e
2639 saia para rua para a gente bater em você, e fecha sua casa, e vai embora, e
2640 deixa sua família, deixa sua mulher, e meus filhos para mim. Eu acho que isso,
2641 na verdade é uma simbologia isso que eu acabei de falar. Então, eu peço... Eu
2642 vou me manifestar, não sei eu, mas quem for indicado da nossa nova gestão,
2643 que a gente vai fazer o possível para não aprovar tal coisa. E outra coisa, isso

2644 vai ser uma Moção de censura do Conselho, porque eu não estou aqui para
2645 ficar referendando fatos conjunturais que demonstram o desgringolamento da
2646 democracia do Brasil como estão vivendo hoje em dia. Isso é um deles. E aí eu
2647 peço desculpas, eu peço vênha ao meu colega, meu amigo da ANA, que ele é
2648 técnico competente, eu conheço ele, ali também tem outro, eu sei que eles não
2649 são assim, pelo que eu conheço deles não são adeptos dessa religião. Mas eu
2650 tô querendo dizer que o Conselho não poderia deixar de se manifestar, porque
2651 se a ANA botou isso no mercado político brasileiro. Então, algum louco está
2652 querendo achar que isso é bom e aí daqui a pouco chega um Decreto aqui no
2653 Conselho, olha, fecha as portas. Eu acho que esse Conselho de infraestrutura
2654 hídrica poderia ser uma reestruturação do Conselho ampliando os poderes da
2655 CTAP, que é uma instância que tem todo nesse negócio aí e melhoraria a
2656 CTAP para isso.

2657
2658
2659 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP)** – Ok. Agora, eu
2660 lembro... Eu já passo (...). Eu lembro que na discussão que nós tivemos na
2661 última reunião, muito do que se tem nessa proposta ele contraria essa questão
2662 toda de planejamento, que eu acho que a própria Cristiane mencionou, quer
2663 dizer, você não teria... Vai contra aquele negócio do planejamento do PPA, vai
2664 contra um monte de coisa e contra, inclusive algumas atribuições dos
2665 Ministérios, não é? E me apresenta sérios problemas, por exemplo, na medida
2666 que os Ministérios que estão ali alistados, não é? Com certeza está faltando
2667 Ministério nessa história, aí diz que com voto de 5 Ministérios os outros é
2668 mandatório, quer dizer, é mandatório, quer dizer, todos os outros têm que
2669 seguir (...). Então, tem algumas coisas aí que estão, que são completamente
2670 destoantes da administração pública que é adotada no país. Quer dizer, você
2671 estabelecer um negócio desse assim vai ser... Seria uma coisa muito
2672 complicada, eu acho que aparentemente nem o próprio Governo tem essa
2673 condição, você imagina a gente criar um negócio desses que vai dar ordem
2674 mandatória em cima dos Ministérios, que tem que ser feito de qualquer forma.
2675 E também, é claro que entrando em conflito com um monte de atribuição do
2676 Conselho, a própria, da própria ANA dando atribuição a ANA que ela não teria
2677 como fazer um negócio desses, inclusive definir ou dar opinião se as obras
2678 hídricas de todo mundo está bem ou não está. Quer dizer. Então, aí fica uma
2679 coisa complicada. Agora. Alam.

2680
2681
2682 **O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA)** – Então, só para... Na última reunião, eu
2683 lembro também uma questão que foi colocada, não sei se é pertinente, que é
2684 um conflito que haveria com os planos de ação que estão no... Que vem nos
2685 planos de bacia, não é? Acho que (...), mais alguém falando e você tem essa
2686 ideia. Os planos de bacia têm lá, as obras elencadas, o caminho natural é
2687 essas obras virem propostas nos planos de bacia, aprovados pelos Comitês e
2688 aí existe um problema de se executar essas obras, porque aí você... Os
2689 Comitês não tem hierarquia, não tem como fazer cumprir aquele plano de ação.
2690 Então, tem esse problema de articulação com o setor responsável por executar
2691 as obras do plano de bacia. Não é? E aí esse viés, não é? Do planejamento e
2692 articulação das obras não está presente nessa proposta. Só lembrando um

ponto aqui. E falando mais um pouco sobre a proposta em si, eu acho que assim, a forma como ela foi inscrita foi um pouco gestada lá na área de planejamento da ANA, um pouco da angústia é essa dificuldade que a gente tem de articular as políticas de todos os setores. Não é? Que mexem, que estão, que tem ações relacionadas a recursos hídricos. Então, a gente falou hoje de manhã, não é? Por exemplo, das emendas parlamentares, que somam, pelo que a gente... Qual foi a conta que a gente fez aqui? Chegou a 7 e meio bilhões por ano de recursos para emendas parlamentares. Para obras pode ser feito, parte disso é para obra de infraestrutura hídrica, para barragens aqui, ali, adutoras, que estão desarticuladas de um planejamento integrado. Não é? Então, isso está fora do sistema, não é? Um outro problema são os planos de cada um daqueles Ministérios, não é? Ministérios da Agricultura, Ministério das Cidades, Ministério de Minas e Energia, não é? As obras de infraestrutura de barragens, etc. também, de sistemas adutores, também hoje estão desarticuladas, não é? Então, a ideia, assim, por traz desse, dessa proposta, ela tem (...), tem alguma instituição que consiga articular esses planejamentos de uma forma racional, otimizando o pouco recurso que a gente tem, como a gente viu hoje de manhã também, não é? A gente tem no horizonte, o declínio das despesas discricionárias para investimento. Não é? Então, a gente vai ter cada vez menos recursos, ainda mais nesse período de recessão econômica que a gente tem. Então, a gente precisa ter um alinhamento e uma junção de esforços na resolução desses problemas hídricos das diversas bacias que demandam infraestrutura hídrica. Não é? A nossa Política de Recursos Hídricos dá um caminho, que é, são os Planos de Bacia, etc., o Conselho Nacional de Recursos Hídricos tem o seu papel, mas no âmbito do Governo Federal a gente nota muita desarticulação, muita descoordenação. Não é? Então, assim, eu acho que é assim, o objetivo está posto, assim, o problema que se quer atacar é esse, não é? Talvez o remédio para esse problema não seja esse Decreto mesmo, como a gente está falando, tem uma série de problemas, conflitos até com a própria forma de atuação dos próprios Ministérios, talvez uma dose exagerada de, não é? De hierarquia e de autoritarismos e assim (...), olha não vai ser assim, essas obras com 5 votos e assim acabou. Então, isso conflita um pouco com a forma de trabalho e até competências do Conselho, não é? Então, assim, pensando aqui um pouco, Júlio, talvez uma... Eu não sei se você reconhece que existe esse problema, de descoordenação dos investimentos de infraestrutura, dos diversos setores. Não é? (...), não vão... Não tem ido os investimentos para os locais que mais precisam, não é? E a gente precisava ter uma racionalidade nisso. Não é? Então, talvez até acompanhando o que o Clímaco está colocando, não é? De você ter um papel mais empoderante, talvez até a própria CTAP tem aí do Conselho, não é? Essa tentativa de orientação dos investimentos, seria uma linha, não é? Então, assim, aí a gente teria que elaborar um pouco, formular se seria a Resolução, como que seria a forma de resolver esse problema, não é? Sem prejuízo do comunicado, que eu acho que a forma como está, pelas manifestações diversas aí não é, não seria a melhor forma, a não ser por um Decreto, estabelecer uma outra instituição que conflitaria com todo o sistema, não é?

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – É, é só um...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Uma é o Conselho se manifestar com relação a essa proposta, faz um comunicado dizendo do que não aceita, contraria, enfim, que não está de acordo. E a outra seria a gente tentar ver essa preocupação de... Não é? Como, não sei, reforçar os planos de bacia, reforçar... Ter alguma forma aí, de empoderar, alguma coisa assim, os planos de bacia, para que... Teoricamente nós temos esse instrumento disponível. Nós temos o instrumento do plano nos diversos níveis, temos da outorga, que condiciona a seguir o que o plano está definido, quer dizer nós temos um instrumento, não é? Dois instrumentos que são bem ligados entre si e que de alguma forma empodera, se for ver, a questão do plano. Agora, isso é teórico. Não é? Teórico, isso aí nós sabemos, infelizmente, que não é só um segmento. São todos os segmentos setoriais... Não faz a menor... É. Não dão a menor atenção ao que deveria ser dado ao Plano Nacional primeiro. O Plano de Bacia, na verdade, eu acho que é o mais empoderado de todos, apesar de estar longe de ser o... Não é? Mas é o Plano de Bacia, porque é onde os órgãos dão as outorgas e têm as discussões, a gente vê aqui a discussão de interesse entre usuários (...). Então, ele tem. Agora a gente teria que realmente empoderar, quer dizer, fazer com que o que está no Plano de Bacia, pelo menos aquilo que foi acertado lá, que não vai conseguir também resolver toda a questão de múltiplo uso em uma bacia hidrográfica, por uma série de motivos, mas aquilo que pelo menos foi consensado, aquilo ser seguido ipsis litteris pelos órgãos gestores. Não é? Eu acho que... Sim, por favor, (...). Eu não vi você. Você está muito educado aí que eu não vi. Desculpa.

O SR. PEDRO EMÍLIO (MP) – Pedro, Ministério do Planejamento. A gente deu uma lida aqui, deu uma analisada nessa proposta de Decreto e nós ficamos um pouco preocupado também com essa questão do caráter vinculante das decisões do Comitê. Eu acho que a despeito da necessidade de você ter um olhar, uma gestão integrada da infraestrutura hídrica, é necessário também você respeitar a decisão de cada Ministério, não é? Eu acho que você tem que... Você não pode reduzir dessa maneira, como está sendo proposto, a possibilidade do Ministério decidir sobre a sua política ou sobre uma determinada obra. (...) dos demais órgãos, ouvindo a ANA com relação ao aspecto técnico, o aspecto de emissão da (...), mas eu acho que deve ser respeitado a decisão política de cada Ministério, de cada órgão setorial. E aproveitando o momento, que os senhores comentaram a respeito da sobreposição de competência deste Comitê, do Comitê SINFRÁ e desse Conselho Nacional de Recursos Hídricos, nós notamos também que há uma certa sobreposição das atribuições do SINFRÁ com a proposta que está sendo discutida ainda no Governo Federal, que é do Comitê Interministerial de Saneamento Básico, que seria um colegiado que discutiria, que buscaria

integração da Política de Saneamento Básico dentro do Governo Federal. Então, eu acredito que tem que ser, digamos assim, revisto com mais cuidado a questão das atribuições para esse Comitê, desse Comitê Interministerial da Infraestrutura Hídrica e também ser vista essa questão do caráter vinculante da decisão dos Ministérios.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Vinícius.

O SR. VINICIUS TAVARES CONSTANTE (CRH/SC) – Vinícius, Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Relembrando também um pouco da discussão da reunião passada, a gente estava indo nessa linha, não é? De entender que essa Minuta ela tem várias distorções, mas todos concordavam com o problema que trouxe essa proposta. E aí nesse sentido surgiu lá, naquela reunião, uma sugestão que eu acho que é interessante, vale recuperar ela, que é de melhorar procedimentos mesmo, não é? Entre os Ministérios e do próprio Ministério do Planejamento, para que os Planos de recursos hídricos e o planejamento setorial se conversem melhor. E aí uma das recomendações era que o próprio Ministério do Planejamento quando recebesse as propostas de investimento, infraestrutura hídrica, que devolvesse uma pergunta para os órgãos que estão planejando esses investimentos, se aquela estrutura está de acordo com o Plano de Recursos Hídricos daquela região, porque ao retornar quem está planejando investimento, se não olhou o Plano vai ter que olhar e justificar o porquê que não está fazendo de acordo com o que está previsto no Plano ou Plano não prever nada. Então, só esse fato, só uma mudança pequena. Então, pensar esse tipo de mudanças de procedimento que pudessem melhorar nesse sentido na articulação entre as políticas.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Tomou nota (...).

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!!).

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu vejo no todo um desafio muito grande. Quando eu vejo essa proposta há uma motivação que tem a ver com uma necessidade de operacionalidade da integração, obra de infraestrutura hídrica e a gestão da Bacia. Isso não existe hoje. Basta dizer que estamos aí tentando ver aí, a questão da hidrovia do Rio Paraguai, que é uma agressão imensa a Bacia e ao Rio, sob o ponto de vista social e ambiental, mas é bom sob o ponto de vista econômico, para alguns setores da sociedade. A operacionalização de obras hídricas de grandes, de grande monta, seja estando no plano ou não, merecia um tipo de operação, um tipo de posicionamento, um procedimento de gestão por parte do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. E essa situação, essa questão colocada, esse merecimento, tem a ver com o problema que foi trazido com essa proposta aí.

2840 Existe, de fato, a necessidade de solucionar essa integração entre obra de
2841 infraestrutura hídrica em uma bacia, que impacta diretamente os corpos d'água
2842 e a própria tomada de decisão sobre os usos dessas águas. Acho que a saída
2843 para isso não está em um Decreto desse tipo, querendo arrumar a maior
2844 confusão, porque isso aqui não vai arrumar confusão só com o Conselho. Vai
2845 arrumar, como eu já estou ouvindo aqui, vários problemas. (...). Era preciso
2846 uma decisão política muito forte de cima para baixo para assumir um abacaxi
2847 desses. Então, o que eu estou notando é que a ANA colocou o bode na sala e
2848 o bode está na sala para ser, quebrar tudo ou, então, a gente dá uma domada
2849 no bode para sair uma solução. Eu penso que, para esse problema que eu
2850 estou abstraindo disso aí. Eu acho que o Conselho, hoje, dentro do aparato
2851 jurídico que tem, seria a entidade mais adequada a se reformular, a se adequar
2852 para atender essa demanda, só que ele, nesses últimos anos, inclusive por
2853 conta da própria ANA, não conseguiu superar alguns dos seus próprios limites
2854 e avançar nas suas possibilidades. Não só por causa da ANA, por outros
2855 motivos também, uma orientação política. Mas a gente tem o direito e o dever,
2856 inclusive, de resgatar essa possibilidade. Eu não acho que esse assunto tem
2857 que ser fechado, acabar só (...) foi a proposta por causa dos motivos que eu
2858 falei. Joga isso no lixo. Não. O bode está na sala, nós temos um exemplo
2859 concreto da hidrovia do Tietê Paraná, nós estamos com o exemplo concreto
2860 agora do abacaxi que virou a hidrovia e (...) do Rio Paraguai e outras obras de
2861 grande mota que são feitas de forma sistêmica em uma bacia, mas são
2862 isoladas, aí tipo PCH. É uma avacalhação. Quer dizer, a gente fica fazendo um
2863 esforço de criar como normativo, e aí tem uma série de coisas que poderia
2864 muito bem ser normatizada pelo Conselho, e a gente ter a disposição política
2865 para fazer isso. E eu não sei se há no Conselho essa disposição, às vezes eu
2866 fico pensando que tem mais gente interessada em um Conselho servir só de
2867 trincheira para cada um defender seus interesses do que a união de pessoas
2868 em torno do interesse público maior. Mas eu sugiro, sabe Presidente? Que nós
2869 criemos, para atender essa demanda, que é o bode na sala com outra roupa,
2870 não é essa roupa aí, de Sinfra, criar estrutura de poder. Só vai dar confusão. O
2871 Conselho tem condições de criar um ente que possa cumprir esse papel. Eu
2872 não sei se... Tem condições legais, não é? Eu não sei se políticas, mas a gente
2873 poderia dar início a esse processo criando algum GT para melhorar esse... Dá
2874 uma arrumadinha, pentear esse boi, botar um lacinho na cabeça dele, um
2875 brinquinho na orelha do boi, entendeu? Passar uma roupinha bonitinha, uma
2876 cera no seu pelo e aí sair alguma coisa mais bonitinha, entendeu? E assim,
2877 mais adequada à realidade dentro do espírito de mudança para o Conselho
2878 para política funcionar. A ANA cometeu muito equívoco nesse legado aí, esse é
2879 um deles, porque pode ter jogado um bode na sala, mas arrumou uma
2880 sensação assim, de que tem alguém querendo ser maior do que o Conselho,
2881 querendo destruir a gente e isso é ruim, não é? Estamos tudo no mesmo barco,
2882 o barco vai afundar com todo mundo e se o golpe aprofundar é pior ainda.
2883 Então, eu peço a vocês que atentem para a minha proposta, da gente criar
2884 uma outra coisa dentro do Conselho, a partir de um GT ou a partir dessa
2885 própria Câmara mesmo, para modelar esse boi, e criar uma instância que faça
2886 essa interface com as obras hídricas, e facilita a ANA fazer o seu trabalho, que
2887 eu acho que a ANA está tendo dificuldade, não é? Para poder fazer o seu
2888 trabalho e a gente tem condições de fazer isso, eu acho que a gente tem até

2889 mais condições de fazer isso do que a própria ANA, legalmente falando. Então,
2890 é essa a minha posição.

2891
2892
2893 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) –** Ok. Mais
2894 alguém? Nelson, depois o Renato.

2895
2896
2897 **O SR. NELSON FREITAS (SEMA) –** Bom, Nelson Freitas, SEMA, Rio Grande
2898 do Sul. Bom, a gente já discuti isso com bastante propriedade na reunião
2899 anterior, mas eu acho que essas reiteraões de hoje são importantes, até
2900 talvez algumas pessoas não estivessem naquela reunião. Clímaco, eu fiquei
2901 surpreso que você ateou fogo no início, agora jogou um pouquinho de água
2902 fresca, deu... Vou ficar no meio termo, tá...?

2903
2904
2905 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –**
2906 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

2907
2908
2909 **O SR. NELSON FREITAS (SEMA) –** A proposta, assim, na minha visão assim,
2910 que eu sou muito apegado ao conceito do sistema e acredito nele,
2911 independente dos seus insucessos ou os seus... Da dificuldade que a gente
2912 tem para avançar, mas eu sou apegado, eu já fui acusado de preciosista com
2913 essas, com essas questões, mas ela é tremendamente incômoda a proposta,
2914 em relação ao conceito e o que nós já temos. Nós já temos a institucionalidade
2915 para fazer o que está pensado aqui e nós já temos os instrumentos para fazer
2916 isso aqui. E mais, nós temos essa institucionalidade em todas as esferas,
2917 Conselho Nacional, Conselhos estaduais, e Comitês, e nós temos o
2918 instrumento plano também nas três dimensões. Agora... Então, por quê que
2919 vem... Mas tem que entender por quê que vem essa proposta. Ela vem como
2920 Alan falou, de uma necessidade. Olha-se a questão, vê que ela não está sendo
2921 bem encaminhada e aí vem aquela dose cavalgar de pragmatismo e do
2922 pragmatismo exagerado para autoritarismo é um passo, são primos, não é?
2923 Pragmatismo demais, ou seja, pressa de fazer de qualquer jeito é, o outro
2924 nome disso é autoritarismo. Então, por isso que eu acho que uma fala inicial do
2925 Clímaco, eu não vejo (...) da conspiração, Clímaco. A ideia é (...), não vejo. Não
2926 vejo. Até pelas pessoas que estavam à frente disso, eu não vejo pela linha do
2927 que você está colocando. Não tem procuração para fazer essa defesa. O Alan
2928 tem aqui, mas eu acho que não foi mal-intencionada a proposta, mas ela
2929 merece a crítica. Mas também cabe uma autocrítica para dentro do Conselho,
2930 de por quê que os Conselhos não estão conseguindo funcionar para atender
2931 essa necessidade e por quê que os instrumentos que nós temos já, também
2932 não estão sendo observados. Claro que isso não me leva a defender que se
2933 faça isso. A posição é contrária, mas essa leitura interna de por quê que o
2934 Conselho não tem essa organicidade para dar respostas minimamente
2935 compatíveis com o que se pretende aqui e o por quê que os planos em todas
2936 as suas dimensões não são observados como deveriam, para prover a
2937 integração, para prover essa liga, essa ligação, esse (...) dos planos setoriais.

Essa resposta nós não temos. Nós temos que procura-la, sob o risco de se não procurarmos essas respostas rapidamente, essas coisas ganha corpo, e se criam, e aí sim nós vamos ter o bode na sala de dona do campinho, de dono da sala. Nós seremos o bode da sala depois.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Renato.

O SR. RENATO CRIVELENTI (COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS) – Renato, Comitê de Bacias. Os Comitês de Bacias também vai muito nessa linha, totalmente contrária a essa intenção aí, porque dos Estados agora que, onde os Comitês de Bacias estão começando a cobrança, nós já estamos fazendo essa, é uma pequena, mas uma pequena articulação em relação aos planos de bacia. Quer dizer, tem o recurso, ele vai discutir no Comitê e o recurso vai atender o plano. Nós não vemos isso nacionalmente, é lógico, e não tem esse recurso, os recursos são dos Ministérios, e essa articulação realmente, é como o Clímaco falou, ela não acontece. Não é? E para acontecer eu acho que tem que se voltar para os Comitês, para o Plano, para todo esse setor e para o Conselho, porque já eu acho que, nós vemos aqui que eu acho que nós temos que encaminhar ao Conselho essa matéria contrária, porque senão eu acho que, eu vejo até uma criação desse Comitê, a própria ANA perder espaço, porque se você tem um Comitê vinculado à Casa Civil, aqui ele está bem longe da Casa Civil, vai obter resultado em cima disso de jeito nenhum. Eu acho que aí, isso aí é uma política voltada para a prática de Governo que entra, e manda fazer, e pronto.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Bom, eu, minha opinião vendo, não sei, vendo aqui de fora, não sei quem escreveu, como escreveu, quais foram as intenções, mas a impressão que eu tenho que a palavra em inglês é Naif, quem escreveu esse negócio, sabe? Porque na medida que cria um Comitê desses com participação, com atitude vinculante, é que a pessoa não conhece absolutamente nada da administração pública do Brasil, da política brasileira. Como é que vai ter um Comitê de 10, não sei quantos, 10 Ministros que vão decidir vinculante e você não pode fazer isso, como se aqui a política (...). É uma coisa que para mim, realmente não tem, não teria, se isso fosse para frente, eu acho que não iria para frente. Sabe? Os interesses setoriais são muito fortes aí, não vai o cara se submeter agora o interesse do Ministério X, a opinião... Não é assim que funciona. Não é? Quer dizer, a coisa eu acho que realmente, se é que teve algumas boas intenções aí, que eu acredito que possa ter, mas já seria impossível, no meu modo de ver, disso ir para frente. Mas de qualquer maneira, como foi dito aí, está o bote aí. Não é? Então, nós temos que nos manifestar, mesmo porque, para marcar o nosso ponto do Conselho. Não é? Eu penso, como mencionei antes, que a questão dos planos de bacia eles são mais reais com relação ao problema. Mas eu creio que agora, com a não revisão, mas com o novo Plano Nacional de Recursos Hídricos, isso eu já falei lá atrás quando foi feito o primeiro, a primeira versão, já contei essa história acho que umas 500 vezes aqui, mas na

2987 época a minha opinião ela não foi... Ela foi vencida. Eu sempre achei que o
2988 Plano Nacional de Recursos Hídricos basicamente devia ser um plano de...
2989 Exatamente esse, um plano de compatibilização de interesses setoriais. Não
2990 é? Então, você tem o interesse... Também é uma coisa meio tópica. Você tem
2991 interesse do Ministério... O Plano de energia do Ministério de Minas e Energia,
2992 o Plano de agricultura e aí teria um planejamento nacional Macro, não é?
2993 Sobre isso. Eu acho, é um pouco também... Um pouco não. É muito tópico o
2994 negócio, mas eu creio que talvez seja importante nessa fase que está se
2995 pensando o Plano, começar a pincelar sobre isso, certo? Começar a pincelar,
2996 começar a pegar os dados dos planos setoriais, colocar alguma coisa, citar,
2997 sabe? Começar a dar o primeiro passo nessa integração aí, macro, no Plano
2998 Nacional. Eu acho que é importante isso começar a ser discutido dentro do
2999 Plano Nacional de forma, não começar a ser discutindo porque já foi, mas
3000 deixar um pouco mais claro algumas diretrizes setoriais, não é? Sobre isso. Eu
3001 acho que é importante. Bom, como a gente faz com relação a essa, a esse
3002 comunicado? Voltamos, então. A Liliana ela tomou nota aqui de alguns
3003 comentários. Nós vamos ter que... Sim Ingrid. A Ingrid já estava sentindo...
3004 Vocês perceberam que é a primeira vez que ela vai falar agora.
3005
3006

3007 **A SR^a. INGRID MULLER (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS**
3008 **HÍDRICOS)** – Não. Hoje eu vou falar, acho que na realidade do projeto legado
3009 eu já falei tudo que tinha que falar lá na ANA. Na realidade o que eu tenho
3010 curiosidade e antes de terminar esse assunto queria, não sei se, com certeza
3011 não é o momento de falar isso, mas todos devem ter essa curiosidade, também
3012 não sei se, nem o Júlio nem o Alan talvez não saibam responder. A ANA ela
3013 entregou todo o projeto legado no fórum. Andou alguma coisa? Houve alguma
3014 evolução? A gente sabe disso? Essa que é a minha curiosidade de saber, não
3015 esse item específico. Todo o (...), enfim.
3016
3017

3018 **(0:46:50). O SR. NÃO IDENTIFICADO** – A nova diretoria que assumiu tomou
3019 uma decisão de enviar para o Conselho Nacional as matérias que eram
3020 competências do Conselho e mesmo as que eram propostas de mudança legal,
3021 decreto, Lei, e as... Que seriam resoluções Conselho e aguardar manifestação
3022 do Conselho. Então, não foi encaminhado formalmente, por exemplo, para o
3023 Governo Federal, proposta de Decreto nem para ninguém. Só enviamos para o
3024 Conselho para que se discuta dentro do Conselho o quê que tem mérito, o quê
3025 que não, que se ajuste, o que deve ser ajustado.
3026
3027

3028 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP)** – Isso vem
3029 reforçar, então, essa necessidade de ter essa manifestação do Conselho, um
3030 comunicado, e aí, enfim, resolve essa questão. Agora, não resolve o problema.
3031 Então, eu... Pode sugerir de que nós aqui da CTAP comecemos a discutir
3032 alguma coisa que seja viável, não vai (...), com certeza não vamos equacionar
3033 esse problema, porque não é fácil, mas alguma coisa que seja viável, que
3034 melhore as condições para que haja essa integração maior entre os setores, os
3035 interesses setoriais. Não é? Eu acho que aí a gente poderia colocar na nossa

pauta, da nossa pauta da CTAP e começar a pensar em alguma coisa nesse sentido, que seria uma Resolução. Com certeza, com certeza qualquer coisa que está relacionada com o Plano.

A SRª. INGRID MULLER (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RECURSOS HÍDRICOS) – Mas viu Júlio, pelo que eu lembro tem vários outros pontos do legado que falam desse, dessa articulação entre os interesses setoriais, não é só esse do Sinfra aí, eu acho que tem outros pontos, não é? Em vários outros momentos ele aborda esse... E ao contrário do que você está falando aí do tópico, eu acho que não, porque no fundo o Plano ele é isso, não é? Ele é para (...). Quando você senta na mesa com um monte de gente diferente é porque você quer que os desejos de todos serão contemplados. Então, eu entendo que (...) uma reunião de Comitê, eu estou vendo o Plano daquele Comitê eu estou entendendo que eu estou realizando o sonho de todos. Claro que não dá para... Que isso é assim, em teoria, não é? Mas não acho que (...) esteja tão tópico assim.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Não. Não. Eu usei errada a palavra. O pouco utópico parece meio grave. Meio grave não existe, não é? Mas o que eu quis dizer é que ele é de difícil execução, por isso...

(0:49:37). O SR. NÃO IDENTIFICADO – (...) O que acontece, Ingrid, você tem, no Plano você tem esse momento que você falou, todo mundo se reúne, você tem a lista de obras, não é? E aí quem executa as obras? Aí você tem Governo Municipal, Estadual e Federal. É muito difícil articular os três. A ideia aqui era pelo menos no Governo Federal, os Planos de Bacia que direcionem demandas de investimento do Governo Federal, que o Governo Federal pelo menos, tenha uma integração e tenha o Plano de Bacia como um guia para isso, não é? Então, isso também não sei como fazer, não é? Mas é uma coisa que a gente precisa... E aqui a CTAP a gente tem representantes de todos os setores, do Governo Federal, de energia, agricultura, saneamento. Então, a gente teria uma oportunidade de formular alguma coisa. (...) do Governo Federal apenas. No estadual e municipal, aí é outro planeta, outros universos, é mais difícil.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Essa visão do interesse setorial dentro de uma bacia hidrográfica, principalmente quanto menor ela for mais visível fica, não é? Agora, eu não tenho notícia, não sei se vocês têm, por exemplo, de quando tem o setor, por exemplo, elétrico que vai ver aí, a programação, enfim, da rede de implementação, se faz uma comparação com a questão de uso de água, da água para a agricultura, quando tem o conflito em geral, que também é muito mal resolvido, mas enfim, com hidroviário. Quer dizer, eletricidade com hidroviário, mas com os outros segmentos, aí a coisa... Tem segmento que nem é escutado, por exemplo,

turismo, essas coisas assim, nem é escutado. Então, eu acho que cabe a gente realmente pensar alguma coisa, a gente se incorporar no Marco, não é? Essa preocupação. Eu acho que alguém mencionou aqui de... No outro tema que nós... De levantar a preocupação, não é? Quer dizer, nós estamos preocupados com isso e colocando. Mais alguém? Fala João.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*. O mérito que está sendo colocado. E o outro é que o problema que foi levantado não está solucionado. Não está solucionada a questão colocada com o surgimento dessa proposta. E o Conselho não pode ficar à medida que é provocado, se eximindo das coisas que são levantadas por conta de uma tática de Governo, sabe? Os Governos que chegam, entra e sai, todos eles levam esse Conselho no empurrão com a barriga e não vê como uma instância de ajudar a resolver problema. É, o Governo Estado, mas o Governo, esse Governo aí também, eu pensei que ia dar uma melhoradinha, mas não deu. A gente está vendo que não tem pulso para nada. Então, a não ser para fazer essas falcaturas que a gente vê na justiça, na imprensa. Então, a gente está aqui fazendo o quê? Eu penso que a gente deveria, por exemplo, uma das saídas que eu vejo seria essa ideia, assim, burocrática, ao mesmo tempo de planejamento (...) que envolve plano, tal, porque isso vai demorar anos, a próxima revisão de plano. A coisa é muito lenta. Mas eu senti e sinto, que a Agência Nacional de Águas quer operacionalizar procedimentos, não é? Assim, que precisam ser ajustados e ela não tem poder para isso, porque se tivesse ela já tinha feito. Então, a gente, então, podemos ter, usar o nosso poder... E você faz o quê? O quê que vocês vão dar em troca? Não intervir nas eleições de Comitê Federal? Eu faço essa jogada aqui, se eu pudesse eu negociaria sim. Vocês não intervêm nas eleições dos Comitês federais e a gente toca o barco. Mas eu penso que a gente poderia ligar isso à outorga. Sabe? A ANA emite a outorga como, dentro da sua competência legal, e política, e tal, e essas outorgas todas, às vezes criam mais problemas do que solução, elas, as consequências dessas outorgas... Ela emite dentro da legalidade. Hein?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – No plano todo. Aí o que acontece? Aí tem variáveis novas que surgem que poderia ser resolvido em uma articulação da outorga com outras coisas. E aí entra essa questão da obra de infraestrutura hídrica. Entendeu? Para quê que vocês vão dar outorga se sabe que ela vai dar problema? Para quê que vocês vão dar outorga que sabe que vai gerar conflito social? Vocês sabem disso. Pode ser que não sabe no papel, assim, na norma, mas a gente pode criar uma norma que vai abrir o olho da ANA assim. A norma vai ter dois dedos, assim, abre o olho da ANA. (...) vai dar um problema. É o caso das hidrelétricas, é o caso das PCHs, é o caso das obras de infraestrutura hídrica de grandes reservatórios, de irrigação, de... Lá no Pantanal mesmo, aquilo ali é um

absurdo que está surgindo e o Plano que a gente fez não está dando conta, aquele plano está fraquinho ainda para isso. Então, o seguinte, o próprio (...) Resolução do Plano da Bacia do Rio Paraguai está na Conjur, sei lá onde é que está, não foi publicado em Diário Oficial. Não é possível, o Conselho emite uma decisão no Plenário e eu tenho certeza que estão pressionando lá o Conjur, o Ministério, para não publicar uma Resolução que foi tirada aqui. Quer dizer, os interesses do capitalismo são muito poderosos. Gente, tem hora que a gente tem que ter escrúpulo, sabe? Ou a gente fica com o pé dentro do sistema ou, então, fica só com o dedinho, e entra logo no sistema, e avacalha tudo. Eu sugiro o seguinte, Presidente, que a gente faça, a primeira parte é comunicação e a segunda a gente cria um grupo aqui, eu espero que não seja uma coisa muito complicada, que reelabore isso fazendo a conexão das obras de infraestrutura hídrica, que está ali naquele negócio, com os outros demais instrumentos. O senhor falou do plano, mas eu falo das outorgas, não é? E aí a gente pode (...) fazer, criar um grupo que pense e elabore como dar essa conexão. Aí faria uma nova, assim, algumas condicionantes para outorgas de grandes empreendimentos de obra de infraestrutura hídrica que vai dar problema, porque isso é a causa de problema. Aí eu não acho que... A primeira parte é fácil, a segunda, eu mesmo sozinho não dou conta. Ninguém aqui... Eu não sei se quem... Seria um grupo de pessoas iluminadas, aqui tem várias para poder fazer isso. Olha lá, a própria ANA, vocês mesmos sabem disso, vocês levantaram o problema.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Ok, o Nelson, depois a gente...

O SR. NELSON FREITAS (SEMA) – É rapidinho, só para... Nelson SEMA, Rio Grande do Sul. Só para fazer um contraponto nessa questão que o Clímaco falou da outorga, não discordando, tá... Clímaco? É óbvio que a gente tem que qualificar o instrumento outorga como instrumento de gestão e não só um instrumento cartorial de comando e controle, mas não dá para apontar o dedo. Agora eu falar... Colocar o chapéu da ANA aqui. Não dá para apontar o dedo para ANA só nesse aspecto. É com extrema dificuldade ou é quase impossível colocar em um Plano de bacia uma prioridade outorga ou uma área de restrição de uso. E é isso que vai estar por trás de uma ação do órgão outorgante mais qualificado com relação ao instrumento outorga. Então, aí são as exceções de planos que trazem esse tema. O próprio Plano do Paranaíba foi aprovado sem isso, depois se precisou trabalhar isso na questão do São Marcos, não é? Não é, Alan? Nós tivemos envolvidos com isso com extrema dificuldade, capitaneados por quem? Por nós mesmos, pela ANA, puxando isso. Não era para ser. Era para ser puxado isso dentro do Comitê, com maturidade necessária, mas os Comitês não então...

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Não é totalmente verdade. A confusão que está dando naqueles usuários lá, eu faço

parte do Comitê, você sabe, levou um abacaxi para a ANA, quer dizer, botou (...) uma série de procedimentos que poderiam ser...

O SR. NELSON FREITAS (SEMA) – Não é o exemplo mais didático para lhe dar, mas eu estou ilustrando com uma bacia que deveria ter prioridade de outorga definida lá na origem do seu plano e não fez. Quem dirá as demais que não tem conflitos estão, assim, fraturas tão evidentes. Não é? No Doce eu coordenei o Grupo de acompanhamento do Plano do Doce, não conseguimos colocar prioridade de outorga lá. Ficou um apontamento, porque tinha no conteúdo mínimo previsto. Nós fizemos lá um capítulo, mas assim, aquele Capítulo arredondado tratando do assunto, sem muita ênfase e assim é nos planos de um modo geral, em todas as dimensões, seja das bacias interestaduais, seja dos planos estaduais. Se existem planos mais efetivos, mais contundentes orientando a outorga, são exceções, não é regra. Então, isso é uma questão estrutural do sistema, é falta de maturidade para lidar com as diferentes, com os diferentes interesses e colocar isso no plano em favor da sociedade como um todo.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – *(Intervenção fora do microfone. Inaudível!)*.

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Um comentário rápido. Talvez a outorga seja uma saída. Eu trabalhei muito tempo com outorga... Meu nome é Alan, Agência Nacional de Águas. Alan Lopes. Talvez seja uma saída, mas outorga hoje é um instrumento só de alocação de água. Então, a análise que é feita é se existe disponibilidade de água para aquele empreendimento e se aquele empreendimento tem algum, um nível de eficiência no uso da água, não é? O m³ de água por hectare.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – A Lei diz outras coisas, mas (...).

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Exato. É isso que eu ia dizer. Há muito que se avançar na outorga e eu acho que é um caminho, não é? Se fazer essa questão pela outorga. Então, por exemplo, se o Plano da Bacia do Rio São Francisco define que as obras que serão implantadas serão A B e C, não é? Nada impede que um Deputado ou mesmo o Ministério proponha uma outra obra que não esteja no Plano de Bacia e obtenha a outorga lá na ANA, só porque tem disponibilidade de água e tem eficiência. Então, assim, não tem, o Plano de Bacia não é vinculante a outorga hoje. Não é? Então... Se a gente pode... A gente pode até pensar em algum tipo de Resolução que torne... Tenha, dê alguma vinculação do que está escrito no Plano, de plano de investimento as outorgas. Agora, o outro problema que a gente teve, a outorga ela chega muito tarde nesse processo também, às vezes é um problema de

planejamento mesmo, porque quando se define que a obra será feita são alguns anos antes do pedido de outorga ser formulado. Então, isso é feito uma articulação política, vai para o PPA, para Lei orçamentária, se faz o estudo de viabilidade, faz o projeto básico. Quando a obra precisa ser construída se pede a outorga para usar. Nesse momento já é, enfim, a decisão política já foi tomada de se fazer aquela obra. Não é? Então, também... Não estou dizendo que não deve ser outorga. Eu acho que a outorga é parte da solução sim, mas também na fase do planejamento precisa ter essa articulação. É o que acontece no certo, não é? O Certificado de sustentabilidade (...) instrumento criado em 2001, obra do Governo Federal acima de 10 milhões de reais precisa ter o certo da ANA, para assegurar que exista uma entidade que vai operar e manter aquela obra. (...).

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –
(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. ALAN VAZ LOPES (ANA) – Só Governo Federal. Só Governo Federal. Isso é só uma amarra do Governo Federal. O Governo Estadual não tem. Então, se tiver recurso público, recurso financeiro do Governo Federal, precisa ter esse certificado da ANA. Mas esse certificado é a mesma coisa. Ele só é solicitado depois que a decisão de se construir a obra já foi tomada pelo Governo. Então, assim, é muito di... É muito tardia a solução, por isso que a gente precisa pensar alguma coisa antes do processo de planejamento, o processo decisório, quando se decide que tipo de obra que vai ser feita, porque o problema não é alocar água para uma obra que é ruim. O problema é alocar dinheiro para uma obra que não deveria ser feita, não é? Ou ter uma outra obra que seria mais importante, deixar outro problema que poderia ter sido resolvido, não é? Por uma obra mais racional e aí acaba não sendo resolvido porque não tem recurso financeiro para ela. Então, é um problema a mais de alocação de recurso financeiro, é um processo decisório do planejamento no Governo Federal de se dar antes do pedido de outorga. E a outorga pode ser lá um crivo no final, não é? Se não passou por esse processo de planejamento assim, assim, assado, talvez possa ser uma vinculação para que a outorga não seja emitida depois. Enfim. Mas eu acho que a gente precisa amadurecer...

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Ok. Obrigado. Então, vamos... Deixa eu tentar fazer aqui o encaminhamento. Então, o primeiro encaminhamento está criado um grupo aqui, que eu vou outra vez dizer o nome dos participantes, a Jussara, o Perci, a Cristiane, o Alan, o Nelson Freitas e o João Clímaco.

(1:03:07). O SR. NÃO IDENTIFICADO – Só uma sugestão. Será que a Liliana, por exemplo, não poderia sugerir esse comunicado, já minutar ele, passar para esse pessoal, já que ela já fez todo...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

A SRª. LILIANA PIMENTEL (SRH/MMA) – Desculpa. Eu não estou me furtando de ajudá-los no que for possível, mas é porque eu tenho uma Câmara Técnica na semana que vem e eu me ausento da Secretaria por três semanas depois disso. Então, infelizmente o que eu posso fazer é, formular melhor isso aqui, e assim que chegar, tanto a transcrição quanto os encaminhamentos, eu também mando para vocês esse material um pouco melhorado, e aí o Grupo de Trabalho trabalha.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – É importante que essas pessoas que eu citei aqui participem, comentem, acrescentem. Oi?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Isso. Está bem? Então, isso é uma coisa. Então, e aí vamos ver se a gente chega com o texto para a próxima reunião, impreterivelmente.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Mas esse aí é o texto de...

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Do comunicado.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Do comunicado.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Agora o outro pronto que foi levantado é a questão de como a gente resolver o problema. Resolver não. Encaminhar o problema. Tá...? Então, para isso teria que ter proposta também, não é? Seria uma proposta de Resolução para mexer com o plano, mexer com outorga, mexer com não sei o que, enfim, alguma coisa assim?

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Desculpa Presidente. Tem a ver com obra de infraestrutura... O nome ali. O problema tem origem na questão das obras de infraestrutura hídrica, que deu origem a essa coisa aí.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – (...) Vocês conseguem, lá na ANA, bolar alguma coisa nisso que vocês estão sentindo...?

(1:05:04). O SR. NÃO IDENTIFICADO – Como nós estamos sugerindo aqui. A ANA mandou uma bola quadrado, ele manda de volta.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Essa nem é quadrada. Eu sei que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Agora, com cuidado... Com cuidado que eu peço, que eu sei que quase todos têm, não é? Com cuidado de estar dentro do previsto na Política Nacional e no Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Quer dizer, não querer criar coisa fora do... Como apareceu aí, porque daí não vai para frente aqui, não é? Não adianta. Quer dizer. Então...

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu acho que tem a ver com outros instrumentos. Não (...) a gente criar um negócio (...) estabelecendo uma correlação com os outros instrumentos. Aí o bode fica bonitinho com o lacinho e tudo, mas, mas daí eu acho que vai surgir uma coisa melhor, sabe? O certo é que, a gente está implorando já quase um ano que essas iniciativas de infraestrutura hídrica apareçam aqui no Conselho e os Ministérios, não é? Eu espero que hoje o Ministério das Minas e Energia fale daquele que a gente está pedindo aí, da obra lá. Mas tem outros assuntos que estão aí enrolados, não é? Outra coisa, sabe Presidente? Talvez isso tem a ver também, por exemplo, vai surgir um incremento maior na hidro navegação, não é? Isso vai exigir um certo nível de investimento em obras e até mesmo quando Alan falou do setor público. Eu acho que foi muito restritivo, porque o que está se pensando é que daqui para frente a tendência é que tenha um incremento do incremento do setor privado nessas questões. Então, não é uma questão para o setor público. É para a sociedade de maneira geral. Então, eu sugiro que, (...) especialmente animado de arrumar gente mais competente que eu para fazer isso.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Então, Alan, se puder ver, ter uma proposta, é uma proposta, não precisa ser aquela da turma vir aqui, brigar e não aceitar mudança. Quer dizer, é uma proposta, uma proposta para vir aqui para a gente discutir, para a gente acrescentar, para a gente melhorar.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – É. É uma coisa assim, que, não é? Que as dificuldades e todos aqui estão conscientes das dificuldades e vamos tentar melhorar isso dentro do Sistema Nacional de Recursos Hídricos e da Política Nacional de recursos hídricos. Está bem? Então, obrigado aí pela colaboração. Muito bem. O último item, o penúltimo item da... Depois de assuntos gerais encerra, não é? O último item da pauta é a sugestão de uma apresentação sobre a hidrovía do Paraguai. É Tietê Paraná ou... Paraná e Paraguai. Paraná e Paraguai, que o nosso colega André Bernardes do DNIT vai fazer. Eu lembro que é uma apresentação, não é? Quer dizer, nós não estamos aqui para decidir se vai fazer, ou não vai acontecer, ou deixa de acontecer, isso aí é mais um nivelamento para que todo mundo... E depois, claro, se tiver algum, algum outro encaminhamento futuro a gente encaminha, mas agora, nesse momento é mais um nivelamento do quê que é, do quê que realmente é a hidrovía, do quê que se trata, como é, enfim, detalhes, detalhes aí para todos nós entendermos o processo. Então, André, fica à vontade aí. Quanto tempo você precisa, mais ou menos?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Tudo bem.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – A gente aqui não tem, assim, a intenção sempre de fazer do Conselho o espaço de pequenos shows hídricos, não é? Às vezes tem coisas que a gente apresenta lá na Plenária e depois não encaminha mais nada. Aí me parece que o fato daquele ator apresentar um negócio na Plenária, é o caso do Rio Doce, é o caso da questão do (...). As coisas parecem que, fazer uma apresentação na Plenária, aí para nós aqui está tudo resolvido. Isso está resolvido para dentro do Ministério, que às vezes não gosta de entrar em alguns problemas de outros Ministérios, mas para a Sociedade Civil que pleiteia aí, às vezes pauta isso aqui dentro, a gente se sente como uma espécie de enchedor de plateia de auditório, do Silvio Santos. Não é isso. Quando a gente traz um problema para cá a gente quer que dali saia uma Resolução, uma Moção, um encaminhamento, para ajudar a resolver problema. Então, eu espero que a expectativa do Setor Público aqui nessa reunião e no Conselho, não seja de ir dormir com a consciência tranquila só por causa da beleza de uma apresentação. Mas com a consciência pesada de que essa apresentação é um problema sério que está afetando famílias na beira dos rios, populações imersas na beira dos rios. Então, eu faço votos que daí dessa hidrovía Paraguai, viu companheiro? A gente consiga ter informações para dar o encaminhamento, porque lá no Plano de Bacia que a gente aprovou esse assunto ainda está bem mal resolvido e aí o Conselho se manifesta sobre isso.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – (...) Vai fazer esse nivelamento e depois a gente vê o quê que vai acontecer, tá...? Então, tá... André, fica a vontade, por favor, bem-vindo!

O SR. ANDRÉ CARDOSO (CTAP) – Bom, boa tarde! Meu nome é André Cardoso, eu sou engenheiro, trabalho lá no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, sou coordenador de obras hidroviárias aqui em Brasília e sou membro suplente aqui da CTAP, representando o setor de transportes. O membro titular é o Antônio Paulo que trabalha lá no Ministério. Foi pedido lá pelo pessoal do Ministério que a gente trouxesse um panorama geral de em que pé estão as iniciativas, os estudos, do ponto de vista de conhecimento, os estudos sobre a hidrovia Paraná Paraguai em âmbito do território brasileiro, lembrando sempre que ela é uma hidrovia internacional, que envolve todos os países do Mercosul. Então, quando a gente fala da hidrovia ela obviamente envolve, não só o Brasil, mas o Paraguai, Argentina e Uruguai. Então, eu optei por trazer aqui um documento que foi elaborado pela Universidade Federal do Paraná, no âmbito de um termo de cooperação entre o DNIT e a universidade, para fazer um estudo de viabilidade técnica econômica e ambiental da hidrovia. Esse estudo foi finalizado tem mais ou menos um ano e meio, no final de 2016. E ele foi um estudo que ele se cumpriu essa função de nivelamento de conhecimento, porque a hidrovia ela já é muito antiga, e historicamente ela é utilizada desde a época do Brasil colônia, não é? Já se navega no Rio Paraguai, Rio Paraná, foi a forma que se encontrou para ocupar o interior do Brasil, uma das formas foi do Rio Paraguai. Mas... E ao longo dos anos foram feitos vários estudos, na época da Petrobras, de órgãos que antecederam o DNIT na gestão das hidrovias, foram feitos outros estudos sobre a viabilidade da hidrovia. Mas aí esse estudo ele é o mais recente que nós temos lá no DNIT hoje, relacionado ao potencial, ao que a gente enxerga como viável e com possível de ser feito na hidrovia do Rio Paraguai. Então, ele foi... Esse material eu vou deixei ele aqui no computador, quem quiser pegar, ter acesso está aqui disponível, eu só, talvez não consiga mandar no meu e-mail porque ele é um pouco pesado, tem muitas imagens, mas é um material bastante interessante porque tem bastante informação, não é só um PowerPoint, está entre o PowerPoint e uma revista, está no meio do caminho, assim. Então, aqui são resumos do quê que foi o estudo, não é? O estudo ele teve três partes, se você observar aí as cores, a parte em azul... Ali é a introdução em laranja e na parte azul é a parte de engenharia, ou seja, o estudo técnico mesmo, propriamente dito. A parte em verde foi a parte ambiental, que foi feito um estudo bem superficial, aqui tem muita gente da área de meio ambiente, não é a EIA/Rima, nada nesse sentido. É um estudo, apenas um estudo de viabilidade ambiental, um estudo por alto. E na parte aí amarela é a partir de análise econômica, de cargas, qual a atividade de hidrovia em relação aos outros modais, enfim. A questão é tentar encontrar essa viabilidade econômica para o empreendimento. Então, eu vou dar um foco maior, principalmente nessas duas primeiras partes, (...) panorama geral, e na parte de engenharia, e se a gente tiver tempo a gente passa aqui rapidamente nessas duas outras partes. Aqui é só uma introdução, eu vou passar. Aqui explicando o que é (...), eu já expliquei e basicamente a hidrovia ela é dividida

em quatro trechos, não é? Que é aquela imagem ali, eu vou até dar um zoom nela que eu acho que é importante o pessoal ver direitinho. São os 4 trechos da hidrovia, ou seja, a hidrovia ela oficialmente, existe um documento para isso, um acordo internacional, ela inicia em Cáceres e se encerra lá próximo a Buenos Aires, no Rio da Prata. Então, são 3442 km de extensão, de Rio, com uma condição de (...) muito favorável. A Cidade de Cáceres está mais ou menos na altitude, se não me engano 120 metros acima do nível do mar. Então, o rio em 3400 km ele tem uma (...) de apenas 120 metros, o que é muito baixo. Então, é um rio com a condição de navegação fantástica, muito plano, praticamente não tem encachoeiramento, corredeiras, é um rio bastante plano e que você (...) consegue navegar do mar até Cáceres, 3 mil km de forma bastante tranquila. Então, os quatro trechos eles são divididos por conta das características hidráulicas e por conta de marcos que existem ao longo do rio. Então, o primeiro trecho ele vai de Cáceres a Corumbá, é um trecho onde o Rio Paraguai ele é mais sinuoso, é dentro da bacia pantaneira, tem uma condição ambiental mais delicada e, por isso mesmo, chama sempre atenção da mídia e das partes interessadas no rio enquanto a navegabilidade nesse trecho. De Corumbá até Assunção nós temos alguns trechos já com a condição de navegação muito favorável. De Assunção, abaixo de Assunção uns 400 quilômetros nós temos a confluência com o Rio Paraná e a parte daí o Rio Paraguai ele se ama, se junta, e passa a se chamar Rio Paraná, vai até Santa Fé, e de Santa Fé até o Rio da Prata é uma condição de navegação até semi-marítima, não só comboios, mas também para navios, de Santa Fé em diante. Então, essa é a... Isso é como a hidrovia está estruturada. O DNIT fez um estudo de viabilidade considerando intervenções nos trechos em território brasileiro e na divisa do território brasileiro com o território boliviano e Paraguai. Então, a gente só fez o estudo técnico até Porto Murtinho, que é onde o rio passa a ser território paraguaio. E apenas para atualizar a Câmara, não sei se todos estão cientes, o Governo paraguaio tem dado incentivo muito grande para hidrovia, não é? Hoje a maior frota de embarcações registradas fluviais na América Latina é a frota do Paraguai. E no começo do ano agora, tem uns três meses, saiu na mídia, nos grandes jornais, o início da operação do Porto em Concepción, Concepción, que fica mais ou menos, distância (...), uns 200 km de Ponta Porã, que é na divisa do Brasil com Paraguai. E a soja produzida na região ali, do Mato Grosso do Sul, também no próprio Paraguai, a ideia é que ela seja escoada pelo plano de Concepción, que fica mais ou menos aqui, no mouse ali, olha, nesse ponto aqui do Rio Paraguai. Então, é uma, é uma, digamos assim, uma prova da viabilidade da hidrovia, é um empreendimento que está sendo bastante incentivado pelo Governo do Paraguai e deve crescer com outros seminários lá na cidade, é apenas um início (...) do porto lá em Concepción. Então, passando aqui, aqui a gente tem uma, um resumo do quê que a hidrovia (...), não é? São dois (...), como eu mencionei, de Cáceres a Corumbá, entrando no sul de Corumbá até a Foz do Rio Apa, abaixo um pouco de Porto Murtinho. E aqui só um resumo do quê que é o Rio Paraguai, eu acho que a maioria dos presentes aqui já conhecem o Rio Paraguai, sabe qual é, quais são as principais características dele, onde ele nasce, quais os principais afluentes, é um rio muito conhecido por ser o principal rio da região pantaneira. E aqui mostrar algumas características físicas do Rio e climáticas, não é? Hidrológicas. A gente tem uma condição lá

3525 de regime de cheia e seca bem definido, que é o regime que define a própria
3526 planície pantaneira e que é o regime característico de todos os rios que
3527 nascem na região central do Brasil, não é? Mas tem uma característica
3528 importante, que existe uma diferença entre o regime de seca e cheia entre o
3529 tramo norte, a região norte e a região sul, justamente pela existência da
3530 planície pantaneira, que causa um efeito de amortecimento aí, das cheias. E
3531 isso de certa forma favorece a navegação, ainda mais porque você não tem
3532 seca acontecendo ao mesmo tempo em todo o rio. Não é? Ou seja, você tem
3533 uma condição de seca atenuada pela planície, não é uma seca tão intensa
3534 igual a gente observa em outros rios aqui no Brasil. E aqui também dá para ter
3535 uma noção de como os tramos norte e sul são diferentes. Então, o tramo norte
3536 você registra uma largura média aí de 150 metros, já no tramo sul você tem
3537 uma largura de rio que é 4 vezes maior, em torno de 600 metros, ou seja, são
3538 rios bastante distintos do ponto de vista físico. A declividade no tramo norte é
3539 maior, porque ainda é o trecho mais a montante do que no tramo sul, é
3540 praticamente o dobro da declividade, apesar de ser a declividade baixa ela
3541 ainda é maior do que a do tramo sul. E é um rio que praticamente todo o leito é
3542 sedimentar. Então, a gente não tem problemas com rochas, a princípio não
3543 existe necessidade de escalção, de outro tipo de intervenção que não seja a
3544 dragagem em si, não é? Ou seja, não existe necessidade de deslocamento e
3545 nem outra intervenção mais impactante no rio. E também é importante citar que
3546 esse é um rio que passa por regiões pouco habitadas, não é? Justamente por
3547 estar na planície pantaneira a gente tem basicamente quatro cidades às
3548 margens do Rio Paraguai, Cáceres lá no começo, que é uma cidade muito
3549 antiga, Corumbá também é uma cidade muito antiga, no meio do trecho.
3550 Labare que é do lado de Corumbá, são duas cidades emendadas e Porto
3551 Murtinho já aqui, próximo à divisa com o Paraguai. Então, ele é um rio
3552 bastante... Pouco antropizado em suas margens, não é? Com pouca ocupação
3553 ao longo do seu curso. Então, no território brasileiro a gente tem 1270 km, ou
3554 seja, mais ou menos 1/3 da hidrovia como um todo corre em território brasileiro.
3555 Aqui apenas um resumo, eu vou passar. E aqui o que eu queria mostrar para
3556 vocês aqui é a questão dos comboios, não é? A navegação no Rio Paraguai
3557 sem nenhum tipo de intervenção, ou seja, apenas aproveitando a condição
3558 natural que o rio oferece, ela já é possível em boa parte do ano e a Marinha do
3559 Brasil estabelece, considerando as condições naturais do rio, sem nenhuma
3560 intervenção, quais são os comboios seguros de se navegar na hidrovia, tanto
3561 no tramo norte como no tramo sul. Então, para o tramo norte a gente tem uma
3562 configuração estabelecida pela Marinha de um comboio 2 por 3, não é? Que
3563 são 6 barcas de 45 metros de comprimentos com 8 metros de largura. Com
3564 capacidade de cada... Um comboio desses com capacidade total de 3 mil
3565 toneladas. No tramo norte esse comboio ele não navega o tempo todo nesse
3566 formato, como a gente sabe que existem locais de restrição, curvas locais mais
3567 estreitos e sinuosos, existem pontos de desmembramento que são definidos
3568 pela Marinha também. Eu vou mostrar mais adiante. E no tramo sul a gente
3569 tem uma configuração de um comboio bastante superior, muito maior, o
3570 comboio com 16 barcas de 60 por 12 e com capacidade para 24 mil
3571 toneladas, ou seja, é uma capacidade de transporte muito maior, devida a
3572 característica do rio ser bem mais favorável a navegação. E falando hoje de
3573 tráfego que já ocorre na hidrovia, a gente tem basicamente o transporte de

3574 minério de ferro lá, da operação da Vale em, na Serra do Urucuia em
3575 Corumbá. Então, hoje a hidrovia não transporta outra carga que não seja
3576 minério de ferro e manganês. Já se transportou no passado, nos anos, no início
3577 dos anos 2000, começou a sua operação a partir de cárceres com grãos, mas
3578 que hoje não é feita mais em território brasileiro. Tenta-se reativar essa
3579 operação. Então, hoje a única carga que sai de Corumbá é minério de ferro e
3580 manganês, rumo à Argentina, não é? Para exportação. E de Concepción para
3581 baixo, aí sim começa a navegar grãos, também agora vindo Brasil, mas saindo
3582 já no... Em território paraguaio e daí descendo a hidrovia. Então, hoje a gente
3583 só tem uma carga significativa, digamos assim, de destaque na hidrovia que é
3584 o minério de ferro manganês, não é? Fora o transporte local, não é? De coisas
3585 apenas da população local, que como eu disse é pequena. E como eu falei, a
3586 gente tem alguns locais de desmembramento que estão citados aqui, depois
3587 tem uma imagem que mostra melhor, mais para frente. São pontos notáveis da
3588 hidrovia onde você tem que trafegar com uma configuração diferente. Então, o
3589 que isso exige? Exige que quem navega naquele comboio que eu mostrei
3590 anteriormente, que é o maior permitido, ele tem que separar as barcas para
3591 atravessar esses trechos, porque você tem registro de curvas, principalmente
3592 curvas, não é? Porque o rio é bastante sinuoso no tramo norte, onde você tem
3593 que trafegar com uma dimensão inferior àquela que eu mencionei
3594 anteriormente. Mas isso é algo também que a Marinha já regulamenta,
3595 independente de nenhum... De qualquer obra ou intervenção que seja feita no
3596 rio. Então, aqui só explicando o que foi a (...), não é? Os estudos divididos em
3597 três partes, como eu mencionei, técnicos, econômicos e ambientais. E
3598 passando para a parte técnica, só para dar uma síntese de como o DNIT
3599 aborda não só o Rio Paraguai, acho que isso é bom porque dá uma dimensão
3600 geral de como a gente aborda qualquer rio, do ponto de vista de navegação, ou
3601 seja, para se pensar nele enquanto hidrovia. A primeira etapa mais importante,
3602 uma das mais importantes ou a mais importante, é o estudo hidrológico, não é?
3603 Ou seja, (...) hidrológico do rio, período de seca e cheia, os níveis máximos, a
3604 vazão, a declividade, todas essas informações. Então, no caso do Paraguai,
3605 por exemplo, foram feitas as campanhas de medição de vazão, foi feito um
3606 levantamento histórico de todas as regras do rio, que são operadas algumas
3607 pela... A maioria pela a Agência Nacional de Águas, algumas a Marinha dá um
3608 auxílio na operação. Então, foi o levantamento de histórico dessas regras para
3609 fazer um estudo estatístico, levantamento de vazão, para poder conhecer o
3610 ciclo hidrológico do rio, ter uma caracterização do ciclo hidrológico com
3611 bastante precisão. Como se tratava de um estudo em nível de viabilidade,
3612 também foi feito uma parte de estudo geomorfológico, não é? Geológico e
3613 morfológico, ou seja, geomorfológico, considerando que se trata de... O
3614 Pantanal se trata de uma feição única praticamente, em termos
3615 geomorfológicos, uma maior planície de inundação do planeta, é o Pantanal.
3616 Então, isso foi considerado. Aqui também, ele também cita nesse escopo o
3617 estudo de granulometria do segmento, ou seja, conhecer qual é o material do
3618 fundo do rio, qual o tipo do material, quais são as características do material do
3619 leito, e concluiu-se que é areia, basicamente. Os estudos geodésicos e
3620 topográficos, ou seja, para fazer uma amarração das declividades, de todas as
3621 referências de nível do rio, porque essas réguas elas têm que ser amarradas
3622 em um nível comum, essas réguas que estão ao longo dos mais de mil

3623 quilômetros do Rio Paraguai. Então, isso foi feito também. Aqui passando para
3624 a parte já de trabalho de escritório, em cima de dados que foram coletados pela
3625 Marinha em campo, que são os dados de batimetria, ou seja, os dados de
3626 morfologia do fundo do rio. Foi feito a modelagem da dinâmica, para poder... E
3627 somado a isso os dados vão para poder simular em computação o rio, não
3628 é? O comportamento hidráulico do Rio Paraguai. Isso foi feito, aqui cita, são 11
3629 estações fluviométricas existentes, desde Cáceres até Porto Murtinho. Ou seja,
3630 considerando que tem 1.200 km, uma estação a cada 100 km, o que para
3631 níveis de Brasil, em média, para níveis de Brasil é até um adensamento
3632 razoável, a gente tem rios aí com muito menos estações. Então, o resultado
3633 aqui foi satisfatório, a parte de modelagem. E, a partir de todos... E de todos
3634 esses dados coletados a gente tem condições de fazer o dimensionamento do
3635 canal. Como eu mencionei, o comboio para o tramo norte e para tramo sul, ele
3636 já é definido pela Marinha, não é? O Comboio máximo, mas a gente procurou
3637 definir aqui um comboio para que fosse próximo do da Marinha e que
3638 resultasse em uma viabilidade no sentido de que o custo para a manutenção
3639 do rio, para o de estiagem, ou seja, para manter aquele canal para atender
3640 aquele comboio, fosse o menor possível, não é? Ou o mais viável possível.
3641 Então, definiu-se principalmente em relação à profundidade, profundidades
3642 diferentes do tramo norte e tramo sul, não é? Então, a profundidade exigida, o
3643 (...) exigido no tramo norte de 1 metro e 80, (...) 1 metro e 80 e o tramo sul de 3
3644 metros. E assim a gente conseguiu quantificar quais são os passos críticos e
3645 os volumes de dragagem necessários a esses espaços críticos. Então, aqui
3646 explica mais ou menos como foi a lógica utilizada em cima dos dados de
3647 batimetria, da modelagem, se identificou uma série de pontos onde poderia
3648 haver restrição, depois houve uma filtragem desses pontos, porque muitos
3649 apresentavam volume insignificante e chegou-se uma lista inicial de 21 locais
3650 críticos, espaços críticos necessários, onde são necessários serviços de
3651 dragagem, de manutenção periódica e essa periodicidade ela não tão definida
3652 assim, existe uma variação, cada local existe uma demanda, uma periodicidade
3653 diferente, pode ser anula, 2 anos, 5 anos, isso não está... Isso a gente não tem
3654 no estudo, não foi tão a fundo nesse sentido, mas definiu-se que em 21 locais
3655 existe registro de criticidade para navegação, onde haveria a necessidade de
3656 dragagem, para garantir a segurança da navegação. Aqui está mostrando uma
3657 foto da ponte Eurico Gaspar... Ponte ferroviária Eurico Gaspar Dutra, não é?
3658 Que um dos passos mais relevantes na hidrovia é esse, chamado (...) jacaré,
3659 eu ele fica logo a montante dessa ponte. Então, ele é um exemplo de um local
3660 onde existe a necessidade de dragagem. Então, aqui no mapa a maioria dos
3661 locais se encontram no tramo norte, que como eu mencionei é o local onde se
3662 tem maior dificuldade para navegação, devido à construção estreita do rio e de
3663 sinuosidade. E pensando do ponto de vista ambiental, de forma bastante
3664 simples, a gente tem aqui... O DNIT hoje tem, desde Cáceres aqui no Norte, a
3665 gente tem licença para dragagem, licença junto ao IBAMA, para dragagem até
3666 apenas a montante do Parque... A Estação Ecológica do Taiaçu, que é nessa
3667 ilha aqui dentro do Taiaçu, é uma ilha fluvial onde o Rio Paraguai se divide em
3668 dois braços, não é? Aqui não existe a licença. A licença ela cobra apenas o
3669 trecho a montante da Estação Ecológica até Cáceres. Tá...? Para esse trecho
3670 aqui, que está até um zoo aqui, já existe licença e o DNIT executa a dragagem
3671 atualmente, para atender as navegações de pesca e turismo que trafegam na

região. Daqui da região do Taiamã até Corumbá não existe nenhuma licença hoje, vigente no IBAMA, nem ainda existe, digamos assim, um pedido para abranger todo esse texto. O que se existe não tratativas com o órgão ambiental para tentar viabilizar a extensão dessa licença. Poucos passos aqui, de dragagem, a partir daqui, depois da (...) a condição de navegação vai ficando bastante superior. E aí aparecem três locais de dragagem abaixo de Corumbá, que é o Passo Caraguatatu, o Passo do Jacaré e o Passo Mibiguá. Aqui no tramo são locais bem específicos para os quais ainda também não há licença ambiental expedida. Ah, tem um aqui também, são quadro, passo (...) bem abaixo. Esses quatro passos ao tramo sul, a princípio eles não são, a gente em conversa com os usuários, eles não são impeditivos a navegação. Eles apenas reduzem a capacidade de navegação, ou seja, nos comboios tem que aliviar a carga ou algo nesse sentido, esse período de estiagem é mais intenso, mas eles não impedem que os comboios de ferro e manganês, por exemplo, trafeguem praticamente o ano inteiro. Ao contrário dos passos aqui no tramo norte, que inviabiliza a navegação para comboios no sentido de tráfego de soja, por exemplo, que pensa em fazer a parte de Cáceres, esses passos aqui eles são críticos e dificultam muito a navegação, porque reduzem muito a janela possível de navegação. Aqui só explicando como foi feito o cálculo de volume de dragagem, e chegou-se ao volume estimado, e esse volume ele não é um volume escrito na pedra. É importante frisar que os volumes, quando se fala de dragagem em qualquer rio os volumes eles mudam o tempo todo, porque o rio é dinâmico. Então, naquela condição levantada lá em 2015 o volume estimado (...) total foi de 508 mil m³. Isso dá uma ordem de grandeza dos volumes, não é um volume muito grande, ou seja, dividido mais ou menos igualmente entre os tramos sul e norte, não se trata de um volume muito significativo, ou seja, um impacto relativamente pequeno. Lembrando que, acho que nem todos estão familiarizados, mas quando se fala em dragagem, rio, a gente sempre remove o material do rio e deposita ele dentro do próprio rio, em outra área, fora do canal de navegação. Então, não existe remoção de material que seja retirado do rio, não é? Aqui só uma explicação mostrando como é que se pensa a dragagem. A dragagem quando executada ela necessita ser executada no período de vazante do rio e como eu mencionei anteriormente, os tramos norte e sul tem uma defasagem entre cheia e seca. O período de dragagem do tramo norte ele é um, começando aqui, a partir de abril até agosto. No tramo sul ele começa mais tarde, começaria em junho, julho, indo até outubro, novembro. Aqui uma foto apenas ilustrativa da (...) que a gente opera lá no tramo norte, um banco de areia no período de seca. Como diz, a gente já faz a dragagem lá no tramo norte já há muito tempo, com licença do IBAMA e tudo, para atender hoje a navegação de turismo e pesca. E o estudo, além dessa parte de dragagem, ele levantou apenas a questão da sinalização e balizamento, que também já existe, a Marinha já implantou toda a sinalização de margem ao longo do rio e mantém essa sinalização, em parceria com o DNIT, a gente tem um acordo de cooperação e toda a hidrovía hoje ela é sinalizada com impacto mínimo, ínfimo, não é? Para o meio ambiente e a Marinha que toma conta dessa sinalização. Aqui ele cita outros projetos que deveriam ser, que podem ser também empregados, a proteção de pilares de pontes, já existe essas proteções, mas algumas estão necessitando de reforma ou substituição. Aqui ele cita os pontos de desmembramento, como eu mencionei anteriormente.

3721 Aqui não dá para ver. Eu falei, isso aqui são locais onde os comboios eles têm
3722 que se dividir para atravessar, a maioria aqui no trampo norte e aqui no Passo
3723 do Jacaré também, no (...) da ponte, tramo sul. Aqui a foto de um comboio lá
3724 do Rio Paraguai, só para vocês terem noção, um comboio vazio navegando,
3725 comboio de ferro. Esse aqui está com 2 por 4. Então, tem 8 barcas, ele é
3726 metade do comboio máximo da Marinha, para o tramo sul. Esse aqui é um
3727 exemplo, um comboio navegando, você vê que o rio é muito largo e o comboio
3728 navega com qualidade. Outro serviço que ele propõe que a gente elabore são
3729 as cartas náuticas eletrônicas. A Marinha já tem cartas náuticas elaboradas
3730 para todo o Rio Paraguai, tramos norte e sul, só que elas são cartas de papel.
3731 Então, existe a ideia futuramente, a gente ainda não tem para isso, mas de...
3732 As cartas já... Elas são de papel, mas elas têm a versão digital, já estão
3733 vetorizadas, a (...) fez isso, mas elas não estão ainda disponíveis para qualquer
3734 um utilizar essa carta como navegação na sua embarcação e a gente está
3735 fazendo essa disponibilização, a partir... Pretendemos fazer isso em breve. E
3736 também ele cita a questão do canal do Tamengo, que é um acesso no Rio
3737 Paraguai para a Bolívia, lá na Cidade de Corumbá. Para quem não conhece
3738 Corumbá, existe um canal que liga, uma lagoa no território boliviano onde tem
3739 vários portos, inclusive portos de grãos, podemos citar que a Bolívia esco
3740 grão, soja, pelo Rio Paraguai, através do canal do Tamengo, que é lá de frente
3741 a Cidade de Corumbá. Ele também cita que talvez haja a necessidade, não foi
3742 objeto de estudo, haja necessidade de melhoramento no canal do Tamengo,
3743 para que haja uma melhor condição de navegação para os bolivianos, para os
3744 comboios que navegam para a Bolívia. Bem, da parte de engenharia é isso. Da
3745 parte de meio ambiente eu acho que não... Ela está bem por alto, eu acho que
3746 não vale a pena citar aqui em detalhes, mas assim, eu acho que é importante a
3747 Câmara Técnica saber que existe um estudo, esse aqui é só um resumo e a
3748 gente pode disponibilizar também, todo o material que foi feito ele é público, a
3749 gente tem como disponibilizar, basta alguém solicitar para a gente. A parte
3750 ambiental cabe também frisar que ela foi feita basicamente, nesse caso com
3751 fontes secundárias, não foram fontes primárias, ou seja, não foi feito o trabalho
3752 de coleta em campo, de monitoramento. O trabalho foi feito basicamente
3753 procurando fontes já existentes na bibliografia, porque o Pantanal é um bioma
3754 muito estudado. Então, existe uma diversidade enorme de referências
3755 bibliográficas disponíveis da parte ambiental, também tanto a parte de meio
3756 ambiente como das indígenas, quilombolas, tudo isso já está bastante
3757 estudado. Então, a gente, (...) teve facilidade de obter material para compor
3758 esse (...). Aqui um resumo de impactos, não é? Positivos e negativos, que são
3759 bastante... E até óbvios, não é? Tanto os positivos relacionados a impactos
3760 econômicos positivos quanto os negativos também, relacionados a impactos na
3761 (...) aquática, ruído, risco de acidentes e possibilidade de alteração na
3762 qualidade da água. Tanto na dragagem e aqui no tráfego também. E também
3763 ele traz a questão de impactos da possibilidade de implantação de novos
3764 terminais, que não é atribuição do DNIT, não é o DNIT que implanta, não é?
3765 Esses são terminais que são monitorizados pela ANTAC, é um projeto... São
3766 projetos particulares e que a ANTAC é que tem a missão de, digamos assim,
3767 conceder autorização para esses terminais e o usuário privado é que vai atrás
3768 do licenciamento ambiental, mas também foi considerado isso porque a
3769 hidrovia não é só o rio, ela precisa de terminais para funcionar. E por fim aqui

3770 na parte análise econômica, a gente tem uma conclusão bastante sintética de
3771 que, a hidrovia hoje ela viabiliza turismo, já existe um turismo muito forte no
3772 Pantanal e na navegação do Rio Paraguai faz parte do Turismo que existe lá,
3773 para pesca esportiva, ecoturismo, o turismo rural. E o que pode ser agregar a
3774 hidrovia, principalmente pensando no tramo norte, principalmente pensando na
3775 produção agropecuária do Estado do Mato Grosso, são as cargas agrícolas,
3776 não é? (...) milho em grão, soja em grão e quem sabe carnes também e algum
3777 tipo de produto com maior valor agregado. Então, ele cita aqui algumas cargas
3778 em potencial, pensando no tramo norte, pensa também em cargas, potencial
3779 de atração de cargas pelo tramo sul, porque Corumbá é servida por rodovia,
3780 acesso rodoviário e acesso ferroviário. Então, também existe a possibilidade de
3781 acessar de forma intermodal a cidade de Corumbá e colocar a carga na
3782 hidrovia, tanto em Corumbá como também mais ao sul, em Porto Montinho. E
3783 também ele pensa em tráfego no sentido oposto, ou seja, em que medida a
3784 hidrovia também pode viabilizar o comércio com os nossos parceiros, não é?
3785 Ou seja, a importação de produtos que são feitos, que seja de interesse do
3786 brasileiro e que venha do Paraguai, ou da Argentina, ou do Uruguai. Aqui ele
3787 só faz uma amostragem dos portos que já existem, só para vocês terem um
3788 conhecimento. Já existe um porto em Cáceres. Então, como eu mencionei, já
3789 houve transporte de grãos em Cáceres entre 2004/2009, depois ele cessou por
3790 dificuldades operacionais, questões ambientais, mas o porto existe, está lá
3791 implantado, ele não opera, mas ele está pronto, não é? Ele pode operar. Existe
3792 um porto em Porto motinho e um complexo de portos que é o principal deles,
3793 em Corumbá e Ladário. Então, também o estudo de viabilidade aqui apontou
3794 a viabilidade da intervenção, porque são... Como eu disse lá no início, a
3795 hidrovia ela é... O rio ele é amplamente navegável, as intervenções que são
3796 necessárias para melhoria são muito pequenas perante o potencial de cargas
3797 que a hidrovia pode transportar. Então, lá é um rio que, cuja viabilidade para o
3798 uso como hidrovia ele, além de ser intuitiva essa viabilidade o estudo
3799 conseguiu traduzir isso em números. Então, é isso, ele também traz algum
3800 estudo conceitual de um possível layout, apenas para fazer o estudo de
3801 viabilidade, layout de terminal... De porto, não é? Um porto para operar na
3802 hidrovia. E em resumo o que eu queria deixar aqui de recado, de mensagem do
3803 DNIT, é que assim, hoje o DNIT tem algumas ações muito pontuais de hidrovia,
3804 basicamente a dragagem no tramo norte, como eu mencionei, um trecho muito
3805 pequeno, que já é feito há muitos anos, existe um licenciamento já antigo com
3806 o IBAMA. E em parceria com a Marinha a sinalização ao longo de toda a
3807 hidrovia. Manutenção e a sinalização também já implantada. Fora isso, outras
3808 ações que possam ser feitas, elas não estão no radar hoje, de curto prazo do
3809 DNIT, talvez (...) de médio e longo prazo, porque dependem de licenciamento
3810 ambiental, dependem de captação de recursos junto ao orçamento, enfim, uma
3811 série de questões que ainda não estão equacionadas, contratação de
3812 empresas para execução. Então, o estudo de viabilidade ele tem um âmbito,
3813 um escopo grande, traz uma série de informações, mas isso não implica que
3814 um estudo de viabilidade pronto, que aquilo ali vai se tornar realidade em um
3815 piscar de olhos, não é? Obviamente o estudo ele aponta cenários que podem
3816 ou não se concretizar, a depender das condições governamentais, econômicas,
3817 sociais e uma série de fatores intervenientes. Então, hoje a hidrovia do
3818 Paraguai ela já é navegável, ela já opera. A operação no trecho entre Corumbá

e Cáceres para comboios ela ainda não está ocorrendo, mas volta e meia a gente ouve manifestações de empresas que têm interesse em operar, lá em Cáceres, o porto novamente. O Governo do Estado do Mato Grosso dá um incentivo muito grande para isso, é um apoiador muito grande, o Governo do Estado da operação em Cáceres. Mas ainda não está operando. E a gente meio que fica na expectativa de que o setor privado, se optar por operar a hidrovia no tramo norte, é que vá demandar melhoramentos. Então, a gente hoje, no caso do Rio Paraguai, principalmente, a gente não tem a pretensão de fazer melhoramentos para tentar atrair a carga. Ou seja, é o contrário. A carga, se tiver interesse em operar, talvez seja a viabilizadora, a parte demandante de melhoramentos que possam ser feitos. Então, hoje é essa situação que eu enxergo lá, do ponto de vista meu lá, técnico, não é? Não do ponto de vista político, sempre o ponto de vista meu lá é técnico, é essa situação do Paraguai. Então, vai depender muito da iniciativa privada atrair carga, querer ter interesse, conseguir operar lá para poder viabilizar algum tipo de intervenção. E como eu disse, são intervenções disse são intervenções relativamente pequenas, não é? Antes... E também só para... Título de curiosidade, já se pensou... Ou vieram outros projetos, como eu disse lá no início, a hidrovia já vem sendo estudada há muito tempo, porque é um rio que já é navegado a centenas de anos. E lá no início dos anos 2000 havia assim, muito burburinho por conta do projeto da hidrovia, do impacto que haveria no Rio Paraguai, e tudo, e falava-se em projetos que envolveriam retificação de canal, alagamento do Rio, e tudo, e essa concepção hoje ela é, para a gente, pelo menos enquanto DNIT, enquanto órgão público, ela é totalmente, para o Rio Paraguai, pensando no Rio Paraguai que é um rio dentro do Pantanal, ela é uma concepção que está fora de cogitação. Então, é (...) deixar claro que para o setor, principalmente ambiental, que qualquer intervenção que seja feita lá ela, além de ser licenciada ela considera que a gente tem um rio em uma condição natural e tem que ser preservado o máximo possível na condição que ele está lá. Então, assim, a gente não tem a pretensão de fazer nenhum tipo de ação, nenhuma barragem, nada nesse sentido, que mude o regime do rio ou mude a condição natural já lá existente, principalmente por se tratar de um rio que está na região de proteção ambiental, no contexto do Pantanal. Então, é isso, eu fico aqui a disposição para perguntas, para debates que o Presidente quiser encaminhar e a apresentação está aqui para quem quiser... A gente também está lá no DNIT à disposição. Obrigado.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Muito bem, André, obrigado pela apresentação. Eu tenho três perguntinhas aqui, duas perguntas e uma curiosidade de engenheiro. Você diz da... Que tem aí a questão do desassoreamento, não é? Essa... Vocês não utilizam a imagem via satélite para ver perfil do rio, onde precisa?

O SR. ANDRÉ CARDOSO (CTAP) – No caso assim, a imagem por satélite ele não dá a precisão que a gente... Isso falando não só no Paraguai. Em qualquer rio, não é? Ele não dá a precisão que a gente necessita para uma dragagem, porque a dragagem ela ocorre em trechos... O canal ele é, por exemplo, em um

rio que tem, no caso do rio do tramo sul, por exemplo, o rio tem 600 metros de largura, o nosso canal tem 100 metros e a gente necessita de dragagem (...) de 500 metros, 1 km, e com a precisão de 3 metros, por exemplo, onde 10 cm... É a Marinha, não é? Faz diferença. Então, a imagem por satélite não atende a nossa demanda. Por isso que a gente sempre usa a batimetria mesmo, (...) levantando-se no rio com embarcação.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – É curiosidade, por conta que seria, se desse, não é? Seria muito mais simples, não é? A outra é o seguinte, o Porto de Cáceres ele não está sendo utilizado? Não está... Porque você mencionou que não tem interesse de usuário, não é isso? Agora... Bom, você que está no ramo aí, não é mais barato enviar pela hidrovía do que... Porque a alternativa que eles têm é esgotar por caminhão, não é? Transferir no... Interessante isso, não é?

O SR. ANDRÉ CARDOSO (CTAP) – É. No caso da hidrovía, o porto lá ele é um porto público, eu não sei com quem está a titularidade dele hoje, se está com o Governador Federal Estado. Ele foi um porto construído com recurso público, mas ele está... Eu não sei com quem está a administração dele hoje, atualmente. E aí necessitaria de algum tipo de convênio... Concessão, algo nesse sentido, para um grupo privado operar. E o que a gente sente é que existe uma insegurança do privado, não que o custo... Realmente o custo é menor, mas existe uma insegurança sobre ele montar uma operação e precisa que essa operação ela ocorra durante vários anos para ela pagar, para que ela seja viável, não é? Viabilize a operação. Então, existe uma insegurança no sentido de que, ah, eu começo a operar esse ano, mas talvez daqui 2 anos haja algum tipo de restrição, algum tipo de pressão social, ambiental e que faça eu ter que parar e eu tomo um prejuízo. Então... E aí isso vem muito mais da esfera, eu acho até jurídica, da esfera governamental não de engenharia de infraestrutura, eu acho que de outras esferas de governo do que da engenharia, não é? E que isso é uma solução que eu acredito que o Governo do Estado do Mato Grosso é que tem... O principal interessando em viabilizar. Então, por exemplo, um exemplo de uma ação. O Governo do Estado do Mato Grosso ano passado implantou lá em Cáceres uma zona de processamento de exportações, aquela zona lá, que existe enquadramento legal especial, onde há uma condição tributária específica, onde você paga menos imposto, acho que questão de ICMS e tudo mais, para tentar fomentar a hidrovía por Cáceres. Então, o Estado como interessado criou essa zona de processamento de exportações ZPE, em Cáceres, foi bem noticiado isso. Então, é um exemplo de ação, não de engenharia, não é? Uma ação legal, para tentar atrair investimento para a hidrovía. Então, assim, eu acredito que do ponto de vista de, talvez de médio prazo, a gente consiga... A gente eu falo o Governo, não é? Mas principalmente o Estado consiga atrair o usuário para a hidrovía de novo.

3916 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP)** – Porque o
3917 ponto mais ao norte ele está... Pega toda a Bolívia ali. Não é isso?
3918 **O SR. ANDRÉ CARDOSO (CTAP)** – No Cáceres atai carga brasileira. A carga
3919 da Bolívia vem por Corumbá. No meio do rio. É, no meio do trecho brasileiro.
3920
3921
3922 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP)** – No meio do
3923 trecho brasileiro?
3924
3925
3926 **O SR. ANDRÉ CARDOSO (CTAP)** – É, na Cidade de Corumbá. É.
3927
3928
3929 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP)** – Quer dizer, o
3930 problema... O problema maior está entre Cáceres e Corumbá. É isso?
3931
3932
3933 **O SR. ANDRÉ CARDOSO (CTAP)** – Isso. De Corumbá para baixo a
3934 navegação é bem franca e acontece já hoje (...).
3935
3936
3937 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP)** – Esse é o
3938 ponto, quer dizer, qual é o problema do medo de investimento se, mesmo
3939 porque, a gente sabe que é uma hidrovia que é totalmente estratégica para a
3940 Bolívia e para o Paraguai, não é? Que é o mar deles aí para... Não é? Então,
3941 independente do interesse do Brasil isso aí tem, tem, enfim, os tratados aí da
3942 hidrovia, tudo isso que é garantido, não é?
3943
3944
3945 **O SR. ANDRÉ CARDOSO (CTAP)** – Isso, mas ele, o tratado, como eu disse,
3946 para Paraguai e Bolívia tramo sul é o mais interessante, porque o acesso da
3947 Bolívia pelo canal do Tamengo em Corumbá e dali para baixo é divisa com o
3948 Paraguai, não é? Com o país vizinho. O tramo norte o interesse é
3949 principalmente brasileiro, a mobilização tem que ser interna. Por isso que eu
3950 menciono o Estado do Mato Grosso, porque ele realmente é o que... É o
3951 principal interessado, ente federativo mais interessado na hidrovia ali, naquele
3952 trecho.
3953
3954
3955 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP)** – E o Governo
3956 Federal não...?
3957
3958
3959 **O SR. ANDRÉ CARDOSO (CTAP)** – O Governo Federal sim, mas eu vejo que,
3960 como eu disse, a minha visão hoje é de que a iniciativa privada é que tem que
3961 dar o pontapé para a gente ir atrás, não o contrário, igual já se pensou
3962 anteriormente, da gente tentar fomentar. Hoje já existe um porto em Cáceres,
3963 já existe...
3964

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Já tem toda a infraestrutura, tudo?

O SR. ANDRÉ CARDOSO (CTAP) – Tem um porto lá. É a foto que eu mostrei (...). O porto existe pronto lá. Então, já existe Porto Cáceres, existem as EPEs implantadas pelo Estado. Eu acho que...

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Mas qual é o investimento privado que teria que ter, então?

O SR. ANDRÉ CARDOSO (CTAP) – Investimento privado que teria que ter seria... O investimento não é tanto infraestrutura, acredito, acho que é investimento mais em estabelecer uma operação, não é? Ou seja, pessoal, modernizar o porto, trazer comboios, levar embarcações de outros locais que sirvam para operar lá, enfim. Eu acho que é mais um investimento logístico do que o envolvimento de infraestrutura mesmo, para começar operação, não é? E a operação, obviamente, ela não tem como começar grande, não é? O Rio tem limitações, é uma operação que começar pequena e ir crescendo.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Obrigado. Clímaco. Mais alguém que queira fazer alguma pergunta?

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu queria cumprimentar o representante do Ministério de Transportes, porque essa sua apresentação ela é muito elucidativa, talvez a maior que nós já tivemos a oportunidade de ter. Eu não sei se esse documento foi apresentado em outros lugares...

O SR. ANDRÉ CARDOSO (CTAP) – Foi, mas já tem bastante tempo.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Não, mas há bastante tempo que a gente tem tentado, inclusive formalmente, receber informações sobre os andamentos desse trabalho. Nós criamos um Grupo Técnico lá em... (...) da UFMT e através de parcerias com outras entidades, inclusive internacionais, fizemos um acompanhamento, estamos acompanhando essa perspectiva de implantação da hidrovia e foi muito difícil a gente ter acesso, tivemos acesso a informações do pessoal do Paraná durante as iniciativas para implantação do Plano de Bacia do Rio Paraguai, o qual se revela ainda muito ausente a quantidade de informações sobre a hidrovia, até porque talvez não houve uma sincronia onde desse tipo de produto tivesse já disponibilizado no plano. Eu, pelo pouco que eu conheço do plano, o plano

4014 também teve dificuldade de construir um cenário a partir da lógica da
4015 implantação da hidrovia. Então, isso ficou para continuidade dos trabalhos do
4016 plano de bacia. Mas isso é coisa... São aspectos técnicos, mas para nós da
4017 Sociedade Civil que fazemos parte dos movimentos sociais lá, nós temos uma
4018 unidade de trabalho lá, o FONASC junto com as entidades locais e mais uma
4019 parceria com uma... Com as entidades da Bolívia, e do Paraguai,
4020 ambientalistas, e a construção de uma... De um entendimento para ver a
4021 viabilidade de uma hidrovia sempre, no nosso caso era enviesada por um olhar
4022 muito mais amplo do que uma racionalidade econômica, conforme você
4023 colocou aí, tanto é que você mesmo falou que ali é uma maneira muito mais
4024 rápida a questão ambiental e para nós tem muitas outras variáveis que, pelo
4025 menos eu não li esse documento seu ainda, mas que não estão sendo
4026 contempladas, e que impacta muito o modus operante, o modo de vida, e a
4027 própria fisiologia do rio, e a... E toda a biota, e toda a questão no patrimônio
4028 ambiental que representa o patronal, tanto é que o patronal ele é tido como
4029 uma referência internacional em termos de área, em termos de aspectos
4030 ecológicos ambientais de área úmida, até que nós temos uma parceria com
4031 uma entidade lá da Holanda que faz... Construiu uma rede internacional de
4032 preservacionismo de áreas úmidas, porque existe um conceito internacional de
4033 que essas áreas úmidas elas têm uma importância civilizatória até. Então, tem
4034 várias regiões do mundo, uma rede de (...) e outros nomes que impulsionam a
4035 discussão e a valorização da preservação dessas áreas. O uso da água do rio
4036 para atividades de hidro navegação, no caso do Pantanal, ao contrário do
4037 Tietê, onde a gente também tem um trabalho lá, a gente tem uma postura
4038 extremamente refratária, tendo em vista os estudos que nós fizemos, que
4039 vamos confrontar com esse, do impacto que vai se dar no fluxo, na pulsação e
4040 da dinâmica das enchentes do rio, no que diz respeito à hidro... A PCHs e tudo
4041 mais. Mas no que diz respeito a hidrovia, na questão das áreas protegidas que
4042 tem lá e toda a lógica de preservação mesmo, porque ela tem uma importância
4043 econômica, uma importância econômica que não passa por um incentivo a um
4044 modelo que desprestige e que tira o padrão de vida, não melhora o padrão de
4045 vida das pessoas. A gente já tem experiência de investimentos impactantes de
4046 infraestrutura que altera a realidade, mas mantém uma estratificação
4047 econômica, social e econômica igual. A miséria e a exploração continuam as
4048 mesmas. E no caso do Pantanal isso tem uma delicadeza muito grande, até
4049 porque o Pantanal hoje, nós temos que... Na estratificação social que existe e
4050 no modelo econômico que existe, as atividades que vão concorrer para
4051 impactar as que já estão lá, vão... Não vão dar conta de superar o prejuízo que
4052 essas atividades vão ter, por exemplo, a hidrovia e navegação turística, no
4053 nosso ver ela... Eu preciso estudar mais para te falar isso, mas pelo que me
4054 falam lá não vai combinar. A hidrovia com o incentivo a monocultura, e a
4055 economia de agronegócio de grande escala, e a realidade ambiental que tem lá
4056 não vai combinar. Então, já existiu uma tentativa de se fazer isso, que no antigo
4057 Governo do Ministro Sarney, anterior, (...) que o Ministro Sarney era... Na
4058 década de 90, e houve uma série de movimentos sociais que se colocaram, e
4059 houve um clamor social para que não tivesse a hidrovia. É muito auspiciosa,
4060 até que enfim essa quantidade de informação, que eu vou disponibilizar lá.
4061 Essa informação, infelizmente parece que vocês não passaram para lá, mas eu
4062 vou passar para o pessoal lá, essa informação, para subsidiar, inclusive até

4063 quem sabe, mudar de opinião, não é? Você me passa um cenário tão assim,
4064 de conciliação entre esses usos, que eu até fico animado. Por exemplo, eu
4065 gosto da hidrovia Paraná-Tietê, a gente vê que ali a hidrovia é um
4066 potencializador de mudança para melhor na vida das pessoas, através do viés
4067 econômico. Mas no caso do Paraguai, esse viés econômico ele destrói uma
4068 lógica econômica que vai gerar uma exclusão social, vai gerar... E aí o prejuízo
4069 ambiental, porque o maior consumidor dos recursos hídricos lá e que gera
4070 outras riquezas, multiplica, é a biodiversidade, é o patrimônio hídrico, é o
4071 patrimônio ambiental, (...) fauna e tudo mais. Então, esse detalhamento, eu
4072 penso que o seu projeto precisa ser aprofundado, eu vou ler para ter mais
4073 conhecimento, vou passar para equipe lá para a gente rever nossas
4074 estratégias. E tem outro detalhe que está chamando muito a minha atenção,
4075 até... Recentemente nós tivemos aqui uma eleição para mudança da plenária
4076 do Conselho e não tivemos a participação do setor de hidrovia, que legalmente
4077 tem direito a cadeia. Direito não. Dever de participar da Política de Recursos
4078 Hídricos. Não houve nenhuma grande empresa que tivesse... Que faz parte
4079 dessa dinâmica de uso das águas dos rios para atividade da hidrovia... Da
4080 hidro navegação, se interessado em participar. Nós tivemos agora, inclusive ela
4081 participou do GT da hidrovia do Paraná-Tietê, onde a gente viu que, há uma
4082 crise estabelecida de proporções até muito impactantes na vida das pessoas,
4083 gerou desemprego e tal, por conta do uso prioritário para o setor elétrico e aqui
4084 esse arranjo da alocação do recurso não foi bem sucedida a ponto de causar a
4085 perda de atividade, quer dizer, suspensão da atividade de hidro navegação. Eu
4086 ouvi isso com muito interesse, porque o empresariado, que são o mesmo grupo
4087 do negócio, é o mesmo dono da hidro navegação, é todo... O pessoal, não falta
4088 dinheiro para esse povo, eles têm um jeito de ser safar, mas viu que a hidrovia
4089 parada ela dá... Ela altera substancialmente a lógica do seu negócio. Mas o
4090 pessoal, os empregados, a cadeia produtiva para baixo se ferrou. Aí o que
4091 aconteceu? Essa não existe clareza para o setor de hidro navegação, de que,
4092 que tipo de usuário, que tipo de relação de direito eles têm que ter com a
4093 política e com a legislação de recursos hídricos. Eles não participaram... Não
4094 se inscreveram aqui, eles vão chorando lá para o Comitê do Paranaíba,
4095 implorando para que ache uma solução para a ANA não cortar o... Não deixar
4096 de... Não privilegiar eles na... Quer dizer, houver uma nova crise climática, eles
4097 são vulneráveis porque... Eles nem tem outorga e me parece que não tem
4098 interesse em pedir outorga. E aí tem uma outra fala que é o seguinte, eles não
4099 querem a outorga de... Do recurso hídrico. Eles querem a outorga de... Como é
4100 que é? De cota. Eu não tenho clareza ainda, essas notícias todas. Não tem na
4101 legislação de recursos hídricos outorga de cota. Então, ou um parecer jurídico
4102 diz para ele que é do DNIT, segundo me falaram, diz para eles não pedirem
4103 outorga, depois eles perdem o direito de usar o rio como... De usar o princípio
4104 do uso múltiplo, que eles também têm direito de usar, mas eles não formalizam
4105 o pedido de outorga ou alguém diz para ele que não pode dar outorga do jeito
4106 que eles querem, que é outorga de cota. Então, esse sistema e esse setor está
4107 um samba de crioulo doido, pelo menos para o nosso segmento, pelos
4108 relatórios que eu recebo. E alguém... Alguém está errado nessa história. O que
4109 eu estou querendo dizer para você, para o senhor aqui, que veio com tanta boa
4110 vontade, é que é preciso que o Ministério do Transporte se expresse de
4111 maneira mais clara em relação à Política de Recursos Hídricos, porque não

tem sentido ter uma Lei que serve para um Ministério e não serve para o outro Ministério. Não é? Tem uma legislação que serve para um Ministério... Não tem na nossa cabeça, uma ideia de se criar uma outorga de cotas. É, não existe, mas alguém... Eu falei isso na plenária, não sei se você lembra disso na plenária agora, aí veio o setor usuário e fala, não, porque o problema é que esse setor precisa de cota d'água, não de volume de... É uma burrice. É uma coisa sem pé e sem cabeça. Eu estou querendo com isso motivar, já como eu falei no começo que devia ter um caminhamento isso aqui, que haja um posicionamento do Conselho em relação a uso da água do Rio Paraguai para fins de hidro navegação, tendo em vista a Legislação que a gente dispõe. Se vai ter cota ou não, esse talvez não seja o problema do Rio Paraguai conforme ele fala, mas tem, segundo nossos estudos, um impacto imenso no maior usuário que é a natureza, e o que gera mais renda, é não sei quantos mil pescadores, não sei quantas empresas de turismo, e mais ainda, a não alteração da área para as finalidades de uso, quer dizer, você emplaca um meio econômico aqui, aí você vai ter ampliação da soja invadindo o Pantanal, vai ter uma série de outras variáveis que vão implicar. Então, isso tem sido uma questão preocupante lá. Nós vamos estudar esse seu documento, mas eu queria pedir ao Conselho que se tivesse uma diretiva em relação a isso. Um setor que impacta o rio e não quer outorga e nem pede outorga, tem que entender qual é. Entendeu? É só pegar o rio, usar para ganhar dinheiro, e não ter outorga e faz... A Lei diz muito clara, todos os usos têm que ter outorga. A Lei Federal. Aí eu quero saber.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Você quer falar? Aí eu vou fazer um comentário. Tem mais alguém que quer fazer algum comentário? Aí eu faço, a gente, enfim, tá...?

A SR^a. CRISTIANDREA CICILIATO (FONASC) – Cris, FONASC. Você poderia colocar na parte do que tá ambiental, por favor? Se a gente pensar no pantanal é uma área inundada. Então, ela deixará de ser. Então, quais são as consequências? Quais são as consequências a médio e a longo prazo? Quais são as consequências para os seus filhos e para os seus netos de outra dessa? Então, (...) ali na questão, a redução temporária de pesca profissional. Temporária. A longo prazo a gente já não sabe como será. Não é? É que eu não enxergo muito de longe. Eu acho que os senhores...

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – São mais de 500 mil pessoas.

A SR^a. CRISTIANDREA CICILIATO (FONASC) – Então. A consequência ambiental que é uma consequência na vida diária das pessoas que moram ali ao redor, não é? Então, eu acho que é um... É um momento importante da gente pensar isso. São consequências ambientais que vai afetar, não só as pessoas que moram ao redor, mas que vai afetar também o Sudeste, Centro-

Oeste. A longo prazo vai afetar. Então, é um detalhe importante. Eu nem vou me alongar muito nesse detalhe. Está aí um estudo que também não foi feito com estudo de base, que não foi feito... É, não foi ainda, como ele comentou, que ainda não foi feito, não foi consultada a população. Então, é só um estudo técnico que precisa ter muito mais detalhes para a gente poder estar pensando melhor nisso. Em comparação com a hidrovía Tietê-Paraná é outra coisa, porque a hidrovía Tietê-Paraná ela parou e afetou a população, mais de 8 mil trabalhadores ficaram desempregados, não é? Afetando totalmente a economia. Aqui a questão vai afetar o meio ambiente diretamente a população. A economia também, não é? E quais as consequências a longo prazo. Como que vai ficar o Pantanal daqui a 20 anos?

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – E vai gerar uma economia concentradora de renda.

A SR^a. CRISTIANDREA CICILIATO (FONASC) – Só esse detalhe tá... (...).

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Bom, comentários, então, meu aqui. Essa é mais uma das minhas eternas... Dom Quixote ele fica... Esse é mais um dos meus moinhos, de trazer, de ter outorga para o setor hidroviário. Isso aí a há anos que eu venho falando isso e tem sempre um... Eu reputo um negócio corporativo com relação a isso, assim como tem o pessoal de água mineral, que acha que água mineral não é água subterrânea. Então, não pode ter outorga. Mas aí está por trás disso, está todo um interesse corporativo de atrapalhar, enfim, as concessões da água mineral que são dadas, enfim. Mas é muito importante essa questão de outorga. Diversas vezes eu tiver oportunidade de dizer, quando tem aquela discussão que houve lá no Paraná. No Tietê, não é? Com relação à gestão... A operação dos reservatórios, não é? Que o pessoal de hidrovía não existe para o sistema. É isso, não existe. Não tem outorga não existe. O dia que eles tiverem outorga eles vão ser considerados dentro do sistema. Apesar que aconteceu a crise, aí tem as salas de crise, daí chama o juiz aí não sei de onde, como aconteceu lá no Paraíba do Sul, o juiz resolve ou a própria ANA pega e entra em entendimento e resolve, mas a outorga que é bom não... Não sei por que tem essa resistência de ter outorga. Eu participei há pouco tempo atrás, pouco tempo atrás, acho que tem uns dois meses, no máximo, de uma reunião de sala de crise do Tietê e tinha... Você estava lá?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!!).

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – E tem essa... Aqui são muitas pessoas que participam, tem muitos usuários, tem órgãos federais, órgão... São assim, umas 30, 40. 30, 40 pessoas por satélite, por... E o rapaz, um senhor do meu lado que era de uma companhia dessa hidroviária

4210 fez uma sugestão, queria pedir a ANA, (...), que fizesse uma palestra sobre a
4211 Política Nacional de Recursos Hídricos, para a gente entender que ele não
4212 sabe nem o quê que é a Política Nacional de Recursos Hídricos, pelo menos
4213 esse, não é? Então, é uma questão de... Realmente, eu acho que o Conselho
4214 poderia e deve, não é? O pessoal de outorga tratar desse assunto, não é?
4215 tratar desse assunto, porque é mais usuário. Eu, como eu falei outras vezes, eu
4216 acho que eu estou defendendo o interesse... Conversando com eles, eu estou
4217 defendendo o interesse de vocês, porque vocês para participar do sistema
4218 precisam ter outorga, não é? E a questão do, esse negócio de cota, não é? De
4219 outorga por cota, é uma besteira técnica imensa, porque cota, razão é área
4220 vezes... Entende? Área vezes velocidade. Então, a conta, dependendo da área,
4221 dependendo da vazão você tem a cota, não é? E a cota... Aí vem até, é
4222 interessante isso, que ele vem ao encontro, é positivo, dos interesses, por
4223 exemplo, de vazão ecológica, porque para o setor hidroviário é interessante
4224 que tenha água. Ao contrário de outros segmentos, por exemplo, de irrigação,
4225 que pode retirar. Então, existe uma... Quer dizer, o fato de ter a cota, de ter a
4226 área aí que facilita a navegação, também ele vai muito ao encontro dessa
4227 vazão ecológica, vazão mínima, tudo isso, que de certa maneira isso aí é
4228 positivo, não é? Então, eu acho que a gente poderia fazer uma sugestão disso
4229 para a CTPOAR, para que volte a estudar, porque isso aí também já não é
4230 novidade não. Isso aí já foi conversado antes, não é? E poderia ter, ver como
4231 se fazer isso. São dois tipos de coisa que tem isso, um são os próprios
4232 hidroviários, os que têm as barcaças e outras coisas que deveria ter. E o outro
4233 é o setor de portos, que eles alteram o regime do rio e precisa ter outorga
4234 também. Entendeu. Então, são dois tipos de, enfim, de aspecto que tem que
4235 ser tratado, não é? Eu acho que isso é interessante, não é? Bom, esse era o
4236 meu comentário. Tem mais algum outro comentário? Senão... É
4237 encaminhamento? Então, tá...

4238
4239
4240 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –**
4241 Presidente, como... Esse é um...

4242
4243
4244 **O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) –** Clímaco.

4245
4246
4247 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) –** João
4248 Clímaco. Esse é mais um boi, eu acho que não chega a ser um boi daqueles
4249 mal não. É um boi até bonito, que o Pantanal é muito bonito e pode ter uma
4250 região... E pode ser uma região extremamente impactada para hidrovia. Os
4251 estudos que a gente tem, eu vou colocar na nossa página vários documentos
4252 produzidos por cientistas e tal, mostrando o impacto negativo da hidrovia na
4253 situação econômica e social que está lá. A gente tem, na verdade, é uma
4254 perspectiva de uma alteração radical no modelo econômico de exploração dos
4255 bens naturais por conta dessa hidrovia. Isso não é tão... Hoje isso, em uma
4256 sociedade desenformada, anos atrás, onde tudo tinha um olhar assim, mais
4257 simplista, podia ser fácil, mas hoje não é, sabe? O próprio setor turismo lá tem
4258 resistências a outra atividade que pode, de alguma maneira, impactar uma

atividade que é muito forte lá. Bem, o que eu estou propondo, viu Presidente? É que a gente faça algum encaminhamento relacionado a... Tem uma questão específica que é o Rio Paraguai, nós não podemos assim, só tratar as coisas aqui de maneira genérica, porque as coisas aparecem com a especialidade da bacia e a Bacia do Rio Paraguai tem especificidade. A gente já fez um pleito enquanto a necessidade de toda a questão da hidrovia entrar em um plano, como também a questão da outorga da hidrovia. Não é? Eu hoje, se você for... Eu estava esperando que viesse... Confesso que foi o melhor, a melhor exposição de tudo que já foi feito, talvez seja por isso, como vocês não tinham essas informações mais bem sistematizadas, ficou negando o tempo todo, fizemos vários ofícios, você deve ter conhecimento, pedindo as informações que não vinham. Agora eu estou, sinceramente, eu tenho consulta lá as bases, mas a priori eu estou pedindo que o Conselho se manifeste em relação ao uso, a esse impacto na Bacia do Paraguai no que diz respeito à hidrovia. Assim, agora, se você me pede agora uma Resolução, ou uma moção, ou uma Minuta para a gente começar. Eu não tenho. Mas eu estou pedindo que isso seja uma coisa específica. Outra coisa que, isso aí demonstra que o Conselho aí vai ao encontro da sua fala, determina lá na... Encontra uma saída para que... Eu não acho que a CTPOAR está com muito tempo para isso, sei lá, eles têm uma agenda muito própria, não é? Mas assim, tem que ter uma coisa mais oficial para ele sentar em cima dessa situação e olhar com mais carinho. Como fazer isso? Sinceramente eu não sei se isso vai sair uma carta daqui...

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – É, a ANA... Não, eu posso... A gente pode, como Presidente, dizer que esse assunto foi levado e que levamos a consideração da CTPOAR para ver se querem dar continuidade, tentar ver isso. Eu sei que a ANA está preocupada com isso, eu sei que a ANA está conversando também com os usuários aí da hidrovia e, de repente pode sair alguma coisa. Eu acho que é urgente que se saia alguma coisa sobre isso, pelo menos com relação aos transportes. Aí com relação a porto, essas coisas aí, já é outra... Acho que é mais complicado.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Mas a questão específica do Rio Paraguai eu queria pedir...

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Agora, aí para o Paraguai, João, aproveita o documento, conversa com seus parceiros e ver se vocês tem alguma sugestão. Se tiver alguma sugestão faça a sugestão e manda para cá, para a gente discutir, ver o que pode ser feito.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – É, porque eu estou vendo que, o que está me parecendo é que tem uma forma pronta para quando alguém tiver dinheiro tocar o fogo no boi. Entendeu? Então, a gente vai tentar antecipar isso, não é? Mas agradeceria o companheiro do

4307 Ministério, a gente... Esse é uma publicaçãozinha já? Já tem edição de livro,
4308 alguma coisa assim ou só está digital?
4309 **O SR. ANDRÉ CARDOSO (CTAP)** – Não. Ele tem digital... Teve versão física,
4310 mas só interno, não é? Mas tem ele todo com pendrive digital, tem...
4311
4312
4313 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Está
4314 na página ou tem algum lugar que acessa?
4315
4316
4317 **O SR. ANDRÉ CARDOSO (CTAP)** – Tem. Tem. A gente... Eu não sei se ele
4318 está na... Domínio público na internet, mas a gente consegue disponibilizar (...).
4319
4320
4321 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – A
4322 gente formalmente aqui, com fé de ofício, não precisa estar na ata, não precisa
4323 escrever o ofício novamente. Você poderia passar o link para...
4324
4325
4326 **O SR. ANDRÉ CARDOSO (CTAP)** – Passo para a Liliana e...
4327
4328
4329 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** –
4330 Porque ele fez um resumo aqui. A gente queria...
4331
4332
4333 **O SR. ANDRÉ CARDOSO (CTAP)** – Isso. Não. Eu posso passar todos os
4334 documentos via setup aqui.
4335
4336
4337 **A SR^a. LILIANA PIMENTEL (SRH/MMA)** – Liliana. Todos os documentos que
4338 a gente... Que resultam da reunião, que são apresentados ou mencionados e
4339 não são encaminhados, ficam todos no resultado das reuniões. Então, se
4340 vocês entrarem no site da... No sitiozinho da CTAP, cada reunião ela tem os
4341 documentos prévios e ela tem resultados da reunião. Tudo que acontece aqui a
4342 gente coloca em resultados da reunião.
4343
4344
4345 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – O que
4346 eu estou pedindo é que esse resumo... É apenas um resumo, mas...
4347
4348
4349 **A SR^a. LILIANA PIMENTEL (SRH/MMA)** – Não. Tudo que ele me mandar
4350 porque o seu está solicitando e já está gravado, não é? A solicitação já está
4351 gravada.
4352
4353
4354 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC)** – Ele
4355 tem um trabalho mais denso que não está só nesse aqui. É isso que eu queria.

A SR^a. LILIANA PIMENTEL (SRH/MMA) – Isso. Ele disponibilizando a mim eu disponibilizo a todos vocês, por meio até do site da CTAP, caso o DNIT não se incomode.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Pode ser, não é?

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Tem alguém que queira fazer algum... Bom, antes de mais nada obrigado André, pela apresentação, foi muito elucidativo. Eu acho que todos nós, mais uma vez aqui aprendemos bastante aqui.

O SR. ANDRÉ CARDOSO (DNIT) – Claro, fico à disposição, o que precisar, DNIT o Ministério está à disposição para trazer aqui, qualquer tema.

A SR^a. LILIANA PIMENTEL (SRH/MMA) – A gente queria era uma ajuda na divulgação do edital, não é, Júlio? Que foi reaberto.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Ah, sim, aí é... Bem lembrado. Aí pegando, voltando aqui o assunto que o Clímaco citou aí (...), não teve pessoas interessadas em participar da Assembleia com relação a hidroviário, tá...? Nós solicitamos ao Conselho autorização para fazer um 2º edital, nós estamos... Já fizemos o 2º edital, vamos publicar, vai ter o processo igual ao do que foi feito anteriormente e aí eu solicito, solicito a todos que conheçam hidroviários que... Então... E que... E de portos, porque são duas vagas, um para... É só rio. Só rio. Só rio. Só rio. Por enquanto, quando a gente expandir o nosso... Mas é só rio, tá...? E aí divulgar isso, quanto mais...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Tá...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Isso é importante, até para conhecimento. Bom... Obrigado. Então, alguém quer fazer algum comentário, algum encerramento? Encerramento, não é (...).

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – Eu queria só fazer... Dizer que nosso segmento ele foi reeleito, para a alegria de uns e não de outros, no nosso Conselho e dar uma notícia triste, que nós perdemos um grande companheiro essa semana, que apesar de não ser diretamente vinculado a nossa entidade, mas muita gente que está na nossa organização aprendeu com ele a luta pela água, que foi o Engenheiro (...) de Assis, do Movimento Cidadania Pelas Águas e eu queria deixar...

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Do Rio de Janeiro?

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (FONASC) – É. Perdeu aqui ontem, anteontem aqui em Brasília, acidentou-se aqui na estrada, nessa loucura de Brasília. E nós ficamos muito abalados, porque... E estou fazendo esse registro aqui, porque eu acho que a gente uma hora dessa vai ter que fazer uma homenagem. Muita gente que hoje militar no FONASC começou no Movimento Cidadania Pelas Águas, e a gente está muito chateado, e eu quero deixar o registro aqui, de que o Conselho deveria, quem sabe em um momento oportuno manifestar, porque foi uma das pessoas que mais contribuiu na década de 90... Para que esse ambiente da gestão de recursos hídricos tivesse acontecendo.

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Ok. Obrigado. Está registrado, a gente vê, vamos ver se o Conselho pode... Bom, muito obrigado a todos pela presença. Nós vamos marcar, então, a próxima reunião oportunamente. Lembrem-se da liçãozinha de casa aí, até 31 de agosto aí, das sugestões, tá...? Dessas...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível!).

O SR. JÚLIO THADEU KETTELHUTT (Presidente da CTAP) – Ah sim, com certeza, porque não dá tempo agora, não é? E também aí vai dar tempo para o pessoal do Grupo de Trabalho de barragens eles progredirem mais aí, na elaboração do texto, aí... A gente sempre faz isso em consonância aí, com a Cristiane, para saber da reunião do Grupo de Trabalho e da CTAP. Muito bem, obrigado a todos, então, pela presença.